



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 175 - QUARTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF**

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>	
<p><b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT-AC</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p><b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL-PB</p> <p><b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p><b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p><b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  <b>1ª</b> - Serys Shhessarenko – PT-MT  <b>2º</b> - Papaléo Paes – PSDB-AP  <b>3º</b> - Alvaro Dias – PSDB-PR  <b>4º</b> - Aelton Freitas – PL-MG</p>

<b>LIDERANÇAS</b>		
<p><b>MAIORIA (PMDB) – 20</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PMDB – 20</b> <b>Ney Suassuna</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Ideli Salvatti – PT</b></p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p><b>LÍDER DO PT – 11</b> <b>Ideli Salvatti</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p><b>LÍDER DO PL – 3</b> <b>João Ribeiro</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p><b>LÍDER DO PSB – 2</b> <b>Antônio Carlos Valadares</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</b></p> <p><b>LÍDER</b> <b>Alvaro Dias – PSDB</b></p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p><b>LÍDER DO PFL – 16</b> <b>José Agripino</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PSDB – 16</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p><b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Osmar Dias</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p><b>LÍDER DO PRB– 2</b> <b>Marcelo Crivella</b></p>	<p><b>LÍDER DO PTB – 5</b> <b>Mozarildo Cavalcanti</b></p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> <b>Heloísa Helena</b></p>	<p><b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Aloizio Mercadante – PT</b></p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

<b>EXPEDIENTE</b>	
<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)**

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## **DECRETO LEGISLATIVO Nº 419, DE 2006**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Loanda, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 573, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Loanda, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## **DECRETO LEGISLATIVO Nº 420, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 297, de 4 de julho de 2005, que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## **DECRETO LEGISLATIVO Nº 421, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de março de 2006, que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 154, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 423, DE 2006**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 383, de 10 de agosto de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 424, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 463, de 25 de outubro de 2005, que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 425, DE 2006**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 202, de 11 de março de 2005, que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 426, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de dezembro de 2005, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 427, DE 2006**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 213, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem

direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 428, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.644, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 429, DE 2006**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 890, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de janeiro de 2006, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar, por 15 (quinze) anos, sem

direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 431, DE 2006**

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 471, de 26 de outubro de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 432, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de janeiro de 2006, que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 3.048, de 20 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 397, de 23 de agosto de 2005, que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2006**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 160, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2006**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 617, de 1º de dezembro de 2005, que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 437, DE 2006**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 644, de 22 de dezembro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2006**

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Aragua-ri – AP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 73, de 8 de março de 2006, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Aragua-ri – AP a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 161ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE OUTUBRO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Ofícios

S/Nº/2006, de 3 do corrente, do Senador Osmar Dias, comunicando que o Senador Jefferson Péres, continuará o substituindo-o na condição de Líder da Bancada do PDT no Senado Federal, até 30 de outubro..... 30029

Nº 35/2006, de 3 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 30029

##### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 111, de 2006-CN (nº 853/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a agosto de 2006, bem com a retificação do período de janeiro a abril de 2006. .... 30029

##### 1.2.3 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 25, de 2006-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de R\$ 408.871.889,00 (quatrocentos e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais), e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 758.445.333,00 (setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica. (Mensagem nº 110, de 2006-CN, nº 835/2006, na origem). *Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento do calendário para a tramitação do projeto*..... 30029

##### 1.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 35, de 2006 (nº 1.668/2006, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.371, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos Anexos I, II

e III do Relatório Consolidado, do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à consolidação dos trabalhos de fiscalização em obras públicas neste exercício de 2006, destinado a prestar informações ao Congresso Nacional e subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2007. (TC nº 005.275/2006-4). .... 30059

##### 1.2.5 – Pareceres

Nº 1.098, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 216, de 2006 (nº 739/2006, na origem), do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria no valor de US\$ 151,953,792.35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos), referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris. (**Projeto de Resolução nº 51, de 2006**)..... 30059

Nº 1.099, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 219, de 2006 (nº 779/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito da Prefeitura Municipal de Joinville (SC), solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor total de até US\$ 11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde. (**Projeto de Resolução nº 52, de 2006**)..... 30062

Nºs 1.100 e 1.101, de 2006, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição Federal e dá outras providências..... 30066

**1.2.6 – Comunicação da Presidência**

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 51 e 52, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente. .... 30100

Reautuação do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, como Projeto de Lei Complementar e a republicação dos avulsos. *Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, cujos pareceres foram lidos anteriormente.* .... 30100

**1.2.7 – Discurso do Expediente**

SENADOR PAULO PAIM – Justificação de requerimento de voto de pesar aos familiares das vítimas no acidente aéreo ocorrido na última semana, em Mato Grosso, com um Boeing da GOL. .... 30103

**1.2.8 – Leitura de requerimentos**

Nº 1.004, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento das vítimas do voo 1907 da Gol – Linha Aérea Inteligente. .... 30104

Nº 1.005, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso à Associação dos Amigos do Livro Matogrossense – ALIMEMTO pela coordenação da LITERAMÉRICA – Feira Latino Americana do Livro 2006 e pela homenagem à escritora Nélida Piñon. .... 30104

Nº 1.006, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso a Sra. Clarice Veras, Coordenadora do Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006 lançado no último dia 2 de setembro, em Cuiabá, durante a 18ª Convenção da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW) – CONFAM. .... 30105

Nº 1.007, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Professora Maria Aparecida Barbosa Carneiro, pela realização do Mini-Curso “Violência contra a mulher”, no dia 4 de setembro último. .... 30105

Nº 1.008, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso ao Prefeito de Salvador, Sr. João Henrique, pela criação do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema) e pelo lançamento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), no último dia 30 de agosto. .. 30105

Nº 1.009, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de aplauso à Dra. Ana Maria Gonçalves Louzada, juíza da 1ª Vara de Família de Brasília, por ter concedido no último dia 31 de agosto sentença favorável para retificação do nome do autor da ação, com a conseqüente alteração de sexo no registro, de feminino para masculino. .... 30106

**1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)**

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre o processo eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul e a expectativa do debate necessário para o segundo turno..... 30106

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Considerações sobre a distribuição justa dos frutos do trabalho de todos os brasileiros. Expectativa em torno de um grande debate nacional sobre a concentração de renda, durante a campanha para o segundo turno das eleições..... 30108

SENADOR JOSÉ JORGE – Agradecimentos pelos votos dos eleitores, que habilitaram o candidato Geraldo Alckmin ao segundo turno. Comentários sobre o projeto de lei, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que visa reforçar a legislação das eleições para este ano. .... 30110

SENADOR NEY SUASSUNA – Agradecimentos à expressiva votação recebida do povo da Paraíba. Críticas à falta de preservação da impessoalidade contra sua candidatura como Senador pelo Estado da Paraíba, bem como ao massacre que sofreu por parte da imprensa. .... 30113

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Considerações sobre as eleições no Brasil, e em particular na Bahia. Críticas ao presidente Lula e aos assessores que o cercam no Palácio do Planalto. Chamada de atenção à população brasileira para os debates do segundo turno das eleições. . 30116

SENADOR RAMEZ TEBET – Saúda a aplicação da cláusula de barreira que irá auxiliar o futuro Presidente da República no seu relacionamento com o Congresso Nacional. Satisfação com a existência do segundo turno para a consagração do Presidente que for eleito em 29 de outubro..... 30120

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Saudação à vitória do partido de S. Exa., que ultrapassou a cláusula de barreira. Conselhos de conduta ao presidente Lula e ao candidato Geraldo Alckmin. .... 30122

SENADORA IDELI SALVATTI – Solicitação de correção no Jornal do Senado sobre dados das eleições. Cumprimentos ao PT pelos resultados alcançados no recente pleito eleitoral. .... 30123

SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre as eleições de 2006 e a posição do PSOL. Agradecimentos ao povo brasileiro pela delicadeza e atenção com que S. Exa. foi cercada durante a campanha..... 30125

SENADOR MARCO MACIEL – Observações sobre as eleições de 2006. Necessidade imprescindível da reforma política. .... 30137

**1.2.10 – Leitura de requerimento**

Nº 1.010, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor Candido José Mendes de

Almeida, Diretor da Universidade Candido Mendes, ocorrido no dia 27 de setembro último, no Rio de Janeiro. ....

30137

### 1.2.11 – Ofício

Nº 32/2006, de 6 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, de indicação do Senador Eduardo Suplicy para compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. **Aprovado..**

30137

### 1.3 – ORDEM DO DIA

**Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)**

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30138

**Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)**

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS. **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30138

**Item 3 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)**

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. **Apreciação transferida para amanhã. ...**

30138

### Item 4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30138

### Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30138

### Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30139

### Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social). **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30139

### Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30139

**Item 9 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)**

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal). **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30139

### Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público. **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30139

### Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30139

### Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Apreciação transferida para amanhã. ....**

30139

### 1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

**SENADOR ANTERO PAES DE BARROS**

– Comentários sobre a defesa do Presidente Lula ao TSE no processo que investiga se sua campanha está ou não envolvida com a fabricação e compra de dossiês. Críticas a demora na divulgação das investigações sobre a compra de dossiê pelo PT. Mobilização no Estado de Mato Grosso para consolidação das propostas do candidato Geraldo Alckmin. .... 30140

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** – Agradecimentos aos eleitores do Estado de São Paulo que contribuíram para que S. Exa. possa continuar sua luta no Senado Federal. .... 30144

**SENADOR LEONEL PAVAN** – Esclarecimentos sobre a apreciação do projeto de sua autoria, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a compra de motocicletas a serem usadas no transporte de passageiros por mototaxistas..... 30146

**SENADOR HERÁCLITO FORTES** – Necessidade de esclarecimentos dos fatos sobre o acidente aéreo envolvendo as aeronaves da empresa Gol e outra de fabricação da Embraer, momento que envolve o contingenciamento de recursos para investimentos no setor aeronáutico..... 30148

**1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação**

**SENADORA LÚCIA VÂNIA** – Comentários sobre a matéria intitulada “*Para excluídos, Lula abortou projeto popular*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 1º de setembro último. .... 30150

**SENADOR SÉRGIO GUERRA** – Registro do artigo intitulado “*A ‘mexicanização’ da economia brasileira*”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 5 de setembro último..... 30152

**SENADOR LUIZ OTÁVIO** – Saudações ao advento da festa e da procissão do Círio de Nazaré..... 30153

**SENADOR VALMIR AMARAL** – Controvérsias sobre a imposição do pagamento da contribuição sindical dos empregados não sindicalizados..... 30154

**1.3.3 – Comunicação da Presidência**

Lembrando a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, quarta-feira, dia 4, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 30155

**1.4 – ENCERRAMENTO****2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão do dia 5 de setembro de 2006..... 30157

**3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 3-10-2006****4 – PORTARIAS DA DIRETOR-GERAL**

Nºs 218 a 222, de 2006. .... 30160

**5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 1.925 a 1.927, de 2006. .... 30165

**SENADO FEDERAL****6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****7 – SECRETARIA DE COMISSÕES****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**



# Ata da 161ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de outubro de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

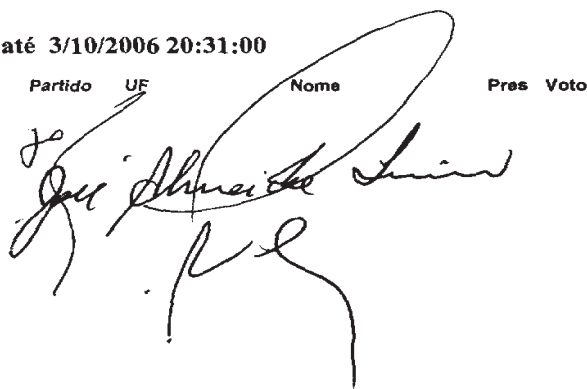
*Presidência dos Srs. Efraim Morais, Roberto Saturnino, Paulo Paim,  
Romeu Tuma e Eduardo Azeredo*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/10/2006 07:37:27 até 3/10/2006 20:31:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PFL	SP	ROMÉU TUMA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	



**Compareceram: 47 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Senhor Presidente,

Sirvo-me da presente para comunicar que o Senador Jefferson Peres (PDT – AM) continuará me substituindo na condição de Líder da Bancada do PDT no Senado Federal, até 30 de outubro de 2006.

Atenciosamente, Senador **Osmar Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 35/2006 – GLDBAG–CSCOM

Brasília, 3 outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Valadares, para integrar, como Titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição a Senadora Ideli Salvatti, que passa a integrar, como Suplente, a referida Comissão, em substituição a Senadora Fátima Cleide.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Serão feitas as substituições solicitadas.

A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 111, de 2006-CN (nº 853/2006, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao

período de janeiro a agosto de 2006, bem com a retificação do período de janeiro a abril de 2006.

A mensagem lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2006–CN**

### **MENSAGEM Nº 110, DE 2006–CN**

(Nº 835/2006, na origem)

**Abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de R\$408.871.889,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 758.445.333,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) crédito suplementar no valor total de R\$ 408.871.889,00 (quatrocentos e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil e oitocentos e oitenta e nove reais), em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, para atender à programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria e de repasses da controladora, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II a esta lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 11.306, de 2006), relativamente às dotações orçamentárias de empresas do Grupo Eletrobrás, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$ 758.445.333,00 (setecentos e cinqüenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e trezentos e trinta e três reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	408.871.889
			408.871.889
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			22.157.857
752 ENERGIA ELÉTRICA			386.714.032
		TOTAL - GERAL	408.871.889
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
25 ENERGIA			408.871.889
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			22.157.857
752 ENERGIA ELÉTRICA			386.714.032
		TOTAL - GERAL	408.871.889
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			176.193.996
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			18.952.774
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			5.430.790
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			92.403.644
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			25.437.679
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			4.000.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			760.422
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			43.611.391
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			42.081.193
		TOTAL - GERAL	408.871.889
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		TOTAL - GERAL	408.871.889
			408.871.889
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			252.856.639
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			188.967.255
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			188.967.255
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			63.889.384
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			63.889.384
TOTAL DA RECEITA		252.856.639	RECEITAS CORRENTES 188.967.255
			RECEITAS DE CAPITAL 63.889.384
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 408.871.889			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			408.871.889
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			22.157.857
752 ENERGIA ELÉTRICA			386.714.032
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			176.193.996
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			18.952.774
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			5.430.790
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			92.403.644
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			25.437.679
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			4.000.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			760.422
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			43.611.391
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			42.081.193
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS			
32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL			760.422
32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR			21.414.581
32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS			17.022.273
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE			14.170.000
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			87.679.244
32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF			3.163.866
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			21.237.418
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE			44.670.820
32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL			11.155.001
32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA			87.402.382
32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON			35.960.000
32273 MANAUS ENERGIA S.A.			40.786.886
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE			14.482.000
32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM			9.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			408.871.889
TOTAL			408.871.889
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			252.856.639
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			188.967.255
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			188.967.255
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			63.889.384
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			63.889.384
TOTAL DA RECEITA		252.856.639	RECEITAS CORRENTES 188.967.255
			RECEITAS DE CAPITAL 63.889.384

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 760.422			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			760.422



QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		760.422
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA		760.422
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		760.422
TOTAL		760.422
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		760.422
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		760.422
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		760.422
TOTAL DA RECEITA	760.422 RECEITAS CORRENTES	760.422 RECEITAS DE CAPITAL
		0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA									760.422
		ATIVIDADES							
25 752	0476 2745	PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS							760.422
25 752	0476 2745 0001	PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS - NACIONAL							760.422
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	760.422
TOTAL - INVESTIMENTO									760.422

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32204 - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 21.414.581

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
25 ENERGIA		21.414.581
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		4.000.800
752 ENERGIA ELÉTRICA		17.414.581
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		17.356.521
6407 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		4.058.060
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		21.414.581
TOTAL		21.414.581

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32204 - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									17.356.521
		ATIVIDADES							
25 752	0296 6486	USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III (RJ)							17.356.521
25 752	0296 6486 0033	USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							17.356.521
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	17.356.521

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								4.058.050
		ATIVIDADES						
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						4.000.000
25 126	0807 4103 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						4.000.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1	4 - INV	2	90	0	495
25 752	0807 4102 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						58.060
			1	4 - INV	2	90	0	495
								58.060
TOTAL - INVESTIMENTO								21.414.581

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 17.022.273			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA		17.022.273	
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		7.516.465	
752 ENERGIA ELÉTRICA		9.505.808	
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA		9.505.808	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		7.516.465	
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		17.022.273	
TOTAL		17.022.273	
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
4.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		8.500.000	
4.100.000 RECURSOS PRÓPRIOS		8.500.000	
4.110.000 GERAÇÃO PRÓPRIA		8.500.000	
TOTAL DA RECEITA		8.500.000	
RECEITAS CORRENTES		8.500.000	
RECEITAS DE CAPITAL		0	

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	OND	RP	MOD	IU	FT	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									
9.505.808									
		PROJETOS							
25 752	0276 3427	ESTUDOS DE INVENTARIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA							9.505.808
25 752	0276 3427 0010	ESTUDOS DE INVENTARIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA - NA REGIAO NORTE							9.505.808
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 12	1	4 - INV	2	90	0	495	9.505.808
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									
7.516.465									
		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							7.516.465
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							7.516.465
			1	4 - INV	2	90	0	495	7.516.465
TOTAL - INVESTIMENTO									
17.022.273									



ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 87.679.244		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		87.679.244
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA		87.679.244
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL		6.175.600 81.503.644
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		87.679.244
TOTAL		87.679.244
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.8.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.9.8.8.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 6.9.2.8.00.00 CONTROLADORA		63.889.384 63.889.384 63.889.384
TOTAL DA RECEITA	63.889.384 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL	63.889.384

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									6.175.600	
		ATIVIDADES								
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							6.175.600	
25 752	0276 6508 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							6.175.600	
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495	6.175.600	
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									81.503.644	
		PROJETOS								
25 752	0295 105K	AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NA REGIAO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES)							81.503.644	
25 752	0295 105K 0040	AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NA REGIAO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES) - NA REGIAO SUL							81.503.644	
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 7	I	4 - INV	2	90	0	495	81.503.644	
TOTAL - INVESTIMENTO									87.679.244	

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.163.866		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		3.163.866
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA		3.163.866
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA		3.163.866
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.163.866
TOTAL		3.163.866

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									3.163.866
		ATIVIDADES							
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETTRICA							3.163.866
25 752	0276 6508 0020	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETTRICA - NA REGIAO NORDESTE							3.163.866
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	3.163.866
TOTAL - INVESTIMENTO									3.163.866
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.									
ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 21.234.414									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA									21.234.414
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA									21.234.414
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									107.500
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									8.081.158
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									13.045.756
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									21.234.414
TOTAL									21.234.414
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.									
ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									107.500
		ATIVIDADES							
25 752	0276 6510	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETTRICA							107.500
25 752	0276 6510 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETTRICA - NACIONAL							107.500
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	107.500
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									8.081.158
		ATIVIDADES							
25 752	0296 8549	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL DE EMPREENHIMENTOS DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETTRICA							7.485.158
25 752	0296 8549 0001	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL DE EMPREENHIMENTOS DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETTRICA - NACIONAL							7.485.158
			1	4 - INV	2	90	0	495	7.485.158
		PROJETOS							
25 752	0296 3414	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETTRICA SANTA CRUZ - FASE 1 - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ)							596.000
25 752	0296 3414 0033	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETTRICA SANTA CRUZ - FASE 1 - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							596.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	596.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		13.045.756
	ATIVIDADES	
25 752 0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	13.045.756
25 752 0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	13.045.756
	I 4 - INV 2 90 0 495	13.045.756

TOTAL - INVESTIMENTO

21.234.414

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 44.670.820

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

44.670.820

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO  
752 ENERGIA ELÉTRICA830.000  
43.840.820

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0273 LUZ PARA TODOS  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO  
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS33.883.795  
1.062.718  
9.724.307QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

44.670.820

TOTAL

44.670.820

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.8.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA44.670.820  
44.670.820  
44.670.820

TOTAL DA RECEITA

44.670.820

RECEITAS CORRENTES

44.670.820

RECEITAS DE CAPITAL

0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	I	F	TE	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS										33.883.795
		PROJETOS								
25 752 0273 11X8		AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ACRE)								33.883.795
25 752 0273 11X8 0012		AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ACRE) - NO ESTADO DO ACRE								33.883.795
		REDE AMPLIADA (KM) 2840	I	4 - INV	2	90	0	495		33.883.795

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

1.062.718

		ATIVIDADES								
25 126 0807 4103		MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								830.000
25 126 0807 4103 0012		MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO ACRE								830.000
			I	4 - INV	2	90	0	495		830.000
25 752 0807 4102		MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								232.718
25 752 0807 4102 0012		MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ACRE								232.718
			I	4 - INV	2	90	0	495		232.718

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS				9.724.307					
		ATIVIDADES							
25 752	1042 4877	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO ACRE							1.870.341
25 752	1042 4877 0012	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO ACRE - NO ESTADO DO ACRE							1.870.341
			I	4 - INV	2	90	0	495	1.870.341
PROJETOS									
25 752	1042 3367	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE							5.931.876
25 752	1042 3367 0012	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE							5.931.876
		REDE AMPLIADA (KM) 144	I	4 - INV	2	90	0	495	5.931.876
25 752	1042 7108	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ISOLADOS AO SISTEMA RIO BRANCO (AC)							1.922.090
25 752	1042 7108 0012	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ISOLADOS AO SISTEMA RIO BRANCO (AC) - NO ESTADO DO ACRE							1.922.090
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 182	I	4 - INV	2	90	0	495	1.922.090
TOTAL - INVESTIMENTO									44.670.820

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 11.185.001

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA 11.185.001

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELÉTRICA 11.185.001

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0273 LUZ PARA TODOS 11.185.001

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 11.185.001

TOTAL 11.185.001

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 11.185.001  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 11.185.001  
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 11.185.001  
TOTAL DA RECEITA 11.185.001 RECEITAS CORRENTES 11.185.001 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAOSUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									11.185.001
		PROJETOS							
25 752	0273 11XE	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ALAGOAS)							11.185.001
25 752	0273 11XE 0027	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ALAGOAS) - NO ESTADO DE ALAGOAS							11.185.001
		REDE AMPLIADA (KM) 248	I	4 - INV	2	90	0	495	11.185.001
TOTAL - INVESTIMENTO									11.185.001

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 87.402.382

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA 87.402.382



QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES				7.211.392
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO				80.190.990
752 ENERGIA ELÉTRICA				
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS				
0273 LUZ PARA TODOS				74.725.200
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE				5.430.790
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO				7.246.392
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA				
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO				87.402.382
TOTAL				87.402.382
QUADRO SINTESE POR RECEITA				
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO				86.048.203
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS				86.048.203
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA				86.048.203
TOTAL DA RECEITA		86.048.203	RECEITAS CORRENTES	86.048.203
			RECEITAS DE CAPITAL	0
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA				

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	CND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									74.725.200
		PROJETOS							
25 752	0273 11YL	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (PIAU)							74.725.200
25 752	0273 11YL 0022	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (PIAU) - NO ESTADO DO PIAUI							74.725.200
		REDE AMPLIADA (KM) 2500	1	4 - INV	2	90	0	495	74.725.200
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									5.430.790
		PROJETOS							
25 752	0294 3379	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI							5.430.790
25 752	0294 3379 0022	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							5.430.790
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	5.430.790
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									7.246.392
		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							7.211.392
25 126	0807 4103 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUI							7.211.392
			1	4 - INV	2	90	0	495	7.211.392
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							35.000
25 752	0807 4101 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PIAUI							35.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	35.000
TOTAL - INVESTIMENTO									87.402.382

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

ANEXO 1 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 35.900.000	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	35.900.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA	35.900.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0273 LUZ PARA TODOS 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	34.000.000 1.900.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	35.900.000
TOTAL	35.900.000



**QUADRO-SINTESE POR RECEITA**

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	31.465.054
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS	31.465.054
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA	31.465.054
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>31.465.054</b>

RECEITAS CORRENTES

31.465.054

RECEITAS DE CAPITAL

0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

**ANEXO I****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)****CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0273 LUZ PARA TODOS</b>									<b>34.000.000</b>
		<b>PROJETOS</b>							
25 752	0273 11XI	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (RONDONIA)							34.000.000
25 752	0273 11XI 0011	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (RONDONIA) - NO ESTADO DE RONDONIA							34.000.000
		REDE AMPLIADA (KM) 1436	I	4 - INV	2	90	0	495	34.000.000
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>									<b>1.900.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 752	1042 4881	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA							900.000
25 752	1042 4881 0011	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							900.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	900.000
		<b>PROJETOS</b>							
25 752	1042 3404	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA							1.000.000
25 752	1042 3404 0011	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							1.000.000
		REDE AMPLIADA (KM) 2	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>35.900.000</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

**ANEXO I****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)****CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00****TOTAL DA UNIDADE : R\$ 40.786.886****QUADRO SINTESE POR FUNCOES**

25 ENERGIA 40.786.886

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCÕES**126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO 2.100.000  
752 ENERGIA ELÉTRICA 38.686.886**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**0273 LUZ PARA TODOS 22.400.000  
0307 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 2.100.000  
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 16.286.886**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 40.786.886

**TOTAL**

40.786.886

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 6.337.755  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.337.755  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 6.337.755  
**TOTAL DA RECEITA** 6.337.755 RECEITAS CORRENTES 6.337.755 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0273 LUZ PARA TODOS									22.400.000	
		PROJETOS								
25 752	0273 11XU	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (MANAUS)							22.400.000	
25 752	0273 11XU 0101	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (MANAUS) - NO MUNICIPIO DE MANAUS - AM							22.400.000	
		REDE AMPLIADA (KM) 142	I	4 - INV	2	90	0	495	22.400.000	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.100.000	
		ATIVIDADES								
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.100.000	
25 126	0807 4103 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAZONAS							2.100.000	
			I	4 - INV	2	90	0	495	2.100.000	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									16.286.886	
		ATIVIDADES								
25 752	1042 4886	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO EM MANAUS (AM)							3.200.000	
25 752	1042 4886 0013	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							3.200.000	
			I	4 - INV	2	90	0	495	3.200.000	
		PROJETOS								
25 752	1042 3398	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (AM)							13.086.886	
25 752	1042 3398 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							13.086.886	
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 5	I	4 - INV	2	90	0	495	13.086.886	
TOTAL - INVESTIMENTO									40.786.886	

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.482.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		14.482.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 752 ENERGIA ELÉTRICA		500.000 13.982.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		10.900.000 3.582.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		14.482.000
TOTAL		14.482.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									10.900.000
		PROJETOS							
25 752	0295 3372	REVITALIZACAO DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI COM 446 MW EM CANDIOTA (RS)							10.900.000
25 752	0295 3372 0043	REVITALIZACAO DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI COM 446 MW EM CANDIOTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							10.900.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 38	I	4 - INV	2	90	0	495	10.900.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.582.000
		ATIVIDADES							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							500.000
25 126	0807 4103 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL	I	4 - INV	2	90	0	495	500.000
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.700.000
25 752	0807 4101 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO SUL	I	4 - INV	2	90	0	495	1.700.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.382.000
25 752	0807 4102 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL	I	4 - INV	2	90	0	495	1.382.000
TOTAL - INVESTIMENTO									14.482.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAPÁ - CEAM

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 9.000.000	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	9.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes 752 ENERGIA ELÉTRICA	9.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	9.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	9.000.000
TOTAL	9.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAPÁ - CEAM

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									9.000.000
		PROJETOS							
25 752	1042 3267	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETTRICA NO ESTADO DO AMAZONAS							9.000.000
25 752	1042 3267 0013	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETTRICA NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							9.000.000
		CAPACIDADE DE GERACAO AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 18	1	4 - INV	2	90	0	495	9.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									9.000.000

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			620.445.333
26 TRANSPORTE			138.000.000
TOTAL - GERAL			758.445.333
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			7.186.068
752 ENERGIA ELÉTRICA			613.259.265
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			138.000.000
TOTAL - GERAL			758.445.333
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
25 ENERGIA			620.445.333
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			7.186.068
752 ENERGIA ELÉTRICA			613.259.265
26 TRANSPORTE			138.000.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			138.000.000
TOTAL - GERAL			758.445.333
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			138.000.000
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			5.620.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			137.512.531
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			88.843.907
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			243.558.083
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			66.990.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			29.815.735
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			48.105.077
TOTAL - GERAL			758.445.333
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			758.445.333
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			602.430.083
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			446.930.083
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			446.930.083
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			85.500.000
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			85.500.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			70.000.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			70.000.000
TOTAL DA RECEITA	602.430.083	RECEITAS CORRENTES	446.930.083
		RECEITAS DE CAPITAL	155.500.000
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			
ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 758.445.333			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			620.445.333
26 TRANSPORTE			138.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			7.186.068
752 ENERGIA ELÉTRICA			613.259.265
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			138.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			138.000.000
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			5.620.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			137.512.531
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			88.843.907
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			243.558.083
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			66.990.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			29.815.735
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			48.105.077
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS			
32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR			69.596.259
32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS			8.522.273
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE			227.170.000
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			23.789.860
32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF			135.763.866
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			169.401.824
32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA			1.354.179
32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON			4.434.946
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA			1.571.588
32273 MANAUS ENERGIA S.A.			34.449.131
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE			73.391.407
32277 COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM			9.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			758.445.333
TOTAL			758.445.333
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			602.430.083
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			446.930.083
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			446.930.083
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			85.500.000
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			85.500.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			70.000.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			70.000.000
TOTAL DA RECEITA	602.430.083	RECEITAS CORRENTES	446.930.083
		RECEITAS DE CAPITAL	155.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32204 - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 69.596.259			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA			69.596.259
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA			69.596.259
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			69.596.259
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			69.596.259
TOTAL			69.596.259
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			48.181.678
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			30.681.678
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			30.681.678
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			17.500.000
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			17.500.000
TOTAL DA RECEITA	48.181.678 RECEITAS CORRENTES	30.681.678 RECEITAS DE CAPITAL	17.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32204 - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									69.596.259
		ATIVIDADES							
25 752	0296 4477	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ)							19.279.833
25 752	0296 4477 0033	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	19.279.833
		PROJETOS							
25 752	0296 1853	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ)							32.816.426
25 752	0296 1853 0033	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	32.816.426
25 752	0296 5E88	GERADOR SUBSTITUIDO (% DE EXECUCAO FISICA)							
25 752	0296 5E88 0033	IMPLANTACAO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III	1	4 - INV	2	90	0	495	17.500.000
25 752	0296 5E88 0033	IMPLANTACAO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							17.500.000
25 752	0296 5E88 0033	SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	17.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									69.596.259

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.522.273			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA			8.522.273
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA			8.522.273
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			8.522.273
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			8.522.273
TOTAL			8.522.273

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									8.522.273
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							5.351.420
25 752	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495	5.351.420
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							323.071
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	I	4 - INV	2	90	0	495	323.071
		PROJETOS							
25 752	0807 12GA	AQUISICAO DE IMOVEL-SEDE, NO RIO DE JANEIRO (RJ)							2.847.782
25 752	0807 12GA 0101	AQUISICAO DE IMOVEL-SEDE, NO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	I	4 - INV	2	90	0	495	2.847.782
		IMOVEL ADQUIRIDO (UNIDADE)							2.847.782
TOTAL - INVESTIMENTO									8.522.273

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 227.170.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			89.170.000
26 TRANSPORTE			138.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
752 ENERGIA ELÉTRICA			89.170.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			138.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			138.000.000
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			130.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			10.000.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			10.000.000
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			66.990.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			2.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			227.170.000
TOTAL			227.170.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			213.000.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			75.000.000
6.1.1.0.00.00 CERAÇÃO PROPRIA			75.000.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			68.000.000
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			68.000.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			70.000.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			70.000.000
TOTAL DA RECEITA	213.000.000	RECEITAS CORRENTES	75.000.000
		RECEITAS DE CAPITAL	138.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									138.000.000
		PROJETOS							
26 784	0237 5750	CONSTRUCAO DAS ECLUSAS DE TUCURUI - NO RIO TOCANTINS - NO ESTADO DO PARA							138.000.000
26 784	0237 5750 0015	CONSTRUCAO DAS ECLUSAS DE TUCURUI - NO RIO TOCANTINS - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA	I	4 - INV	2	90	0	495	138.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 40							138.000.000



0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA		180.000						
		ATIVIDADES						
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA						90.000
25 752	0276 6508 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL						90.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495
25 752	0276 6510	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA						90.000
25 752	0276 6510 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL						90.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE		10.000.000						
		PROJETOS						
25 752	0294 1891	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E DE 695 MVA DE TRANSFORMAÇÃO DE POTÊNCIA EM SUBESTAÇÕES)						10.000.000
25 752	0294 1891 0021	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E DE 695 MVA DE TRANSFORMAÇÃO DE POTÊNCIA EM SUBESTAÇÕES) - NO ESTADO DO MARANHÃO						10.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	I	4 - INV	2	90	0	495
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		10.000.000						
		PROJETOS						
25 752	0296 1887	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTAÇÃO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORÇO NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA)						10.000.000
25 752	0296 1887 0051	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTAÇÃO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORÇO NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA) - NO ESTADO DO MATO GROSSO						10.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	I	4 - INV	2	90	0	495
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE		66.990.000						
		ATIVIDADES						
25 752	0297 4467	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORTE						10.000.000
25 752	0297 4467 0010	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORTE - NA REGIÃO NORTE						10.000.000
			I	4 - INV	2	90	0	495
		PROJETOS						
25 752	0297 1889	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ITAITUBA (PA) - PARINTINS / BARREIRINHA / MAUES / BOA VISTA DO RAMOS (AM)						20.000.000
25 752	0297 1889 0002	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ITAITUBA (PA) - PARINTINS / BARREIRINHA / MAUES / BOA VISTA DO RAMOS (AM) - NA REGIÃO NORTE						20.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 35	I	4 - INV	2	90	0	495
25 752	0297 1897	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS)						5.000.000
25 752	0297 1897 0015	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) - NO ESTADO DO PARA						5.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	I	4 - INV	2	90	0	495

25 752	0297 1907	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA)							4.000.000
25 752	0297 1907 0015	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA) - NO ESTADO DO PARA							4.000.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 10	I	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000
25 752	0297 5E68	APOIO DE INFRA-ESTRUTURA AS COMUNIDADES ATENDIDAS PELO SISTEMA ELETRICO - NA REGIAO AMAZONICA							26.000.000
25 752	0297 5E68 0058	APOIO DE INFRA-ESTRUTURA AS COMUNIDADES ATENDIDAS PELO SISTEMA ELETRICO - NA REGIAO AMAZONICA - NA REGIAO AMAZONICA							26.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495	26.000.000
25 752	0297 7096	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO							1.990.000
25 752	0297 7096 0001	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO - NACIONAL							1.990.000
		SISTEMA DE TRANSMISSAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	1.990.000
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>2.000.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							2.000.000
25 752	0807 4102 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO NORTE							2.000.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>227.170.000</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 23.789.860**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
**25 ENERGIA**

**23.789.860**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
**126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO**  
**752 ENERGIA ELÉTRICA**

**2.694.000**  
**21.095.860**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**

**0295 ENERGIA NA REGIAO SUL**  
**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO**

**15.452.500**  
**8.337.360**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO**

**23.789.860**

**TOTAL**

**23.789.860**

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0295 ENERGIA NA REGIAO SUL</b>									<b>15.452.500</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 752	0295 4471	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA							452.500
25 752	0295 4471 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							452.500
			I	4 - INV	2	90	0	495	452.500
		<b>PROJETOS</b>							



25 752	0295 12DQ	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							15.000.000
25 752	0295 12DQ 0040	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO SUL							15.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 11	1	4 - INV	2	90	0	495	15.000.000
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>8.337.360</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.694.000
25 126	0807 4103 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL							2.694.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.694.000
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.900.000
25 752	0807 4101 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO SUL							1.900.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.900.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							3.743.360
25 752	0807 4102 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL							3.743.360
			1	4 - INV	2	90	0	495	3.743.360
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>23.789.866</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 135.763.866</b>			
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA</b>			<b>135.763.866</b>
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO 752 ENERGIA ELETRICA</b>			<b>4.492.068 131.271.798</b>
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>			<b>127.058.352 8.705.514</b>
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO</b>			<b>135.763.866</b>
<b>TOTAL</b>			<b>135.763.866</b>
<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA</b>			<b>132.600.000 132.600.000 132.600.000</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>132.600.000 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>132.600.000 RECEITAS DE CAPITAL</b>
			<b>0</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									127.058.352
		ATIVIDADES							
25 752	0294 4476	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE							8.170.663
25 752	0294 4476 0020	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE							8.170.663
			1	4 - INV	2	90	0	495	8.170.663
		PROJETOS							
25 752	0294 3370	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE							63.904.448
25 752	0294 3370 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE							63.904.448
		OBRA EM SUBESTACOES E LINHAS DE TRANSMISSAO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	63.904.448

25 752	0294 3390	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 20.599 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA)								11.408.116
25 752	0294 3390 0029	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 20.599 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA) - NO ESTADO DA BAHIA								11.408.116
		LOTE IRRIGADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495		11.408.116
25 752	0294 5103	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA BONGI PARA ATE 430 MW								142.548
25 752	0294 5103 0026	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA BONGI PARA ATE 430 MW - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								142.548
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495		142.548
25 752	0294 5105	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW								4.848.674
25 752	0294 5105 0029	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW - NO ESTADO DA BAHIA								4.848.674
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495		4.848.674
25 752	0294 5107	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV)								38.583.903
25 752	0294 5107 0020	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV) - NA REGIAO NORDESTE								38.583.903
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495		38.583.903

**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO****8.705.514**

		ATIVIDADES								
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								4.492.068
25 126	0807 4103 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO NORDESTE								4.492.068
			I	4 - INV	2	90	0	495		4.492.068
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								578.775
25 752	0807 4101 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORDESTE								578.775
			I	4 - INV	2	90	0	495		578.775
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								3.634.671
25 752	0807 4102 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO NORDESTE								3.634.671
			I	4 - INV	2	90	0	495		3.634.671

**TOTAL - INVESTIMENTO****135.763.866**

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 169.401.824**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
**25 ENERGIA**

**169.401.824**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
**752 ENERGIA ELÉTRICA**

**169.401.824**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**  
**0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA**  
**0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE**

**5.440.000****163.961.824**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

**169.401.824****TOTAL****169.401.824**

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**  
**6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**  
**6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS**  
**6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA**  
**TOTAL DA RECEITA**

**148.167.410****148.167.410****148.167.410****0**

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									5.440.000
		ATIVIDADES							
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							5.440.000
25 752	0276 6508 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							5.440.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495	5.440.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									163.961.824
		ATIVIDADES							
25 752	0296 2200	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL							42.146.291
25 752	0296 2200 0050	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE							42.146.291
			I	4 - INV	2	90	0	495	42.146.291
25 752	0296 4478	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE							60.557.412
25 752	0296 4478 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE - NACIONAL							60.557.412
			I	4 - INV	2	90	0	495	60.557.412
		PROJETOS							
25 752	0296 1A01	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAE (RJ) - CAMPOS (RJ), 3º CIRCUITO (345KV - 92 KM)							3.324.049
25 752	0296 1A01 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAE (RJ) - CAMPOS (RJ), 3º CIRCUITO (345KV - 92 KM) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							3.324.049
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 20	I	4 - INV	2	90	0	495	3.324.049
25 752	0296 1D35	MODERNIZACAO DA USINA HIDRELETRICA DE MASCARENHAS DE MORAES (MG), COM CAPACIDADE INSTALADA DE 476 MW - FASE 2							22.138.500
25 752	0296 1D35 0030	MODERNIZACAO DA USINA HIDRELETRICA DE MASCARENHAS DE MORAES (MG), COM CAPACIDADE INSTALADA DE 476 MW - FASE 2 - NA REGIAO SUDESTE							22.138.500
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 19	I	4 - INV	2	90	0	495	22.138.500
25 752	0296 3292	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG)							26.117.291
25 752	0296 3292 0031	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							26.117.291
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	26.117.291
25 752	0296 3360	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II)							3.462.494
25 752	0296 3360 0001	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II) - NACIONAL							3.462.494
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5	I	4 - INV	2	90	0	495	3.462.494
25 752	0296 5119	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO DA USINA TERMELETRICA SAO GONCALO COM ACRESCIMO DE 193 MW (RJ)							15.787
25 752	0296 5119 0033	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO DA USINA TERMELETRICA SAO GONCALO COM ACRESCIMO DE 193 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							15.787
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	15.787
25 752	0296 7066	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG)							6.200.000
25 752	0296 7066 0031	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							6.200.000
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	2	90	0	495	6.200.000

TOTAL - INVESTIMENTO

169.401.824

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.354.179

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

1.354.179

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELÉTRICA

1.354.179

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

454.179

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

900.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

1.354.179

TOTAL

1.354.179

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									454.179
PROJETOS									
25 752	0294 3407	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI							454.179
25 752	0294 3407 0022	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							454.179
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	I	4 - INV	2	90	0	495	454.179
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									900.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							900.000
25 752	0807 4102 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO PIAUI	I	4 - INV	2	90	0	495	900.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.354.179

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.434.946

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

4.434.946

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELÉTRICA

4.434.946

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
1041 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

4.434.946

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

4.434.946

TOTAL

4.434.946

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									4.434.946
		ATIVIDADES							
25 752	1042 2775	MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA							2.330.000
25 752	1042 2775 0011	MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							2.330.000
		PROJETOS							
25 752	1042 3381	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA							2.104.946
25 752	1042 3381 0011	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							2.104.946
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 11							
			I	4 - INV	2	90	0	495	2.104.946
TOTAL - INVESTIMENTO									4.434.946
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA									
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA									

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.571.588			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA			1.571.588
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA			1.571.588
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			150.588 1.421.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			1.571.588
TOTAL			1.571.588
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			1.571.588 1.571.588 1.571.588
TOTAL DA RECEITA			0
1.571.588 RECEITAS CORRENTES		1.571.588	RECEITAS DE CAPITAL
0			
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA			

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									150.588
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							150.588
25 752	0807 4101 0014	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RORAIMA							150.588
			I	4 - INV	2	90	0	495	150.588
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									1.421.000
		ATIVIDADES							
25 752	1042 4431	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR)							521.000
25 752	1042 4431 0014	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA							521.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	521.000

		PROJETOS							
25 752	1042 101Z	AMPLIACAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR)							500.000
25 752	1042 101Z 0014	AMPLIACAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA							500.000
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 4	I	4 - INV	2	90	0	495	500.000
25 752	1042 3995	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR)							400.000
25 752	1042 3995 0014	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA							400.000
		REDE AMPLIADA (KM) 5	I	4 - INV	2	90	0	495	400.000

TOTAL - INVESTIMENTO

1.571.588

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 34.449.131

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA

34.449.131

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes  
 752 ENERGIA ELÉTRICA

34.449.131

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO  
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

1.200.000

33.249.131

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

34.449.131

TOTAL

34.449.131

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	I	U	FTE	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										1.200.000
ATIVIDADES										
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								1.000.000
25 752	0807 4101 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495		1.000.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								200.000
25 752	0807 4102 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495		200.000

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

33.249.131

ATIVIDADES										
25 752	1042 2218	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)								900.000
25 752	1042 2218 0013	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495		900.000
25 752	1042 2224	MANUTENCAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)								500.000
25 752	1042 2224 0013	MANUTENCAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495		500.000



25 752	1042 4468	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)	I	4 - INV	2	90	0	495	5.558.131
25 752	1042 4468 0013	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							5.558.131
25 752	1042 869Q	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO HIDRAULICA DE ENERGIA ELETRICA EM BALBINA (AM)	I	4 - INV	2	90	0	495	1.195.000
25 752	1042 869Q 0013	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO HIDRAULICA DE ENERGIA ELETRICA EM BALBINA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.195.000
PROJETOS									
25 752	1042 3261	TRANSFORMACAO DAS UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELETRICA PARA UTILIZACAO DO GAS NATURAL EM MANAUS (AM)	I	4 - INV	2	90	0	495	18.300.000
25 752	1042 3261 0013	TRANSFORMACAO DAS UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELETRICA PARA UTILIZACAO DO GAS NATURAL EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							18.300.000
25 752	1042 3263	USINA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 36	I	4 - INV	2	90	0	495	18.300.000
25 752	1042 3263	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA DE MANAUS (AM)							5.250.000
25 752	1042 3263 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA DE MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							5.250.000
25 752	1042 3410	PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	I	4 - INV	2	90	0	495	5.250.000
25 752	1042 3410	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)							1.546.000
25 752	1042 3410 0013	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.546.000
		REDE AMPLIADA (KM) 5	I	4 - INV	2	90	0	495	1.546.000
TOTAL - INVESTIMENTO									34.449.131

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 73.391.407

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA 73.391.407

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

752 ENERGIA ELÉTRICA 73.391.407

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL 73.391.407

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 73.391.407

TOTAL

73.391.407

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 58.909.407

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 58.909.407

6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 58.909.407

TOTAL DA RECEITA 58.909.407 RECEITAS CORRENTES 58.909.407 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									73.391.407
PROJETOS									
25 752	0295 1127	IMPLANTACAO DE USINA TERMELETRICA CANDIOTA III, FASE C, COM 350 MW (RS)							29.391.407
25 752	0295 1127 0043	IMPLANTACAO DE USINA TERMELETRICA CANDIOTA III, FASE C, COM 350 MW (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							29.391.407
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 8	I	4 - INV	2	90	0	495	29.391.407

25 752	0295 3380	ADEQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS)						44.000.000
25 752	0295 3380 0043	ADEQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 28	1	4 - INV	2	90	0 495	44.000.000

73,391.407

**ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAPÁ - CEAM**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 9.000.000**

**9.000.000**

**9.000.000**

**9.000.000**

**9.000.000**

**9.000.000**

**ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>									<b>9.000.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 752	1042 2009	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS							2.200.000
25 752	1042 2009 0013	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	2.200.000
		<b>PROJETOS</b>							
25 752	1042 1183	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW							3.000.000
25 752	1042 1183 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
		PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 14							
25 752	1042 1721	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM							1.800.000
25 752	1042 1721 0013	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	1.800.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 65							
25 752	1042 3277	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA							2.000.000
25 752	1042 3277 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 51							

**9.000.000**



**MENSAGEM Nº 835**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de R\$408.871.889,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$758.445.333,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 27 de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 177/2006 – MP

Brasília, 14 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que abre crédito suplementar ao Orçamento de Investimento para 2006 (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), no valor total de R\$408.871.889,00 (quatrocentos e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil e oitocentos e oitenta e nove reais), em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, e, ao mesmo tempo, reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$758.445.333,00 (setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e trezentos e trinta e três reais), para atendimento de pleito do Ministério de Minas e Energia.

2. Os créditos ora solicitados têm por finalidade adequar as dotações orçamentárias das respectivas empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício.

3. A seguir, a destinação, por empresa, dos referidos créditos, bem como a discriminação das respectivas fontes de financiamento:

**a)** Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL – R\$760.422,00 destinados à atividade “Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos”, de âmbito Nacional. Os recursos necessários à realização dos investimentos são provenientes de geração própria do CEPEL.

**b)** Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR – R\$21.414.581,00, sendo:

- R\$17.356.521,00 destinados à ação “Usina Termonuclear de Angra III”, no Estado do Rio de Janeiro;

- R\$4.000.000,00 para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Infor-

mação e Teleprocessamento”, no Estado do Rio de Janeiro; e

- R\$58.060,00 destinados à “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**c)** Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS – R\$17.022.273,00, sendo:

- R\$9505.808,00 destinados ao projeto “Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistemas de Geração e de Transmissão na região Amazônica”, na região Norte; e

- R\$7.516.465,00 para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**d)** Centrais Elétricas do Norte Brasil S.A. – ELETRONORTE – R\$ 14.170.000,00, sendo:

- R\$4.000.000,00 destinados à atividade “Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica”, na região Norte;

- R\$5.000.000,00 para “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, na região Norte;

- R\$1.000.000,00 destinados ao projeto “Implantação de Sistema de Transmissão em Roraima”, no Estado de Roraima;

- R\$2.170.000,00 destinados ao projeto “Recapacitação das Unidades Geradoras 1 e 2 da Usina Hidroelétrica Coaracy Nunes (AP) (Acréscimos de 4 MW, no Estado do Amapá.

- R\$2.000.000,00 destinados ao projeto “Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá”, no Estado do Amapá.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**e)** Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – ELETROSUL – R\$87.679.244,00, sendo:

- R\$6.175.600,00 destinados à atividade de “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica”, de âmbito Nacional; e

- R\$81.503.644,00 para “Ampliação de Sistema de Transmissão na região Sul (381 km e Reforço em 9 Subestações)”, na região Sul.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de repasses da controladora e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**f) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF** – R\$ 3.163.866,00 destinados à atividade “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica”, na Região Nordeste. Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**g) Furnas Centrais Elétricas S.A. – FURNAS** – R\$21.234.414,00, sendo:

- R\$107.500,00 destinados à atividade “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica”, de âmbito Nacional;

- R\$7.485.158,00 destinados à ação “Preservação e Conservação Ambiental de Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica”, de âmbito Nacional;

- R\$596.000,00 destinados ao projeto “Implantação de Ciclo Combinado na Usina Termelétrica Santa Cruz – Fase 1 – com crescimento de 350 MW (RJ)”, no Estado do Rio Janeiro; e

- R\$13.045.756,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**h) Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE** – R\$44.670.820,00, sendo:

- R\$33.883.795,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (ACRE)”, no Estado do Acre;

- R\$830.000,00 destinados à “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática,

Informação e Teleprocessamento”, no Estado do Acre;

- R\$232.718,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, no Estado do Acre;

- R\$1.870.341,00 destinados ao projeto “Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Acre”;

- R\$5.931.876,00 destinados ao projeto “Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre”, no Estado do Acre; e

- R\$1.922.090,00 para a ação “Interligação dos Sistemas Isolados ao Sistema Rio Branco (AC)”, no Estado do Acre.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

**l) Companhia Energética de Alagoas – CEAL** – R\$11.185.001,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (Alagoas)”, no Estado de Alagoas. Os recursos necessários à realização dos investimentos são provenientes de geração própria da empresa.

**j) Companhia Energética do Piauí – CEPISA** – R\$87.402.382,00, sendo:

- R\$74.725.200,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (Piauí)”, no Estado do Piauí;

- R\$5.430.790,00 para o projeto “Implantação de Sistema de Transmissão no Piauí”, no Estado do Piauí;

- R\$7.211.392,00 destinados à atividade “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado do Piauí; e

- R\$35.000,00 destinados à ação “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, no Estado do Piauí.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**k) Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON** – R\$35.900.000,00, sendo:

- R\$34.000.000,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (Rondônia)”, no Estado de Rondônia;

- R\$900.000,00 para a atividade “Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Rondônia”; e
- R\$1.000.000,00 destinados ao projeto “Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia”, no Estado de Rondônia.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

I) Manaus Energia S.A. – R\$40.786.886,00, sendo:

- R\$22.400.000,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz pra Todos (Manaus)”, no Município de Manaus (AM);
- R\$2.100.000,00 destinados à atividade “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado do Amazonas;
- R\$3.200.000,00 para a ação “Manutenção do Sistema de Transmissão e Subtransmissão em Manaus (AM)”, no Estado do Amazonas; e
- R\$13.086.886,00 destinados ao projeto implantação de Sistema de Transmissão em Manaus (AM)”, no Estado do Amazonas.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

m) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica R\$14.482.000,00, sendo:

- R\$10.900.000,00 destinados ao projeto “Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici com 446 MW em Candiota (RS)”, no Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$500.000,00 destinados à atividade “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, na Região Sul;
- R\$1.700.000,00 destinados à atividade “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, na Região Sul; e
- R\$1.382.000,00: para a ação “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”; na Região Sul.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

n) Companhia Energética do Amazonas – CEAM – R\$9.000.000,00, destinados ao projeto “Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Estado do Amazonas”. Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

4. A suplementação solicitada pelas empresas retro relacionadas possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo a assegurar o abastecimento do mercado interno de energia elétrica, e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão do plano estratégico das empresas do Grupo Eletrobrás para 2006.

5. Cabe ressaltar que, com a abertura deste crédito, ocorrerá, no Orçamento de Investimento para 2006, do conjunto das empresas do Grupo Eletrobrás, redução líquida de R\$349.573.444,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e setenta e três mil o quatro centos e quarenta e quatro reais), em razão de estar sendo proposto também neste Projeto de Lei cancelamento de dotações no valor total de R\$758.445.333,00 (setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e trezentos e trinta e três reais), em outros projetos/atividades das respectivas empresas.

6. Segundo as empresas, essa redução está em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerá o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2006.

7. Cabe esclarecer que a meta de Resultado Primário, para 2006, fixada para as empresas do Grupo Eletrobrás no Anexo III ao Decreto nº 5.861, de 28 de julho de 2006, no montante de R\$1.800 milhões, equivalentes a 0,09% do Produto Interno Bruto – PIB, não será comprometida com a abertura do referido crédito, uma vez que o cancelamento de investimentos supera a suplementação ora proposta em R\$350 milhões.

8. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

**Estima a receita e fixa a despesa da  
União para o exercício financeiro de 2006.**

DECRETO Nº 5.861, DE 28 DE JULHO DE 2006

**Dá nova redação ao parágrafo único  
do art. 12 e aos Anexos VIII, IX, X e XI do De-****creto nº 5.780, de 19 de maio de 2008, que  
dispõe sobre a programação orçamentá-  
ria e financeira e estabelece o cronograma  
mensal de desembolso do Poder Executivo  
para o exercício de 2006, e dá outras pro-  
vidências.****ANEXO - III**  
(Anexo X ao Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006)**RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil	
	VALORES ACUMULADOS	
	QUADRIMESTRES	
	II	III
<b>A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)</b>	1.230.000	1.800.000
I - Receitas	21.958.573	31.139.581
II - Despesas	20.585.410	30.157.004
Investimentos	2.873.300	4.950.322
Demais Despesas	17.712.110	25.206.682
III - Ajuste Competência/Caixa	527.827	2.286.943
IV - Juros	670.990	1.469.520
<b>B - Grupo PETROBRÁS (I-II+III-IV)</b>	5.619.188	11.830.627
I - Receitas	126.763.480	194.699.271
II - Despesas	118.437.918	186.187.053
Investimentos	15.857.836	24.095.055
Demais Despesas	102.580.082	162.091.998
III - Ajuste Competência/Caixa	(2.444.477)	3.578.074
IV - Juros	261.897	259.665
<b>C - ITAIPU (I-II+III-IV)</b>	3.086.640	4.809.438
I - Receitas	4.694.236	7.090.768
II - Despesas	3.644.049	5.443.692
Investimentos	29.437	45.619
Demais Despesas	3.614.612	5.398.073
III - Ajuste Competência/Caixa	(19.536)	59.797
IV - Juros	(2.055.989)	(3.102.565)
<b>D - Demais empresas (I-II+III-IV)</b>	(624.368)	(577.519)
I - Receitas	14.320.034	21.934.963
II - Despesas	13.491.227	21.099.446
Investimentos	905.866	1.535.509
Demais Despesas	12.585.361	19.563.937
III - Ajuste Competência/Caixa	(1.662.841)	(1.660.382)
IV - Juros	(209.666)	(247.346)
<b>RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C+D)</b>	<b>9.311.460</b>	<b>17.862.546</b>

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos  
Públicos e Fiscalização.)**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Blo-  
co/PT – RJ) – Nos termos das normas constantes da  
Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN Ns 823  
e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte  
calendário para tramitação do projeto:Até 8-10 Publicação e distribuição de avulsos;  
Até 16-10 Prazo final para apresentação de emendas;  
Até 21-10 Publicação e distribuição de avulsos das  
emendas;  
Até 31-10 Encaminhamento do parecer final à Mesa  
do Congresso Nacional



O Projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Aviso nº 35, de 2006 (nº 1.668/2006, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.371, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos Anexos I, II e III do Relatório Consolidado, do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à consolidação dos trabalhos de fiscalização em obras públicas neste exercício de 2006, destinado a prestar informações ao Congresso Nacional e subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2007. (TC nº 005.275/2006-4).

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa parecer que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.098, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 216, de 2006 (nº 739/2000 na origem), do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria no valor de US\$151.953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos), referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris.**

Relator: Senador **Ney Suassuna**

#### **I – Relatório**

Nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, o Presidente da República encaminhou a esta Casa, por intermédio da Mensagem nº 216, de 2006, proposta para que seja a União autorizada a celebrar operação financeira com a República Federal da Nigéria, com vistas à reestruturação de seus créditos junto àquele país, no montante equivalente a US\$151.953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos).

A operação sob exame decorre de contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris.

A dívida da República Federal da Nigéria vem sendo objeto de discussão e negociação no âmbito do Clube de Paris desde 1984, muito embora, desde aquela época, havia impasse negocial, decorrente da recusa daquele país em reconhecer os créditos brasileiros. Assim, o Brasil foi impedido de participar das negociações, então em andamento, no Clube de Paris.

Após numerosas tentativas de aproximação e convencimento, a República Federal da Nigéria reconheceu créditos brasileiros como elegíveis no âmbito do Clube de Paris.

Como é sabido, os acordos negociados e firmados nessa instância de países levaram à definição de regras e condições gerais aplicáveis à consolidação e à reestruturação de dívidas junto a credores oficiais, originando, daí, contratos bilaterais específicos, celebrados entre cada credor e o respectivo país devedor.

O Contrato de Reestruturação da dívida da República Federal da Nigéria, ora submetido à apreciação do Senado Federal, é desdobramento das Atas de Entendimentos celebradas no Clube de Paris por representantes da Nigéria e de países credores, inclusive o Brasil, onde foram ajustadas a consolidação e a reestruturação de determinadas dívidas.

Dessa forma, o contrato ora submetido ao Senado Federal é resultante desses entendimentos e decorre de negociação direta procedida pela República Federal da Nigéria junto ao Governo brasileiro.

Destaque-se que a dívida a ser reestruturada é proveniente de operações de seguro de crédito à exportação, indenizadas pelo IRB – Brasil Resseguros S.A. São provenientes, assim, de créditos concedidos e segurados, nas décadas de 1970 e 1980 por órgãos públicos brasileiros, com o objetivo de promover exportações brasileiras para aquele país, no âmbito do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX).

Os termos e as condições desse contrato de reestruturação de débitos foram definidos, concluídos e firmados entre o Brasil e a República Federal da Nigéria em 29 de dezembro de 2005.

Como de praxe, esse contrato foi assinado antes de sua apreciação e solicitação de sua autorização ao Senado Federal. Todavia, a inclusão de cláusula contratual que prevê a possibilidade de efeito suspensivo de sua eficácia, até que esse contrato esteja devidamente autorizado pelo Senado Federal, faz com que ele não contrarie ou restrinja o que determina o art. 52 da Constituição Federal.

A operação de reestruturação da dívida da República Federal da Nigéria, a exemplo de outros créditos reestruturados ou reescalados no âmbito do Clube de Paris, implica remissão parcial de dívida.

## II – Análise

Ao Senado Federal é assinalada competência privativa para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, nos termos do inciso V do art. 52 da Constituição Federal.

A Resolução nº 50, de 1993, regulamentou esse preceito constitucional, dispondo, entre outros aspectos, sobre as operações ativas de financiamento externo com recursos orçamentários da União. No art. 8º dessa resolução, é detenninado que as operações de renegociação ou rolagem de créditos externos do País, concedidos mediante empréstimo ou financiamento a devedores situados no exterior, sejam submetidos à apreciação do Senado Federal, prestadas todas as informações pertinentes.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio dos Pareceres PGFN/COF/Nº 1.236, de 2 de junho de 2006, e Nº 2.149, de 29 de dezembro de 2005, analisou os aspectos jurídicos envolvidos no contrato, não apontando quaisquer óbices legais à autorização da contratação pretendida, ressaltando, ainda, que o contrato atende ao art. 11 da Resolução nº 50, de 17 de junho de 1993, do Senado Federal, não contendo, dessa forma, cláusula de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, nem contrária à Constituição e às leis brasileiras.

Ademais, os autos do presente processo encontram-se instruídos com a documentação e as informações exigidas pela referida Resolução nº 50, de 1993, notadamente àquelas definidas em seu art. 9º, e encaminhadas ao Senado Federal pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Enfatize-se que o contrato de reestruturação de débitos da República Federal da Nigéria dá prosseguimento à política brasileira de recuperação de créditos com o apoio do Clube de Paris. No presente caso, o contrato de refinanciamento obteve o reconhecimento da maior parte dos créditos pendentes com a Nigéria, cerca de 86,0%, constituindo-se numa oportunidade de regularização da dívida daquele país.

A Secretaria do Tesouro Nacional manifestou-se favoravelmente ao Contrato de Reestruturação de Dívida em exame nesta Comissão, esclarecendo, ainda, que no caso em tela, a redução da dívida não causa prejuízo às contas fiscais, dado que tais créditos não estão contabilizados nas reservas internacionais e não compõem a dívida Líquida do Setor Público (DLSP). Ao contrário, o recebimento da dívida implicará impacto fiscal positivo.

Por último, cumpre enfatizar que a modalidade de redução de dívida prevista pelo contrato de reestruturação em exame encontra respaldo na Lei nº 9.665, de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial de créditos externos.

Em conclusão, o acordo firmado entre o Brasil e a República Federal da Nigéria contempla redução da

dívida que respeita e considera os procedimentos e as diretrizes definidas na legislação brasileira aplicável à matéria, assim como os entendimentos desenvolvidos e firmados no âmbito do Clube de Paris.

Por outro lado, sabe-se que não é vislumbrada qualquer outra forma de recuperação dos créditos dessa natureza que não aquela negociada no âmbito do Clube de Paris.

Nos termos dessas considerações, acreditamos na oportunidade e na viabilidade de êxito na recuperação desses créditos externos brasileiros.

## III – Voto

Assim sendo, somos a favor da concessão da autotização solicitada nos termos do seguinte:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51, DE 2006

**Autoriza a União a contratar operação financeira com a República Federal da Nigéria, no valor de US\$151.953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos), referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, autorizada a celebrar contrato de reestruturação de seus créditos junto à República Federal da Nigéria, no montante equivalente a US\$151.953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos).

Parágrafo único. A operação financeira externa definida no caput dar-se-á nos termos do contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria.

Art. 2º A operação de reestruturação da dívida da República Federal da Nigéria observará as seguintes condições financeiras:

I – dívida afetada: US\$151.953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos), sendo que:

a) dívida reconhecida: US\$ 128.740.256,00,

b) dívida não-reconhecida: US\$ 23.213.536,35.

II – dívida a pagar: US\$67.293.786,00 correspondente ao montante a ser pago da seguinte maneira:



a) Pagamento pro rata temporis (31-10-2005): US\$352.403,00;

b) 1º Fase (31-10-2005): US\$42.611.588,00;

c) 2º Fase (12-12-2005): US\$9.432.865,00;

d) 3º Fase (31-5-2006): US\$14.896.930,00.

III – dívida a cancelar: US\$84.660.006,35, sendo que:

a) US\$23.213.536,35, correspondem a parcela de dívida não reconhecida, condicionada aos pagamentos da 1º Fase;

b) US\$25.193.322,00, condicionada ao pagamento da 1º Fase;

c) US\$25.956.756,00, condicionada ao pagamento da 2º Fase;

d) US\$10.296.392,00, condicionada ao pagamento da 3º Fase.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de eficácia plena do contrato.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2006.



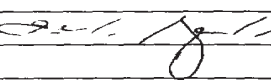
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 216, DE 2006**  
**NÃO TERMINATIVA**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/10/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):


**PRESIDENTE:** 

**RELATOR(A):** 

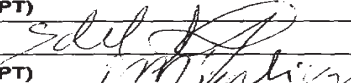
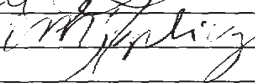
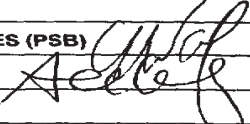
**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
HUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-MARCOS GUERRA (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET 	1-ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
BERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-VAGO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT) 
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES 
------------	---

\* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizado em 16/09/2006

**PARECER Nº 1.099, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 219, de 2006 (nº 779/2006 na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito da Prefeitura Municipal de Joinville (SC), solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor total de até US\$11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde.**

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

**I – Relatório**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Joinville, por intermédio da Mensagem nº 219, de 2006, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

Os recursos provenientes da operação de crédito em análise destinam-se ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, além desse empréstimo do Fonplata, a ser desembolsado em até sessenta meses, originalmente previstos para o período de 2005 a 2009, o programa contará com contrapartida de recursos do município, estimada no montante de até US\$2,95 milhões.

A operação de crédito externo pretendida e suas condições financeiras estão devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o nº TA384207. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decic/Diope/Suaut-2006/089, de 5 de junho de 2006.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo Fonplata, que, geralmente, se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A presente operação de crédito com o Fonplata se processará na modalidade de empréstimo em moeda, na qual incidirão juros vinculados à Libor semestral,

mais despesas e margem relativa à remuneração de seu capital ordinário.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 8,41% ao ano.

**II – Análise**

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nesta operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação da Prefeitura Municipal de Joinville no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como as relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantia em operações de crédito.

Essas operações financeiras estão, portanto, numa primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções que, além da observância dos aspectos de natureza estritamente financeira, exigem que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantia:

1. oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
2. adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer Gerfi/Coref/STN Nº 365, de 3 de julho de 2006, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito da Administração Direta do Município de Joinville junto à União ou a suas entidades controladas.

Ademais, há previsão do oferecimento de garantias por parte da Prefeitura Municipal de Joinville. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município.

Enfatize-se que o Município de Joinville procedeu ao refinanciamento de suas dívidas com a União, apresentando uma relação entre sua dívida consolidada e sua receita corrente favorável: 72% em 31 de dezembro de 2005, que se eleva para 80%, se consideramos os recursos da presente operação de crédito.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como, também, (ii) de acordo com a STN, a Prefeitura Municipal de Joinville conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do município, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome da Prefeitura Municipal de Joinville nos últimos anos.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

**a)** os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer Gerfi/Coref/STN Nº 365, de 2006;

**b)** o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 1.753/2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

**c)** relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam na Lei nº

5.223, de 3 de junho de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual Municipal, para o período 2006-2009, em que se inserem as ações do projeto em exame.

Ainda, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Municipal nº 5.359, de 14 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Joinville para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Consta desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos, à contrapartida do Município e ao pagamento de juros e demais serviços da dívida.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo Município e o cronograma de utilização de recursos, esta Secretaria entende que o mutuário dispõe das dotações necessárias à execução do Projeto no corrente ano de 2006.

**d)** os limites de endividamento da Prefeitura Municipal de Joinville, estipulados nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, foram calculados e considerados atendidos, conforme informado no Parecer GTCUR/STN/ Nº 86, de 7 de dezembro de 2005, também anexo à presente mensagem.

Dessa forma, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame atende a todas as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2006, do Senado Federal, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

Ressalte-se ainda que a operação de crédito pretendida, ao incorrer em um custo efetivo equivalente a 8,41% a.a., de acordo com cálculos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, incorpora custos aceitáveis, pois, embora sendo ligeiramente superior ao custo médio atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, que se situa na faixa de 8,1% a 8,4% ao ano, o município não conseguiria tais condições em captações no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Município de Joinville, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Quanto ao mérito do programa, há que se enfatizar que ele visa orientar e induzir o desenvolvimento sustentável da cidade a partir da implantação de um eixo viário estrutural e da consolidação de uma rede

de parques para atividades de lazer, de recreação e de preservação e recuperação ambiental.

Mais ainda, como ressaltado no referido parecer da STN, a execução dos projetos que integram o presente programa apresenta viabilidade econômica pois, entre outros aspectos, contribuirá para a estruturação de uma região deprimida do Município de Joinville e pela criação de uma barreira ao avanço desordenado da mancha urbana em direção a regiões de preservação ambiental permanente.

### III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Prefeitura Municipal de Joinville encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52, DE 2006

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º é a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$11.800.000,00 (Onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Prefeitura Municipal de Joinville (SC);

II – *credor*: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$ 11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – *prazo de desembolso*: cinquenta e quatro meses, contados a partir da data da vigência do contrato;

VI – *amortização*: em parcelas semestrais e consecutivas, pagas no prazo de vinte anos contados a partir da assinatura do contrato, vencendo-se a primeira no dia 21 do mês subsequente aquele em que se encerrar os cento e oitenta dias-calendário contados a partir da data prevista para o desembolso final;

VII – *juros*: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor diário do empréstimo, a uma taxa anual composta pela LIBOR semestral para dólar americano, acrescidos de um spread de 2,75%, sendo que, caso o Mutuário finalize o Programa dentro do prazo originalmente previsto, o FONPLATA concederá redução de 0,25% no **spread**;

VIII – *juros de mora*: equivalente a 20% da taxa anual de juros;

IX – *comissão de compromisso*: até 0,75% ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor cento e oitenta dias após a assinatura do contrato, podendo este percentual ser aumentado para 1% ao ano, caso o prazo de desembolso, originalmente estabelecido, for ampliado;

X – *comissão à vista*: US\$113.500,00 (cento e treze mil e quinhentos dólares americanos), em uma única parcela na data do primeiro desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como o prazo de desembolsos, poderão ser alterados em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia à Prefeitura Municipal de Joinville na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que a Prefeitura Municipal de Joinville celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os art. 58 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
 **Mensagem do Senado Federal Nº 219, de 2006**  
 **NÃO TERMINATIVA**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/10/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**RELATOR(A):** \_\_\_\_\_

**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPIPO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-MARCOS GUERRA (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET	1-ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-VAGO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

\* Vaga cedida pelo PMDB.

## **PARECERES**

### **Nºs 1.100 e 1.101, DE 2006**

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999 Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição e dá outras providências.

### **PARECER Nº 1.100, DE 2006,**

### **DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

### **RELATOR: Senador LUIZ OTÁVIO**

#### **I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão, para análise de sua juridicidade, em atendimento a deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE (cf. ofício de fls. 13), o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, ementado na epígrafe, de autoria do Senhor Senador EDISON LOBÃO.

O projeto compõe-se de oito artigos, assim descritos:

a) o art. 1º indica o objeto da Lei, que *disciplina a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição;*

b) o art. 2º estabelece o conceito de *benefício tributário*, para os fins dessa Lei, dispondo em quatro parágrafos o que se inclui ou não e se subentende na regra objeto do *caput*;



c) o art. 3º estabelece o conceito de *benefício financeiro ou creditício*, para os fins dessa Lei, e, no parágrafo único, dispõe sobre o critério para determinação do valor atribuído à dispensa, redução ou equalização de taxa de juros;

d) o art. 4º determina que o *Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião, os benefícios tributários, por tributo ou contribuição social, e os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito*. No parágrafo único, dispõe-se que *os demonstrativos serão acompanhados de texto com a metodologia adotada e de quadros analíticos comparativos das estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores e texto explicativo das diferenças entre os valores estimados e os realizados*;

e) o art. 5º determina que o *Poder Executivo publicará, até 30 de setembro e juntamente com o balanço geral da União, demonstrativos referentes ao primeiro semestre e ao exercício financeiro, segundo setor de atividade e macrorregião, os benefícios tributários, por tributo ou contribuição social, e os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito*;

f) o art. 6º fixa o prazo de sessenta dias, contado da data da publicação, para o Poder Executivo regulamentar a Lei;

g) o art. 7º indica que a vigência da Lei ocorre na data da publicação;

h) o art. 8º contém cláusula de revogação das disposições em contrário.

O eminente Autor, na justificação, inicia por aludir ao fato de a redação do art. 165, § 6º, da Constituição, no seu entender, ser reconhecidamente imprecisa, confusa e, até mesmo, redundante, daí a necessidade de o projeto de lei conceituar benefício tributário e benefício financeiro ou creditício.

Segundo o Autor, decorridos mais de dez anos desde a promulgação da Constituição de 1988, o atendimento desse preceito constitucional, pelo Poder Executivo, continua sendo feito de maneira insatisfatória. Daí, o texto de proposição legislativa por ele proposto, que, a seu ver, deverá sanar o problema. Justifica, ainda, os arts. 5º e 6º do projeto, que tratam de outras providências correlatas, atribuídas ao Poder Executivo.

O projeto de lei foi encaminhado à CAE, em 4/6/1999, para apreciação em caráter terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental. Em 26/9/2001, foi anexada ao processado (fls. 8-10) cópia de minuta de relatório favorável ao projeto, com duas emendas, apresentada pelo Senhor Senador EDUARDO SUPLICY.

Em 8/11/2001, o Presidente do Senado oficiou ao Presidente da CAE (fl. 12) comunicando-lhe ter sido apresentado requerimento do Autor do PLS nº 397, de 1999, solicitando sua inclusão em Ordem do Dia; daí, encarecer-lhe a manifestação da Comissão, uma vez que a matéria já se encontraria devidamente instruída com relatório e pronta para inclusão na pauta de reuniões.

Em 4/12/2001, o Presidente da CAE oficiou ao Presidente da CCJ (fl. 13) encaminhando-lhe, *para análise de sua juridicidade*, o PLS nº 397, de 1999, em atendimento a deliberação da referida Comissão.

Nesse ínterim, findada a legislatura sem apreciação da CCJ, continuou tramitando o projeto, nos termos do art. 332, II, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno (art. 101, I), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de matéria que lhe for submetida por consulta de qualquer outra Comissão, como é o caso já relatado.

Em princípio, seria desnecessário examinar a matéria quanto à *constitucionalidade e regimentalidade*, por a solicitação ter-se restringido à

juridicidade. Entretanto, se encontrados defeitos dessa natureza no projeto de lei sob exame, não pode esta Comissão declinar de apontá-los, em face de sua originária competência regimental (arts. 101, I e V).

Quanto à técnica legislativa, será ela abordada na análise da juridicidade em sentido estrito, à vista da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Além disso, prevê o Regimento Interno que, tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a CCJ poderá oferecer emenda corrigindo o vício (cf. § 2º do art. 101).

Esse projeto de lei propõe-se a regular o disposto no § 6º do art. 165 da Constituição, que reza:

**Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

(...)

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(...)

A inconstitucionalidade parcial desse projeto de lei – que poderá ser corrigida mediante emenda da CCJ – resulta patente, desde logo, na epígrafe da proposição legislativa, a qual enuncia lei ordinária como título designativo da espécie normativa, e não lei complementar, exigida, no caso, por força do disposto no art. 163, I, da Constituição, que remete à lei complementar dispor sobre finanças públicas, e no art. 165, § 9º, I, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre a elaboração e a organização da lei orçamentária anual.

Ora, para os fins sob análise, após apresentado o projeto de lei, foi promulgada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (*estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*), mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depois de promulgada a Constituição de 1988, enquanto não vigente a Lei de Responsabilidade Fiscal, matérias como a objeto do PLS nº 397, de 1999, ora sob análise, eram reguladas, anualmente, nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), que, como sabido, decorrem da inovadora disposição, acima transcrita, do art. 165, II, da Lei Maior atual, e de seu § 2º, que dispõe: *A lei de diretrizes orçamentárias (...) orientará a elaboração da lei orçamentária anual (...).*

Tendo passando a vigorar a referida Lei de Responsabilidade Fiscal, parece-nos que essa matéria há de ser considerada, essencialmente, objeto da mencionada Lei Complementar nº 101, de 2000, que assim dispõe:

**Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:**

(...)

**II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;**

(...)

Por conseguinte, sem prejuízo de previsão mais minuciosa em futuras LDOs, as normas para a elaboração *do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição* devem constar nos parágrafos desse art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não ocorre.

A solução é dada pela também mencionada Lei Complementar nº 95, de 1998, cujo art. 12, III, dispõe que, no caso, *a alteração da lei será feita (...) por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras, que enumera em alíneas.*

### III – VOTO

À vista do exposto, em atendimento à consulta formulada pela Comissão de Assuntos Econômicos, e sem prejuízo de sua competência, quanto ao mérito, concluímos pela juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, desde que sanada a inconstitucionalidade parcial e os defeitos de técnica legislativa, na forma do Substitutivo adiante oferecido:

#### EMENDA Nº 1-CCJ (Substitutivo)

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397 (SUBSTITUTIVO), DE 1999 – COMPLEMENTAR

Altera os arts. 5º, 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para dispor sobre o documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição e sobre providências correlatas.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei Complementar, nos termos do art. 2º, disciplina a elaboração do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, e, nos termos do art. 3º, estabelece a divulgação, pelo Poder Executivo, de demonstrativos dessa natureza, junto com os relatórios resumidos da execução orçamentária do terceiro e último bimestres e com a prestação de contas da União.

**Art. 2º** O art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos §§ 8º, 9º e 10, com a seguinte redação:

“Art. 5º .....

§ 8º O documento de que trata o inciso II deste artigo:

I será integrado por demonstrativos que discriminem, segundo setor de atividade e macrorregião do País:

- a) os benefícios tributários, por tributo e contribuição;
- b) os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito;

II – será acompanhado de:

- a) texto com a descrição da metodologia adotada na sua elaboração;
- b) quadros analíticos que comparem, com o mesmo detalhamento previsto no inciso I deste parágrafo, as estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores efetivamente realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores, além de texto com explicações sobre as diferenças eventualmente existentes entre os valores estimados e os realizados.

§ 9º Para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição, autorizada por lei que, excepcionando a legislação de referência, tenha objetivo específico e alcance grupo restrito de contribuintes, setor de atividade ou região;

II – entende-se como integrando a legislação de referência do tributo ou da contribuição, de que trata o inciso I deste parágrafo, as regras normalmente aplicáveis aos respectivos fatos geradores, incluídas, dentre outras, as deduções-padrão, as deduções necessárias ao auferimento da renda, as deduções de impostos ou de contribuições de natureza compulsória, os limites de isenção, bem assim a estrutura de alíquotas e suas alterações;

III – equiparam-se a alterações de alíquotas, de que trata o inciso II, parte final, deste parágrafo, as desonerações de tributo ou contribuição, de natureza objetiva;

IV – consideram-se implícitas no conceito de benefício tributário:

- a) a perda potencial de receita fiscal decorrente de desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição;
- b) a isenção, a anistia e a remissão, bem assim a desoneração constitucional de natureza subjetiva;

V – não se considera benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição:

- a) correspondente a indenização compensatória que não resulte em aumento de disponibilidade econômica para o contribuinte;
- b) que objetive viabilizar a realização de determinada operação econômica;



c) cujo usuário final seja a União ou o conjunto dos Estados e Distrito Federal ou dos Municípios;

d) que atenda a condição de reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outro país.

§ 10. Ainda para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício financeiro ou creditício:

a) a dispensa, redução ou equalização da taxa de juros;

b) a dispensa ou redução de taxa de serviço, comissão ou encargo normalmente incidente em operação de crédito da espécie;

II – o valor atribuído à dispensa, redução ou equalização da taxa de juros, de que trata a alínea “a” do inciso I deste parágrafo, será determinado tomando-se como referência a taxa média de juros paga sobre os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional. (NR)”

**Art. 3º** Os arts. 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 49.....**

*Parágrafo único.* A prestação de contas da União conterá:

I – demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do País, os valores efetivamente realizados no exercício a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10;

II – demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício. (NR)”

**“Art. 53.....**

§ 3º Os relatórios resumidos da execução orçamentária do Poder Executivo da União, referentes ao terceiro e último bimestres do exercício, a serem publicados no prazo a que se refere o caput do art. 52,

serão acompanhados, também, de demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do País, os valores efetivamente realizados no período a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10. (NR) ”

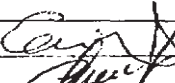

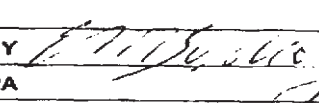
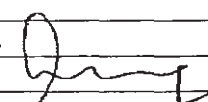
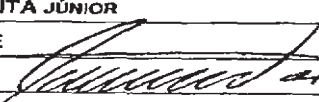
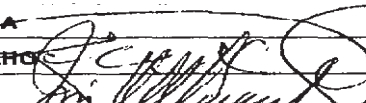
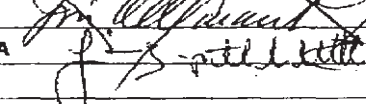

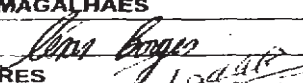

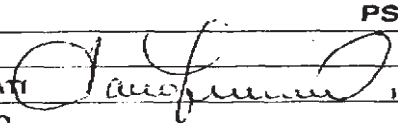
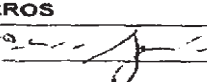
**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de março de 2004

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 397 DE 1999

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/03/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : 	
RELATOR : 	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b>	
SERYS SLHESSARENKO	1-EDUARDO SUPPLYC 
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA 	7-AELTON FREITAS 
<b>PMDB</b>	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FIERCE 	2-LUIZ OTÁVIO (RELATOR)
JOSÉ MARANHÃO	3-RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA 	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL 
<b>PFL</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES 	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO 
<b>PSDB</b>	
ÁLVARO DIAS 	1-ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-EDUARDO AZEREDO 
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
<b>PPS</b>	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

Atualizada em: 16/02/2004

**PARECER Nº 1.101, DE 2006**  
**Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,**

**RELATOR Senador Eduardo Matarazzo Suplicy**

**I. RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, da lavra do ilustre Senador Edison Lobão, submetido à análise desta Comissão de Assuntos Econômicos, em termos de decisão conclusiva, propõe a regulamentação do demonstrativo regionalizado dos efeitos, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, previsto no art. 165, § 6º, da Constituição:

*"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I - o plano plurianual;*

*II - as diretrizes orçamentárias;*

*III - os orçamentos anuais.*

*§ 6.º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia."*

Esse dispositivo constitucional visa explicitar, pelo Poder Executivo, para toda sociedade brasileira, os setores econômicos e as regiões que foram beneficiadas pelos incentivos governamentais.

O projeto em análise almeja regulamentar esse artigo constitucional que segundo a justificativa a *"redação desse dispositivo é reconhecidamente imprecisa, confusa e, até mesmo redundante, haja vista que as isenções, anistias e remissões são na verdade, espécies do gênero BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO; de igual modo, subsídios de natureza creditícia ou financeiro não deixam de ser espécies DO 'GÊNERO BENEFÍCIO FINANCEIRO OU CREDITÍCIO'".* Essa proposta do Senador Edison Lobão também, discrimina e conceitua benefício tributário e financeiro (ou creditício) e *"estabelece a obrigatoriedade de encaminhamento ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros segundo setor de atividade [econômica] e macrorregião"* especificando no caso dos benefícios tributários, os tributos que geraram a renúncia fiscal e no caso dos financeiros, as operações de crédito a eles correspondentes.

Por fim, o projeto prevê a publicação, pelo Executivo Federal, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros junto com o relatório bimestral da execução orçamentária e com o Balanço Geral da União.

Em 26 de setembro de 2001 apresentei uma minuta de relatório favorável ao projeto com as emendas nºs 1 e 2 . com o intuito de aperfeiçoar a proposição do Senador Lobão.

Atendendo a deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos, em 11 de dezembro de 2001, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para analisar a juridicidade do projeto.

Com o fim da legislatura, em 2002, a matéria continuou tramitando na CCJ em função do disposto no inciso II, art. 332, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, do Senado Federal, e das instruções da Secretaria-Geral da Mesa, consolidadas pelo Ato do Presidente nº 97, de 2002, publicado no Diário do Senado Federal de 21.12.2002.

Em 10.03.2004, a CCJ aprovou o parecer do Senador Luiz Otávio, concluindo pela juridicidade do projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

Vale registrar que após a apresentação do Projeto em análise, foi promulgada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, norma *que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, o parecer aprovado pela referida Comissão adequou o PLS nº397 de 1999 ao novo marco legal que regulamenta às finanças públicas na forma do Substitutivo aprovado.

Finalmente, a proposição me foi reencaminhada para proferir novo parecer.

É o relatório.

## II. O VOTO

Consoante com o art. 90, XII, do Regimento Interno, às comissões compete opinar sobre o mérito das proposições submetidas para o seu exame, emitindo o respectivo parecer.

A proposição foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça que aperfeiçoou o projeto através da correção da inconstitucionalidade parcial e dos defeitos de técnicas legislativa, na forma do substitutivo oferecido.

No que tange ao mérito, a proposição do Senador Edison Lobão é oportuna e conveniente, pois proporciona uma maior transparência dos gastos do erário. Nesse sentido, concluo o meu parecer pela sua APROVAÇÃO com a introdução de duas alterações ao substitutivo oferecido pela CCJ, com o intuito de aperfeiçoar essa postulação.

A primeira alteração é a supressão do item b do inciso V, do art. 5 da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, que foi alterado pelo art. 2 do Substitutivo da CCJ. Tal subtração decorre do caráter redundante sendo *perfeitamente dispensável*.

A segunda alteração foi introduzida no item I, do parágrafo único, do art. 49, do mesmo marco legal, contido no art. 3 do Substitutivo oferecido pela CCJ, que visa atender a dois objetivos: primeiro, regionalizar os benefícios fiscais e creditícios por estados da federação, pois as macroregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não contemplam as heterogeneidades intraregionais, não permitindo aferir a eficácia dos dispêndios realizados. Segundo, utilizar a taxonomia do IBGE para definir os setores econômicos beneficiários dos subsídios em tela. Essa classificação é utilizada em todo o território nacional e *permite a padronização dos dados e por conseguinte a comparabilidade entre eles*.

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397 (SUBSTITUTIVO),  
DE 1999 – COMPLEMENTAR**

*Altera os arts. 5º, 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para dispor sobre o documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição e sobre providências correlatas.*

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei Complementar, nos termos do art. 2º, disciplina a elaboração do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, e, nos termos do art. 3º, estabelece a divulgação, pelo Poder Executivo, de demonstrativos dessa natureza, junto com os relatórios resumidos da execução orçamentária do terceiro e último bimestres e com a prestação de contas da União.

**Art. 2º** O art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos §§ 8º, 9º e 10, com a seguinte redação:

**Art. 5º** .....

**§ 8º** O documento de que trata o inciso II deste artigo:

I – será integrado por demonstrativos que discriminem, segundo setor de atividade e macrorregião do País:

a) os benefícios tributários, por tributo e contribuição;

b) os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito;

II – será acompanhado de:

a) texto com a descrição da metodologia adotada na sua elaboração;

b) quadros analíticos que comparem, com o mesmo detalhamento previsto no inciso I deste parágrafo, as estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores efetivamente realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores, além de texto com explicações sobre as diferenças eventualmente existentes entre os valores estimados e os realizados.

§ 9º Para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição, autorizada por lei que, excepcionando a legislação de referência, tenha objetivo específico e alcance grupo restrito de contribuintes, setor de atividade ou região;

II – entende-se como integrando a legislação de referência do tributo ou da contribuição, de que trata o inciso I deste parágrafo, as regras normalmente aplicáveis aos respectivos fatos geradores, incluídas, dentre outras, as deduções-padrão, as deduções necessárias ao auferimento da renda, as deduções de impostos ou de contribuições de natureza compulsória, os limites de isenção, bem assim a estrutura de alíquotas e suas alterações;

III – equiparam-se a alterações de alíquotas, de que trata o inciso II, parte final, deste parágrafo, as desonerações de tributo ou contribuição, de natureza objetiva;

IV – consideram-se implícitas no conceito de benefício tributário:

a) a perda potencial de receita fiscal decorrente de desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição;

b) a isenção, a anistia e a remissão, bem assim a desoneração constitucional de natureza subjetiva;

V – não se considera benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição:

a) correspondente a indenização compensatória que não resulte em aumento de disponibilidade econômica para o contribuinte;

b) cujo usuário final seja a União ou o conjunto dos Estados e Distrito Federal ou dos Municípios;



- c) *que atenda a condição de reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outro país.*

§ 10. Ainda para os fins do § 8º:

I – *entende-se por benefício financeiro ou creditício:*

- a) *a dispensa, redução ou equalização da taxa de juros;*  
b) *a dispensa ou redução de taxa de serviço, comissão ou encargo normalmente incidente em operação de crédito da espécie;*

II – *o valor atribuído à dispensa, redução ou equalização da taxa de juros, de que trata a alínea “a” do inciso I deste parágrafo, será determinado tomando-se como referência a taxa média de juros paga sobre os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional. (NR) ”*

**Art. 3º** Os arts. 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 49.....**

***Parágrafo único.*** *A prestação de contas da União conterà:*

I – *demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade, macrorregiões e estados do País, definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os valores efetivamente realizados no exercício a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10;*

II – *demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício. (NR)”*

**“Art. 53.....**

.....

§ 3º Os relatórios resumidos da execução orçamentária do Poder Executivo da União, referentes ao terceiro e último bimestres do exercício, a serem publicados no prazo a que se refere o caput do art. 52, serão acompanhados, também, de demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do País, os valores efetivamente realizados no período a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10. (NR) "

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 01 de agosto de 2006

,Presidente

  
**Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, Relator**






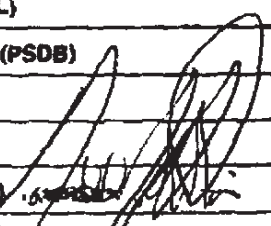
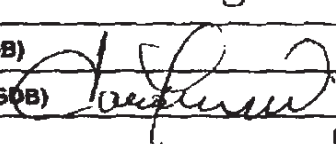
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 397, DE 1999**  
**TERMINATIVO**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/09/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

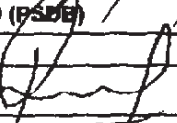


**PRESIDENTE:** 

**RELATOR(A):** 

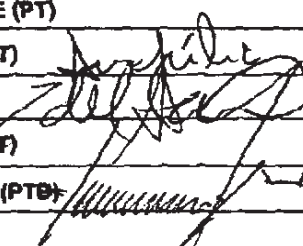
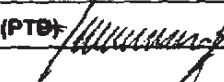
**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
1 JARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB) 	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ 
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON 
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
1 DIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA 	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOÍZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-ABELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB) 	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉREZ 
------------	---

\* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizado em 09/05/2016

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 02-CA# (Substitutivo) apresentada ao PLS nº 397, de 1999.

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CEZAR BORGES (PFL)	X				JOSÉ AGRIPINO (PFL)				
EDISON LORÃO (PFL)			X		ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)	X				HERACLITO FORTES (PFL)				
JORGE BORNHAUSEN (PFL)					DEMÓSTENES TORRES (PFL)				
RODOLFO TOURINHO (PFL)	X				JOSÉ JORGE (PFL)				
ROMEU TUMA (PFL)	X				ROSEANA SARNEY (PFL)				
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)					JOÃO BATISTA MOTA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				ALVARO DIAS (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					LEONEL PAVAN (PSDB)				
SERGIO GUERRA (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
TASSO JEREISSATI (PSDB)	X				JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMÉZ TEBET					ROMERO JUCA	X			
LUÍZ OTÁVIO					GILVAM BORGES				
GARIBALDO ALVES FILHO					WELLINGTON SALGADO				
MAO SANTA					PEDRO SIMON	X			
SERGIO CABRAL					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
VALDIR RAUPP					ALMEIDA LIMA				
NEY SUASSUNA					LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					ANTÔNIO JOÃO (PTB)				
ANA JULIA CAREPA (PT)	X				AELTON FREITAS (PL)				
IDELI SALVATI (PT)					ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				ROBERTO SATURNINO (PT)	X			
FERNANDO BEZERRA (PTB)	X				FLAVIO ARNS (PT)				
JOÃO RIBEIRO (PL)					SIBA MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)					SERYS SILESSARENKO (PT)	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	X			

TOTAL 19 SIM 17 NÃO 2 PREJ 2 AUTOR 1 ABS 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01/10/06.



Senador Luiz Otávio  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

\* VAGA CEDIDA PELO PMDB

Atualizada em 09/05/06

**EMENDA 2-CAE(SUBSTITUTIVO)**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397,**  
**DE 1999**

*Altera os arts. 5º, 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para dispor sobre o documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição e sobre providências correlatas.*

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei Complementar, nos termos do art. 2º, disciplina a elaboração do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, e, nos termos do art. 3º, estabelece a divulgação, pelo Poder Executivo, de demonstrativos dessa natureza, junto com os relatórios resumidos da execução orçamentária do terceiro e último bimestres e com a prestação de contas da União.

**Art. 2º** O art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos §§ 8º, 9º e 10, com a seguinte redação:

**Art. 5º** .....

.....

**§ 8º** O documento de que trata o inciso II deste artigo:

I – será integrado por demonstrativos que discriminem, segundo setor de atividade e macrorregião do País:

- a) os benefícios tributários, por tributo e contribuição;
- b) os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito;

II – será acompanhado de:

- a) texto com a descrição da metodologia adotada na sua elaboração;
- b) quadros analíticos que comparem, com o mesmo detalhamento previsto no inciso I deste parágrafo, as estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores efetivamente realizados nos três exercícios financeiros

imediatamente anteriores, além de texto com explicações sobre as diferenças eventualmente existentes entre os valores estimados e os realizados.

§ 9º Para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição, autorizada por lei que, excepcionando a legislação de referência, tenha objetivo específico e alcance grupo restrito de contribuintes, setor de atividade ou região;

II – entende-se como integrando a legislação de referência do tributo ou da contribuição, de que trata o inciso I deste parágrafo, as regras normalmente aplicáveis aos respectivos fatos geradores, incluídas, dentre outras, as deduções-padrão, as deduções necessárias ao auferimento da renda, as deduções de impostos ou de contribuições de natureza compulsória, os limites de isenção, bem assim a estrutura de alíquotas e suas alterações;

III – equiparam-se a alterações de alíquotas, de que trata o inciso II, parte final, deste parágrafo, as desonerações de tributo ou contribuição, de natureza objetiva;

IV – consideram-se implícitas no conceito de benefício tributário:

- a) a perda potencial de receita fiscal decorrente de desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição;
- b) a isenção, a anistia e a remissão, bem assim a desoneração constitucional de natureza subjetiva;

V – não se considera benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição:

- a) correspondente a indenização compensatória que não resulte em aumento de disponibilidade econômica para o contribuinte;
- b) cujo usuário final seja a União ou o conjunto dos Estados e Distrito Federal ou dos Municípios;
- c) que atenda a condição de reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outro país.

§ 10. Ainda para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício financeiro ou creditício:



- a) a dispensa, redução ou equalização da taxa de juros;
- b) a dispensa ou redução de taxa de serviço, comissão ou encargo normalmente incidente em operação de crédito da espécie;

II – o valor atribuído à dispensa, redução ou equalização da taxa de juros, de que trata a alínea “a” do inciso I deste parágrafo, será determinado tomando-se como referência a taxa média de juros paga sobre os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional. (NR)”

**Art. 3º** Os arts. 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 49.....**

*Parágrafo único.* A prestação de contas da União conterá:

I – demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade, macrorregiões e estados do País, definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os valores efetivamente realizados no exercício a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10;

II – demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício. (NR)”

**“Art. 53.....**

.....

§ 3º Os relatórios resumidos da execução orçamentária do Poder Executivo da União, referentes ao terceiro e último bimestres do exercício, a serem publicados no prazo a que se

refere o caput do art. 52, serão acompanhados, também, de demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do País, os valores efetivamente realizados no período a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10. (NR) ”

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01 de agosto de 2006.

  
LUIZ OTÁVIO, Presidente

  
EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, Relator

Ofício nº 252-CAE/2006

Brasília, 05 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em conformidade com o § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 284 do R.I.S.F., em reunião realizada no dia 05/09/06, a Emenda nº 02-CAE (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, que “dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências”, foi dada como definitivamente adotada.

Respeitosamente,

  
Senador LUIZ OTÁVIO  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

**Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

.....

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

**Mensagem de veto**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

**Seção III**  
**Da Lei Orçamentária Anual**

**Art. 5º** O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

**a) (VETADO)**

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

§ 2º O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.

§ 3º Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

Seção IV  
Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas  
Seção II  
Da Renúncia de Receita

CAPÍTULO IX  
DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO  
Seção I  
Da Transparência da Gestão Fiscal

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Parágrafo único. A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

### Seção III Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Art. 52.** O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

**I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:**

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

**II - demonstrativos da execução das:**

- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

**Art. 53.** Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

- I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;
- II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
- III - resultados nominal e primário;
- IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;
- V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

- I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;
- II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;
- III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

- I - da limitação de empenho;
  - II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.
- .....

**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO**

**54ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 11 DE DEZEMBRO, DE 2001, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N.º 19, ALA ALEXANDRE COSTA.**

**PAUTA**

**ITEM 16**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 1999.**

**TERMINATIVO**

**Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências.**

**Autor: Senador EDISON LORÃO**

**Relator: Senador EDUARDO SUPLICY**

**Parer: Pela aprovação com as emendas nºs 1 e 2 que apresenta**

**Resultado:**

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DE 11/12/2001.  
(Fagmentos das notas taquigráficas)**

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara)** – Desejo fazer uma proposta não muito coerente, mas que talvez harmonizem os nossos interesses.

Esse projeto já foi submetido à votação uma vez. Consultei o Senador Carlos Bezerra, autor de projetos que seriam alcançados pela proposta do Senador Jefferson Péres. S. Exª me deu autorização para concordar, e a proposta da Presidência é para votarmos esse projeto; os demais, seguiriam a regra proposta pelo Senador Jefferson Péres. Por isso, comecei dizendo que ela não tem muita coerência, porque devia alcançar a todos. Mas como já houve uma votação e a palavra agora é “flexibilizar”, estou propondo uma flexibilização da proposta do Senador Jefferson Péres.

**O SR. BELLO PARGA (PFL – MA)** – Considero uma sábia sugestão.

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara)** – Se o Plenário estiver de acordo, retiramos da pauta os Itens 11, 12, 14, 15 e 16. Todos seriam remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR.** – Todos tratam de isenção?

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara)** – Sim, altera, isenta. Então, está aprovado.

Quero agradecer a colaboração dos Senadores Carlos Bezerra e Jefferson Péres e dos demais Senadores que são autores de projetos.

Vamos votar agora o projeto do Senador Tião Viana. A votação é nominal, porque o projeto é terminativo.



**SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

**OF./CAE/C-1/01**

**Brasília, 04 de dezembro de 2001**

**Senhor Presidente,**

**Encaminho à douta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, para análise de sua juridicidade o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 1999, Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências, em atendimento a deliberação desta Comissão.**

**Atenciosamente,**



**Senador Lúcio Alcântara**

**Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos**

**Ex.mo. Sr.**

**SENADOR BERNARDO CABRAL**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E  
CIDADANIA**

**BRASÍLIA - DF**

## RELATÓRIO

RELATOR Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

### I. RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, da lavra do ilustre Senador Edison Lobão, submetido à análise desta Comissão de Assuntos Econômicos, em termos de decisão conclusiva, propõe a regulamentação do demonstrativo regionalizado dos efeitos, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, previsto no art. 165, § 6º, da Constituição:

*"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I - o plano plurianual;*

*II - as diretrizes orçamentárias;*

*III - os orçamentos anuais.*

*§ 6.º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia."*

Esse dispositivo constitucional visa explicitar, pelo Poder Executivo, para toda sociedade brasileira, os setores econômicos e as regiões que foram beneficiadas pelos incentivos governamentais.

O projeto em análise almeja regulamentar esse artigo constitucional que segundo a justificativa a *"redação desse dispositivo é reconhecidamente imprecisa, confusa e, até mesmo redundante, haja vista que as isenções, anistias e remissões são na verdade, espécies do gênero BENEFICIO TRIBUTÁRIO; de igual modo, subsídios de natureza creditícia ou financeiro não deixam de ser espécies DO 'GÊNERO BENEFICIO FINANCEIRO OU CREDITICIO'"*. Essa proposta do Senador Edison Lobão também, discrimina e conceitua benefício tributário e financeiro (ou creditício) e *"estabelece a obrigatoriedade de encaminhamento ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros segundo setor de atividade [econômica] e macrorregião"* especificando no caso dos benefícios tributários, os tributos que geraram a renúncia fiscal e no caso dos financeiros, as operações de crédito a eles correspondentes.

Por fim, o projeto prevê a publicação, pelo Executivo Federal, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros junto com o relatório bimestral da execução orçamentária e com o Balanço Geral da União.

É o relatório.

## II. O VOTO

Consoante com o art. 90, XII, do Regimento Interno, às comissões compete opinar sobre o mérito das proposições submetidas para o seu exame, emitindo o respectivo parecer.

No que tange ao mérito da proposição do Senador Edison Lobão que regulamenta o art. 165, § 6º, no Capítulo II, que aborda as Finanças Públicas e na Seção II, dos Orçamentos da Constituição federal promulgada em 1988, este projeto apresenta-se oportuno e conveniente, o qual concluo o meu parecer pela sua aprovação com a introdução das emendas que apresento.

O Projeto sob exame tem inúmeras virtudes. A que merece destaque é a de mensurar, regionalizar e identificar os destinatários dos benefícios das isenções fiscais e crediticas. Em outras palavras, a proposição atribui maior transparência na alocação dos recursos orçamentários.

Introduzo essas modificações com o intuito de aperfeiçoar essa importante postulação. A supressão do inciso II do § 4º do art. 2º deve-se ao seu caráter redundante sendo, portanto, perfeitamente dispensável.

As alterações no caput do artigo 4º atendem a dois objetivos: primeiro regionalizar os benefícios fiscais e creditícios por estados da federação, pois as macroregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não contemplam as heterogeneidades intraregionais de cada uma, não permitindo aferir a eficácia dos dispêndios realizados. A utilização dos estados da federação permite uma melhor visualização da aplicação desses recursos com o objetivo de reduzir as desigualdades econômicas, sociais e regionais presentes, no país. Segundo utilizar taxinomia do IBGE para definir os setores econômicos beneficiários desses instrumentos de política econômica. Essa classificação é utilizada em todo o território nacional (pelos institutos de pesquisa, universidades, etc..) e permite a padronização dos dados e por conseguinte a comparabilidade entre eles.

É o voto.

**Emenda nº.... ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999**

Excluir o inciso II do parágrafo 4º do artigo 2º e remunerar os seguintes.

**Emenda nº.... ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999**

Dê-se a seguinte redação ao caput do artigo 4º:

\*Art. 4.º. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade econômica definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e por estados da Federação\*.

Sala das Sessões, ....



**Senador Eduardo Matarazzo Suplicy**

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador LUIZ OTÁVIO

### I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise de sua juridicidade, em atendimento a deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE (cf. ofício de fls. 13), o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, ementado à epígrafe, de autoria do Senhor Senador EDISON LOBÃO.

O projeto compõe-se de oito artigos, assim descritos:

a) o art. 1º indica o objeto da Lei, que *disciplina a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição*;

b) o art. 2º estabelece o conceito de *benefício tributário*, para os fins dessa Lei, dispondo em quatro parágrafos o que se inclui ou não e se subentende na regra objeto do **caput**;

c) o art. 3º estabelece o conceito de *benefício financeiro ou creditício*, para os fins dessa Lei, e, no parágrafo único, dispõe sobre o critério para determinação do valor atribuído à dispensa, redução ou equalização de taxa de juros;

d) o art. 4º determina que o *Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião, os benefícios tributários, por tributo ou contribuição social, e os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito. No parágrafo único, dispõe-se que os demonstrativos serão acompanhados de texto com a metodologia adotada e de quadros analíticos comparativos das estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores e texto explicativo das diferenças entre os valores estimados e os realizados*;

e) o art. 5º determina que o *Poder Executivo publicará, até 30 de setembro e juntamente com o balanço geral da União, demonstrativos referentes ao primeiro semestre e ao exercício financeiro, segundo setor de atividade e macrorregião, os benefícios tributários, por tributo ou contribuição social, e os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito;*

f) o art. 6º fixa o prazo de sessenta dias, contado da data da publicação, para o Poder Executivo regulamentar a Lei;

g) o art. 7º indica que a vigência da Lei ocorre na data da publicação;

h) o art. 8º contém cláusula de revogação das disposições em contrário.

O eminente Autor, na justificação, inicia por aludir ao fato de a redação do art. 165, § 6º, da Constituição, no seu entender, ser reconhecidamente imprecisa, confusa e, até mesmo, redundante, daí a necessidade de o projeto de lei conceituar benefício tributário e benefício financeiro ou creditício.

Segundo o Autor, decorridos mais de dez anos desde a promulgação da Constituição de 1988, o atendimento desse preceito constitucional, pelo Poder Executivo, continua sendo feito de maneira insatisfatória. Daí, o texto de proposição legislativa por ele proposto, que, a seu ver, deverá sanar o problema. Justifica, ainda, os arts. 5º e 6º do projeto, que tratam de outras providências correlatas, atribuídas ao Poder Executivo.

O projeto de lei foi encaminhado à CAE, em 4/6/1999, para apreciação em caráter terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental. Em 26/9/2001, foi anexada ao processado (fls. 8-10) cópia de minuta de relatório favorável ao projeto, com duas emendas, apresentada pelo Senhor Senador EDUARDO SUPPLY.

Em 8/11/2001, o Presidente do Senado oficiou ao Presidente da CAE (fl. 12) comunicando-lhe ter sido apresentado requerimento do Autor do PLS nº 397, de 1999, solicitando sua inclusão em Ordem do Dia; daí, encarecer-lhe a manifestação da Comissão, uma vez que a matéria já se encontraria devidamente instruída com relatório e pronta para inclusão na pauta de reuniões.



Em 4/12/2001, o Presidente da CAE oficiou ao Presidente da CCJ (fl. 13) encaminhando-lhe, *para análise de sua juridicidade*, o PLS nº 397, de 1999, em atendimento a deliberação da referida Comissão.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno (art. 101, I), opinar sobre a juridicidade de matéria que lhe for submetida por consulta de qualquer outra Comissão, como é o caso já relatado.

Tornar-se-ia, pois, desnecessário examinar a matéria quanto à constitucionalidade e regimentalidade, por não haver solicitação nesse sentido. Entretanto, se encontrados defeitos dessa natureza no projeto de lei sob exame, não poderá esta Comissão declinar de apontá-los, em face de sua originária competência regimental (arts. 101, I e V). Quanto à técnica legislativa, será ela abordada na análise da juridicidade, em face do advento da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição, passou a dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Além disso, prevê o Regimento Interno que, tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a CCJ poderá oferecer emenda corrigindo o vício (cf. § 2º do art. 101). Mas, quando ela emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 254 (cf. § 1º do art. 101).

Esse projeto de lei propõe-se a regular o disposto no § 6º do art. 165 da Constituição, que reza:

*Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I – o plano plurianual;*

*II – as diretrizes orçamentárias;*

*III – os orçamentos anuais.*

*(...)*

*§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.*

(...)

A inconstitucionalidade parcial desse projeto de lei – que poderia ser corrigida mediante emenda da CCJ – resulta patente, desde logo, na epígrafe da proposição legislativa, a qual enuncia lei ordinária como título designativo da espécie normativa, e não lei complementar, exigida, no caso, por força do disposto no art. 163, I, da Constituição, que remete à lei complementar dispor sobre finanças públicas, e no art. 165, § 9º, I, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre a elaboração e a organização da lei orçamentária anual.

Ora, para os fins sob análise, foi recepcionada com o *status* de lei complementar, no que não colidir com a Constituição de 1988, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (*Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*). E, mais recentemente, foi promulgada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (*Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*), mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depois de promulgada a Constituição de 1988, enquanto não vigente a Lei de Responsabilidade Fiscal, matérias como a objeto do PLS nº 397, de 1999, ora sob análise, eram reguladas, anualmente, nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDOs, que, como sabido, decorrem da inovadora disposição, acima transcrita, do art. 165, II, da Lei Maior atual, e de seu § 2º, que dispõe:

*Art. 165. (...)*

(...)

*§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias (...) orientará a elaboração da lei orçamentária anual (...).*

Tendo passando a vigorar a referida Lei de Responsabilidade Fiscal, parece-nos que essa matéria – sem prejuízo de poder ser regulada, com mais minudência, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias que vierem a ser editadas para

cada exercício financeiro – há-de ser considerada, essencialmente, objeto da mencionada Lei Complementar nº 101, de 2000, que assim dispõe:

*Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:*

*(...)*

*II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;*

*(...)*

[Grifou-se.]

Por conseguinte, sem prejuízo de previsão mais minuciosa em futuras LDOs, as normas para a elaboração *do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição* deveriam constar nos parágrafos desse art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não ocorre.

A solução é dada pela também mencionada Lei Complementar nº 95, de 1998, cujo art. 12, III, dispõe que, no caso, *a alteração da lei será feita (...) por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras*, que enumera em quatro alíneas.

O projeto de lei sob análise, além de conter normas para a elaboração e apresentação *do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição*, ainda pretende dispor sobre *outras providências*, a saber, no art. 5º, – consoante adverte a justificção – prevê a publicação, pelo Poder Executivo, juntamente com o relatório bimestral da execução orçamentária e com o balanço geral da União, de demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros.

Essa outra matéria, além de tradicionalmente regulada na referida Lei nº 4.320, de 1964 (art. 101 e segs.), está, agora, também complementada na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 52 e 53 – relatório resumido da execução fiscal, cf. § 3º do art. 165 da Constituição; e arts. 54 e 55 – relatório de gestão fiscal). Será, portanto, juridicamente correto – à luz do disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 1998 –, proceder às alterações cabíveis nas disposições pertinentes de cada uma dessas duas leis mencionadas, se for o caso.

Em face dos defeitos de injuridicidade apontados, resulta inviável a apresentação de emendas que poderiam corrigir outros senões, a saber:

- a) modificativa do título designativo da espécie normativa, na epígrafe da proposição legislativa, para acrescentar-lhe o vocábulo “complementar”, ao final, após travessão;
- b) modificativa do vocábulo “Lei”, para substituí-lo por “Lei Complementar”, onde coubesse (arts. 1º; 2º, *caput*; 3º, *caput*; 6º e 7º);
- c) modificativa do art. 2º, para substituir o vocábulo “excepcionado” por “excepcionando”, no final da segunda linha, devido a evidente erro de grafia;
- d) supressiva do art. 8º, por desnecessário e contrário ao disposto no art. 9º da mencionada Lei Complementar nº 95, de 1998.

### III – VOTO

À vista do exposto, em atendimento à consulta formulada pela Comissão de Assuntos Econômicos, é de se concluir pela inconstitucionalidade parcial e – dado o advento, nesse ínterim, da Lei de Responsabilidade Fiscal – pela injuridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.098 e 1.099, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes **Projetos de Resolução**:

– **Nº 51, de 2006** (MSF 216/2006), que *autoriza a União a contratar operação financeira com a República Federal da Nigéria, no valor de cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos, referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris; e*

– **Nº 52, de 2006** (MSF 219/2006), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia da Prata (Fonplata), no valor de até onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América.*

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.100 e 1.101, de 2006**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999**, de

autoria do Senador Edison Lobão, que *dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição e dá outras providências*.

Ao apreciar a matéria, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania concluiu tratar-se de projeto de lei complementar.

Em virtude disso a Presidência determina a reatuação da matéria como Projeto de Lei complementar e a republicação dos avulsos.

A matéria ficará perante a Mesa, no prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emenda, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

É a seguinte a matéria que se república:

## (\*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 1999 - complementar

**Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei disciplina a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição.

Art. 2º Entende-se por benefício tributário, para os fins desta lei, a desoneração de imposto, taxa ou contribuição, autorizada por lei que, excepcionado a legislação de referência do tributo ou da contribuição social, tenha objetivo específico e alcance grupo restrito de contribuintes, setor de atividade ou região.

§ 1º Entende-se como integrando a legislação de referência do tributo da contribuição as regras normalmente aplicáveis aos respectivos fatos geradores, incluindo, entre outras, as deduções padrões, as deduções necessárias ao auferimento da renda, as deduções de impostos ou de contribuições de natureza compulsória, os limites de isenção e a estrutura de alíquotas e suas alterações.

§ 2º Equiparam-se a alterações de alíquotas as desonerações de tributos ou de contribuição social de natureza objetiva.

§ 3º Fica implícito no conceito de benefício tributário:

I – a perda potencial de receita fiscal decorrente de desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição social;

II – a isenção, a anistia, e a remissão, bem como a desoneração constitucional de natureza subjetiva.

§ 4º Não se considera benefício tributário a desoneração de tributo ou de contribuição social:

I – correspondente a indenização compensatória que não resulte em aumento de disponibilidade econômica para o contribuinte;

II – que objetive viabilizar a realização de determinada operação econômica;

III – cujo usuário final seja a União ou o conjunto dos Estados ou Municípios;

IV – que atenda a condição de reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outro país.

Art. 3º Entende-se por benefício financeiro ou creditício, para os fins desta lei:

I – a dispensa, redução ou equalização de taxa de juros;

II – a dispensa ou redução de taxa de serviço, comissão ou encargo normalmente incidente em operação de crédito da espécie.

Parágrafo único. O valor atribuído à dispensa, redução ou equalização de taxa de juros será determinado tomando-se como referência a taxa média de juros paga sobre os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional.

(\*) Republicado, nos termos dos Pareceres nºs 1.100, e 1.101, de 2006, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania de Assuntos Econômicos.



Art. 4º O poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do Brasil:

I – os benefícios tributários, segundo tributo ou contribuição social;

II – os benefícios financeiros ou creditícios, segundo espécie de operação de crédito.

Parágrafo único. Acompanharão o demonstrativo:

I – texto contendo a metodologia empregada na sua elaboração;

II – quadros analíticos comparando, com o mesmo detalhamento previsto neste artigo, as estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores efetivamente realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores e texto contendo explicações sobre as diferenças eventualmente existentes entre os valores estimados e os valores realizados.

Art. 5º O poder Executivo publicará, até 30 de setembro e juntamente com o balanço geral da União, demonstrativos referentes ao primeiro semestre e ao exercício financeiro, respectivamente, discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do Brasil:

I – os benefícios tributários, segundo tributo ou contribuição social;

II – os benefícios financeiros ou creditícios, segundo espécie de operação de crédito.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

O presente projeto de lei tem por finalidade regulamentar o "demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia", previsto no art. 165, § 6º da Constituição.

A redação desse dispositivo é reconhecidamente imprecisa, confusa e, até mesmo, redundante, haja visto que as isenções, anistias e remissões são, na verdade, espécies do gênero *benefício tributário*; de igual modo, subsídios de natureza creditícia

ou financeira não deixam de ser espécies do gênero *benefício financeiro ou creditício*.

A inclusão na constituição da exigência de elaboração, pelo Poder Executivo, desse demonstrativo serve ao propósito de tornar mais visível para a sociedade e o congresso Nacional quais os setores de atividade e as macrorregiões do País que se beneficiam das renúncias fiscais e dos subsídios de crédito patrocinados pela União. Com efeito, para se conhecer a distribuição regional dos recursos federais não basta examinar as dotações orçamentárias. É preciso conhecer a distribuição dos benefícios de natureza tributária e creditícia.

Decorridos, porém, mais de dez anos desde a promulgação da Constituição de 1988, verifica-se que o atendimento desse preceito constitucional, pelo Poder Executivo, continua sendo feito de maneira insatisfatória.

O projeto de lei ora apresentado ao Congresso Nacional conceitua benefício tributário e benefício financeiro ou creditício e estabelece a obrigatoriedade de encaminhamento ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros segundo setor de atividade e macrorregião, especificando, ademais, no caso dos benefícios tributários, os tributos ou contribuições sociais que lhes deram origem, e no caso dos benefícios financeiros, as respectivas espécies de operações de crédito a eles correspondentes.

Além disso, o projeto de lei prevê a publicação, pelo Poder Executivo, juntamente com o relatório bimestral da execução orçamentária e com o balanço geral da União, de demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros.

Dada a complexidade da matéria, julgamos conveniente determinar ao Poder Executivo, conforme prevê o art. 84.IV, da Constituição, a regulamentação dessa lei, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de junho de 1999. – Senador **Edison Lobão**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### SEÇÃO II

### Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:



- I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II – exercer, com auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução

## SEÇÃO II Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, a administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Há oradores inscritos.

Passo a palavra ao primeiro orador, Senador Paulo Paim.

S. Exª dispõe de até dez minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Srªs e Srs. Senadores, na tarde de hoje, desta tribuna, pretendo falar acerca do processo eleitoral ocorrido no domingo próximo passado.

Antes, porém, de iniciar o meu pronunciamento, sinto-me na obrigação de solidarizar-me com os familiares de todos os 155 brasileiros que faleceram em decorrência do desastre aéreo ocorrido com o **boeing** da Gol.

Sr. Presidente, o País inteiro ainda está perplexo com o acidente aéreo ocorrido na última sexta-feira, 26, em Mato Grosso.

Sr. Presidente, ao encaminhar voto de pesar aos familiares de todos os passageiros do Boeing, quero registrar que havia dez gaúchos naquele voo. Portanto, aos familiares desses meus conterrâneos, fica a minha solidariedade aos familiares do Sr. Jaques Matias Acker, natural de Novo Hamburgo; aos familiares do Sr. Rolf Ferdinando Gutjahr, natural de Canoas, cidade onde escrevi praticamente a minha vida política, embora tenha morado em Caxias do Sul até os 27 anos; aos familiares do Sr. Ivan Copat, morador de Bento Gonçalves, cidade próxima a Caxias do Sul; aos familiares do Sr. Nelson Colognese, morador de Farroupilha; aos familiares do Sr. Adão Adair de Melo Rodrigues, natural de Encruzilhada do Sul, que atualmente morava em Brasília. Meu voto de pesar aos familiares de Eleta Cordero Pivoto, nascida em Faxinal do Soturno, que, atualmente, também morava em Brasília; meu voto de pesar e solidariedade à família de Lourdes Balbinot Panizzi, moradora de Passo Fun-

do; à família de Sandra da Silva Martins, comissária de bordo, natural de Esteio, cidade vizinha a Canoas. Deixo também o meu voto de solidariedade e pesar aos familiares de André Luis Carneiro da Fontoura, natural de Porto Alegre. Este, Sr. Presidente, era neto do ex-deputado estadual Hélio da Fontoura, militante do antigo PTB. Deixo também a minha solidariedade e pesar aos familiares de Hugo Otto Beyer, natural de Uruguaiana, hoje residente em Porto Alegre. Ele era vice-chefe do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS. A inclusão de pessoas com deficiência no ensino tradicional se tornou o tema preferido do Professor Hugo, que também era consultor do MEC, pretendendo, assim, levar a inclusão ao Brasil inteiro.

Sr. Presidente, por seu eu o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, senti muito o falecimento de todos, mas, nesta oportunidade, faço comentários acerca do trabalho do Professor Hugo, pela sua insistência, pela sua consistência de argumentos na política de inclusão.

Quero também deixar a minha solidariedade e o meu voto de pesar ao Tenente-Coronel Leonardo Rамalho Rodrigues Alves, que apesar de não ser gaúcho, morou em nosso Estado e foi Comandante do 4º Regimento de Carros de Combate de Rosário do Sul, de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006.

Sr. Presidente, eu gostaria de levar a minha solidariedade a todos os familiares das vítimas, em especial, às famílias dos meus conterrâneos.

Sr. Presidente, encaminho, neste momento, à Mesa, requerimento de voto de pesar e solidariedade aos familiares de todos os 155 brasileiros que faleceram, e não somente aos gaúchos. Infelizmente, segundo informações, por erro do piloto do jato menor, que, ao mudar de altitude, atingiu o **boeing**, que acabou caindo. É lamentável. Não estou fazendo julgamento antecipado, mas esse equívoco, esse erro cometido foi fatal para 155 brasileiros.

Sr. Presidente, faço, com muita tristeza, esse encaminhamento de voto de pesar e solidariedade aos familiares desses brasileiros ora falecidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.004, DE 2006**

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata, voto de pesar aos familiares pelo falecimento das vítimas do voo 1907 da Gol – Linha Aérea Inteligente.

#### **Justificação**

O País inteiro continua ainda perplexo com o acidente aéreo ocorrido na tarde da última sexta-feira (26) em Mato Grosso, que teria matado 155 ocupantes de um **Boeing** da Gol.

Na lista de passageiros aparecem dez gaúchos:

Jaques Matias Acker – natural de Novo Hamburgo;  
Rolf Ferdinando Gutjahr – natural de Canoas e morador de Manaus;

Ivan Copat – morador de Bento Gonçalves;  
Nelson Colognese – morador de Farroupilha;  
Adão Adair de Melo Rodrigues – natural de Encruzilhada do Sul e morador de Brasília;

Eleta Cordero Pivoto – nascida em Faxinal do Soturno e moradora de Brasília;

Lourdes Balbinot Panizzi – moradora de Passo Fundo;  
Sandra da Silva Martins – comissária de bordo, natural de Esteio;

André Luis Carneiro da Fontoura – natural de Porto Alegre. Ele era neto do ex-deputado estadual Hélio da Fontoura, militante do antigo PTB;

Hugo Otto Beyer – natural de Uruguaiana e morador de Porto Alegre. Ele era vice-chefe do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS. Inclusão de pessoas com deficiência no ensino tradicional se tomou o tema preferido do professor Hugo que também era consultor do MEC para levar a inclusão ao Brasil inteiro.

E o Tenente-coronel Leonardo Ramalho Rodrigues Alves. Ele não era gaúcho, mas morou no estado e foi comandante do 4º Regimento de Carros de Combate de Rosário do Sul, de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006.

Gostaria senhor Presidente de levar toda a minha solidariedade aos familiares dessas pessoas e em especial as famílias dos meus conterrâneos.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará o voto de pesar proposto por V. Ex<sup>a</sup>.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.005, DE 2006**

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso à Associação dos Amigos do Livro Mato-

grossense – ALIMENTO pela coordenação da Literamérica – Feira Latino Americana do Livro 2006 e pela homenagem à Escritora Nélida Piñon.

### **Justificação**

A Literamérica 2006 – Feira Sul-Americana do Livro de Mato Grosso, será realizada no período de 16 a 24 de setembro, em Cuiabá. A Coordenação está a cargo da Alimemto – Associação dos Amigos do Livro Mato-grossense.

O público estimado é de 250 mil visitantes. A Literamérica espera atuar junto aos municípios do Estado, formulando e implementando projetos e políticas públicas que visam, além da preservação do patrimônio cultural, o estímulo à produção artística que garanta o acesso aos bens culturais em toda sua diversidade para a população mato-grossense, bem como o estreitamento das relações culturais, institucionais e de mercado com os países da América do Sul.

Além da coordenação da Feira, o que também devemos destacar é a homenagem que será prestada à Escritora Nélida Piñon, primeira Mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras em mais de 100 anos de existência, primeira a integrar a Diretoria e ocupar a presidência da Casa de Machado de Assis, no ano do 1º Centenário. Foi a primeira escritora brasileira a dar curso em Harvard e a primeira mulher de língua portuguesa a ganhar o cobiçado prêmio Príncipe de Astúrias de las Letras em 2005. Com este currículo não há pessoa mais indicada a ser homenageada.

Pela Realização da Feira e por destacar a importância de uma Mulher na produção cultural Brasileira que a Alimemto merece receber a congratulação desta casa.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

### **REQUERIMENTO Nº 1.006, DE 2006**

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso a Srª Clarice Veras, Coordenadora do Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006 lançado no último dia 2 de Setembro, em Cuiabá, durante a 18ª Convenção da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW) – CONFAM.

### **Justificação**

O Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006/2007 foi lançado em Cuiabá, no último dia 2, na abertura da 18ª Convenção da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW) – CONFAM. Criado com o objetivo de dar visibilidade à participação feminina no mundo dos negócios, incentivando o empreendedorismo, o prêmio é

uma iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com a BPW e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SMP).

O Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora funciona como um incentivo para as mulheres que estão começando um negócio. Para ampliar o acesso aos relatos, é editado um livro com os casos de sucesso das 20 ganhadoras.

Devemos nos congratular com uma iniciativa tão louvável e que tanto fortalece e incentiva a participação feminina no mundo dos negócios.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

### **REQUERIMENTO Nº 1.007, DE 2006**

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso a Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Profª Maria Aparecida Barbosa Carneiro, pela realização do Mini-Curso “Violência contra a mulher”, no dia 4 de setembro.

### **Justificação**

A violência contra a mulher é uma das maiores chagas de nossa sociedade, sendo que na Paraíba é um problema de segurança pública, inúmeras mulheres são agredidas diariamente, quando não assassinadas.

A UEPB ao realizar o Mini-Curso contribui para reduzir esta alarmante situação da violência contra a mulher. Somente com a conscientização e com a permanente discussão sobre o assunto é que conseguiremos eliminar por completo este grave problema social.

A valorização da mulher e a criação de espaços para visibilidade de suas demandas são fundamentais para alcançar o objetivo da eliminação da violência contra a mulher.

Por tudo isso que o Senado deve se congratular com aquela instituição, na figura de sua Pró-Reitora Profª Maria Aparecida Barbosa.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

### **REQUERIMENTO Nº 1.008, DE 2006**

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao Prefeito de Salvador, Sr. João Henrique, pela criação do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema) e pelo lançamento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), no último dia 30 de Agosto.

### Justificação

O Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes é uma ação que deve ser copiada por outros municípios, principalmente nos grandes centros urbanos. Se o preconceito e a discriminação contra o negro é grave, é ainda mais grave contra a mulher negra, que tem suas chances de plena inserção social dramaticamente reduzidas.

O Fundo dispõe de 2% da verba da educação para desenvolver projetos sociais destinados a melhorar as condições das mulheres negras, concedendo cidadania e incluindo socialmente.

Criar uma política pública que vai ajudar a dar cidadania a quem precisa deve ser sempre louvado e aplaudido. Salvador está dando exemplo para outras cidades do país. O poder local deve propiciar melhorias na qualidade de vida de todos e todas, assim como garantir meios de acesso à educação, saúde, segurança, trabalho e renda.

O Senado deve se manifestar e apoiar a iniciativa, ajudando a fortalecer a atuação do poder local.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

### REQUERIMENTO Nº 1.009, DE 2006

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso a Dra. Ana Maria Gonçalves Louzada, juíza da 1ª Vara de Família de Brasília, por ter concedido no último dia 31 de agosto sentença favorável para retificação do nome do autor da ação, com a consequente alteração de sexo no registro, de feminino para masculino.

### Justificação

A questão da transexualidade ainda é pouco discutida em nossa sociedade, o legislativo não tem avançado muito para facilitar a alteração de registro e do prenome. Por outro lado, o judiciário tem avançado bastante concedendo este direito com bastante frequência, por isso o Senado precisa louvar a atuação da Juíza Ana Maria Gonçalves Louzada, que decidiu sobre o caso levando em conta a correta aplicação dos preceitos constitucionais de respeito à dignidade humana.

Nas palavras da própria magistrada, “A Constituição Federal estabelece como um de seus preceitos fundamentais a dignidade da pessoa humana. Negar o direito à autora de ter seu assento de nascimento modificado é ferir princípio constitucional, é negar-lhe o brio, a auto-estima e o direito à própria dignidade”.

A adequação do nome ao gênero é um passo importantíssimo para conceder dignidade e cidadania aos indivíduos já tão discriminados e marginalizados pela sociedade. Ações como estas ajudam a reduzir as injustiças, ampliar a cidadania e garantir que em nossa sociedade todos e todas têm seus direitos respeitados.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Continua com a palavra o nobre Senador Paulo Paim, pelo tempo que lhe resta.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço, de imediato, a sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup> e o cumprimento por já agora, no meio do meu pronunciamento, despachar o requerimento de voto de pesar por mim proposto.

Sr. Presidente, nos últimos vinte dias, viajei muito pelo Rio Grande do Sul; fui a todas as regiões; fui à chamada região carbonífera, passando por Minas do Leão, Butiá, Charqueadas, São Jerônimo, Arroio dos Ratos. Fui à região metropolitana, passando por Gravataí, Alvorada, Porto Alegre, Cachoeirinha, Viamão. Estive no Vale dos Sinos, passando por São Leopoldo, Novo Hamburgo, Esteio, Sapucaia do Sul, Canoas, Portão, Campo Bom. Fui à região do Paranhana, mais conhecido por Vale do Sapateiro, passando por Sapiranga, Parobé, Igrejinha, Taquara. Fui ao Vale do Caí, onde, numa grande concentração, discutimos a campanha eleitoral e, naturalmente, manifestei minha posição de apoio ao Presidente Lula, a Olívio Dutra, que espero seja o Governador eleito, bem como ao candidato ao Senado, Miguel Rossetto, que recebeu uma belíssima votação, atingindo cerca de 1,6 milhão de votos. Contudo, o vitorioso foi o já Senador Pedro Simon, com cerca de 1,8 milhão de votos.

Continuando minha peregrinação, fui também ao Litoral Norte, passando por Maquiné, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí; fui ao Vale do Taquari, onde visitei Estrela e Lajeado; fui à região do Planalto, onde houve uma grande concentração em Passo Fundo. Fui aos Altos da Serra: Lagoa Vermelha. Fui aos Campos de Cima da Serra: Vacaria e Bom Jesus. Fui à região central, Santa Maria, onde houve um grande evento. Fui ao Centro-Oeste, em Santiago; ao Noroeste, onde entrei por Cruz Alta. Fui ao Litoral Sul, passando por São Lourenço, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do



Palmar. Fui à região da Campanha, visitando as cidades de Bagé, Candiota, Dom Pedrito. Fui à fronteira Oeste, Santana do Livramento, Quaraí, Alegrete.

Enfim, viajei, Sr. Presidente, eu diria, milhares e milhares de quilômetros. Cumpri uma missão. Pediram-me que percorresse, primeiro, a região metropolitana; depois, que eu andasse pelo interior do Rio Grande. Posso dizer que o fiz com muita satisfação, Sr. Presidente, deixando, contudo, muito claro, em cada momento da campanha – e V. Ex<sup>a</sup> é testemunha: eu, de forma pontual, aqui, tenho uma ou outra discordância, mas não tive nunca nenhuma discordância em relação ao projeto global.

Portanto, fiz a campanha com muita tranquilidade. Agradeço muito ao povo do Rio Grande pela forma como me recebeu.

Andei por praticamente todas as regiões do Rio Grande – e é muito bom poder vir à tribuna e dizer isto, Senador Roberto Saturnino – e registro que não houve uma cidade sequer onde as palavras que ouvi não tenham sido estas: “Parabéns, Senador Paulo Paim! Continue da forma como está atuando no Senado da República”.

Falei para todos, Sr. Presidente, dos Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência; falei do relatório e da política do salário mínimo, dos aposentados e pensionistas, que vamos debater amanhã na Comissão Especial. Falei do projeto, da intenção de o salário mínimo chegar a R\$400,00 no ano que vem, de vincularmos efetivamente o percentual de reajuste uma vez por ano, conforme o dobro do PIB e a inflação, coisa que já se fez nos últimos três anos. Falei da importância de termos uma política permanente e definitiva para os aposentados e pensionistas. E o nosso relatório garante essa questão para evitar esta polêmica todo ano: o aposentado vai ou não vai receber o mesmo percentual? Isto está contemplado no relatório. Falei do fim do fator previdenciário, projeto que V. Ex<sup>a</sup> discutiu muito comigo, ajudando no encaminhamento desse projeto que agora está em debate na última Comissão. E acreditamos, conforme debate que já travamos sobre a previdência, que vamos terminar com o fator previdenciário no ano que vem. Há toda essa vontade pela discussão que tenho feito com o próprio Ministro da Previdência. Estamos caminhando bem, Sr. Presidente.

Falei que, quando pretendo que o aposentado e o pensionista ganhem o mesmo percentual, numa política permanente, anseio que isso esteja previsto na peça orçamentária, para evitar polêmica. Falei, ainda, da transferência da contribuição do empregador da folha de pagamento para o faturamento, aumentando os recursos da Previdência.

Sr. Presidente, falei do Fundep, projeto de nossa autoria, que já recebeu parecer favorável do Relator, Senador Juvêncio da Fonseca. Esse fundo vai gerar R\$3,5 bilhões para investimentos nas escolas técnicas profissionalizantes. Esse projeto já conta com o apoio do MEC, na pessoa do Ministro Fernando Haddad, bem como do Ministro Tarso Genro, da Articulação Política.

Falei ainda, Sr. Presidente, da importância do PL nº 100, das micro e pequenas empresas, que esta Casa há de votar com rapidez – é o item nº 1 da pauta. Há um apelo das micro e pequenas empresas para que se aprove o projeto. Muitos, inclusive, disseram-me: “Senador Paulo Paim, se houver que regulamentar alguma coisa, regulamente-a posteriormente, mas aprove com rapidez pela importância que tem o projeto para as micro e pequenas empresas”. Então, se tiver de fazer alguma correção, que a façamos posteriormente, mas vamos publicar de imediato, como já fizemos em outras situações, para melhorar a vida de milhões e milhões de trabalhadores, principalmente dos que dependem das micro e pequenas empresas.

Sr. Presidente, estou feliz. Confesso que não tenho temor algum quanto ao segundo turno. Como dizem, o bom é ganhar no primeiro turno, mas o bom mesmo é ganhar, seja no primeiro ou no segundo turno. É nessa ótica que vamos continuar fazendo o bom debate, como fizemos durante esses trinta dias no meu Rio Grande do Sul. E lá no meu Estado houve uma surpresa: a maioria tinha o entendimento, assim como eu – e não sou daqueles que dizem que, depois que a história é contada, havia alertado; eu não havia alertado –, de que ia ser Germano Rigotto e Olívio Dutra no segundo turno. Trabalhamos com essa hipótese, e trabalhamos muito. E, contudo, deu Yeda Crusius e Olívio Dutra. Mas, para nós, o importante é termos o segundo turno, fazermos um bom debate, inclusive em nível nacional, para que a população veja com clareza as duas propostas.

Acho que o companheiro Olívio Dutra, por tudo que fez como Governador, pelo que fez como Ministro das Cidades, pelo que fez como Deputado Federal, como Governador do Estado do Rio Grande do Sul antes do atual Governador, Germano Rigotto, por tudo que fez como Prefeito da capital, Porto Alegre – um belíssimo mandato –, há de ser, eu diria, mais uma vez eleito Governador de todos os gaúchos.

E quero agradecer ao povo gaúcho pela forma como nos recebeu – não só a mim, mas a todos os companheiros – num debate bonito, solidário. Acho que este é um momento importantíssimo. Sempre digo que o processo democrático, nesse momento eleitoral, é o melhor sistema que a humanidade já inventou. Nin-

guém inventou um sistema melhor do que esse. E o coração desse debate passa por este momento, em que cada candidato expõe seu ponto de vista, o que ele pensa para seu Estado e para seu País.

Por isso estou tranqüilo quanto à hipótese de segundo turno, tanto lá, no meu Rio Grande, como em nível federal. Acredito que é grande a possibilidade de o Presidente Lula ser reeleito – não pelas pesquisas, mas pelo que fez – para mais um mandato, como entendendo que nosso candidato ao Governo do Estado, Olívio Dutra, reúne todas as condições de ser eleito. Estamos dialogando com todos os setores da sociedade, mas principalmente com o movimento social.

Em cada cidade que eu visitava, Senador Roberto Saturnino, dessas mais de sessenta – e aqui não citei todas, pois as dividi por regiões –, eu me reunia com movimentos sociais. Eu me reunia com os idosos, com as pessoas com deficiência, negros, índios, brancos, pobres, ricos, mulheres; enfim, com todos os setores, para fazermos um debate qualificado em que explicávamos cada momento dessa caminhada e a importância de que ninguém anulasse o voto. E, para felicidade nossa, no Rio Grande, o número de votos nulos, de abstenções e votos em branco foi menor do que no processo vivido há quatro anos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, faço este breve relato para que ninguém tenha dúvida de que o embate aqui é um. Contudo, com relação à defesa do projeto global, num momento fundamental como este, quero dizer que eu estava na trincheira em que eu deveria estar.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sem prejuízo da ordem de inscrições, passamos a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

Permita-me dizer, Senador, antes de conceder o seu tempo, que lamento muito que V. Ex<sup>a</sup> não tenha sido candidato. Se tivesse sido candidato ao Senado pelo Rio de Janeiro, com certeza V. Ex<sup>a</sup> teria sido eleito por aquele Estado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, pela referência, mas, depois de tanto tempo, chega um momento em que precisamos reconhecer que é melhor dar a vez para o seguinte. Mas recebo com muito afeto e com muita gratidão o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que sei reflete um verdadeiro sentimento de V. Ex<sup>a</sup>. Obrigado, Senador.

Vou voltar hoje ao tema que me tem ocupado tanto ultimamente e que considero essencial para a política brasileira, para o projeto de Nação brasileira, depois de tanto empenho na constituição do Estado, na ocupação do território, no dinamismo econômico. O que está faltando é a distribuição justa dos frutos do trabalho de todos os brasileiros.

O Brasil continua sendo um país de distribuição iníqua e absolutamente incompatível com um projeto de nação democrática, civilizada e próspera. Não houvesse esse processo entrado numa fase de reversão, a continuar aquele tipo de crescimento em que se deixa a divisão para depois, em que se faz valer aquele velho aforismo de primeiro crescer o bolo para depois dividir, não acabaríamos bem no Brasil em termos de estabilidade política, social e democrática. Em algum momento, esse processo acabaria resultando numa comoção social, numa revolta contra essa injustiça flagrante, gritante, estrutural da sociedade brasileira. Mas, felizmente, entramos num período em que a distribuição passou a ser a prioridade, o que é muito importante.

Reafirmo o que tenho dito, porque essa é a peça fundamental que está faltando no projeto de Nação brasileira. Eis que, finalmente, a desigualdade está retrocedendo, isto é, está dando lugar a uma distribuição mais justa, sem que tenha havido nenhuma revolução.

O mandato do Presidente Lula pautou-se por uma política econômica, no sentido fiscal e monetário, bastante conservadora – a meu juízo, até demais; poderia ter sido menos conservadora. Mas o fato é que esse conservadorismo na política monetária e fiscal não impediu e até propiciou avanço nos programas sociais, como o Bolsa-Família, no salário mínimo, na agricultura familiar etc., o que fez reverter a tendência à concentração de renda, que é a maior chaga do Brasil de nossos tempos.

Caiu-me, hoje, nas mãos um estudo feito pelo economista Antonio Prado, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que aponta, de maneira inequívoca, com dados da realidade, com apurações estatísticas do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas, que há claramente um retrocesso na política de concentração de renda e que agora se pratica uma política de distribuição dos frutos do trabalho do brasileiro.

Ele aponta, Sr. Presidente, que, no período de 2001 a 2005, houve um crescimento do rendimento domiciliar real – descontado, por conseguinte, o efeito inflacionário – em cinco faixas de renda: a dos 20% mais pobres e a dos 20% seguintes até à dos 20% mais ricos.



O que aconteceu é que, nesse período, os 20% mais pobres tiveram seu rendimento domiciliar real elevado em 23,96%. Quer dizer, 24% em termos reais é algo significativo para um período de quatro anos. É muito significativo.

A camada seguinte, a dos 20% de faixa de renda acima dos mais pobres, teve um crescimento de 13,15%, algo também significativo, porque um crescimento real da renda **per capita** de 20% ou de 15% influi, evidentemente, nas condições de vida das famílias, pois dá às pessoas um grau de liberdade em relação à luta pela sobrevivência e contra a miséria absoluta, abrindo-lhes até o pensamento para observar melhor o Brasil, a Nação brasileira, os governantes, as políticas, a realidade, enfim, do País, que está diante delas e que não pode ser visualizada devido à premência com que se atiram a resolver o problema da sobrevivência quase diariamente.

Então, foi isto que aconteceu: a renda domiciliar **per capita** real dos 25% mais pobres, ou seja, do primeiro quintil de rendimento, cresceu 24%; a dos 20% seguintes, 13,15%; a do terceiro quintil, 9,61%; a do quarto, 5,27%; e a do último, os 20% mais ricos, cresceu também, mas 0,63%.

Esta é a boa política: aquela que dá oportunidades de crescimento a todos, mas as maiores, aos mais pobres, e as menores, aos mais ricos. Até mesmo os mais ricos tiveram seus rendimentos acrescidos em 0,63% nesse período, o que significa que não perderam, que não foi preciso apelar para aquele jogo de soma zero, em que, para dar para uns, é preciso tirar dos outros. Ninguém perdeu. Claro que, individualmente, muitas pessoas podem ter perdido, mas, coletivamente, houve acréscimos de renda bem maiores nas camadas mais pobres e menores nas camadas mais ricas.

Esse estudo, Sr. Presidente, é muito interessante e inofensivo, porque se baseia na pesquisa domiciliar feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados concretos.

Nesse mesmo estudo, o Dr. Antonio Prado, economista do BNDES, faz também uma regressão linear, para evidenciar os efeitos sobre a renda, sobre a distribuição de renda, sobre o chamado coeficiente de Gini, aquele que expressa globalmente a desigualdade da distribuição de renda entre as pessoas de um país, ou seja, para mostrar que há uma correlação fortíssima entre o crescimento do salário mínimo e a diminuição da desigualdade. Trata-se de um trabalho estatístico, científico, baseado em dados reais da economia brasileira, que mostra que a política de salário mínimo praticada nos últimos quatro anos foi um fator decisivo para a obtenção desse diferencial de crescimento entre as faixas de renda no País, reduzindo-se

a desigualdade, que é a grande marca negativa da economia e da sociedade brasileira.

Foi exatamente esse conjunto de medidas, que vai do salário mínimo ao financiamento da agricultura familiar, ao Bolsa-Família e tudo mais, é que possibilitou uma distensão daquela desigualdade injusta, revoltante, que era característica – e ainda é, infelizmente – da sociedade brasileira.

A terceira parte desse estudo mostra a evolução das despesas públicas no País, das despesas da União.

Freqüentemente, nos jornais, podem ser lidas críticas ao grande gasto do Governo Federal com despesas de consumo de um modo geral, reduzindo a possibilidade de investimentos públicos. Isso é, de certa forma, verdade, mas que reflete essa priorização do gasto social, porque os gastos com pessoal e encargos diminuíram em relação aos períodos anteriores. O que aumentou foi exatamente os gastos com esses programas sociais que são fundamentais para que a sociedade brasileira encontre um ponto de equilíbrio, um ponto de harmonização que hoje infelizmente não existe e que leva muitos brasileiros, especialmente brasileiros jovens, a contestar os valores tradicionais das nossas crenças, da nossa sociedade, a contestar a lei e a buscar a sua realização individual por meio da criminalidade, já que a sociedade, o funcionamento da economia é de tal forma injusta que tolhe para eles as possibilidades de obtenção de uma vida digna mediante um trabalho, na medida em que o trabalho tem sido historicamente tão desvalorizado neste País em benefício dos rendimentos do capital.

Esse é o tema da política que eu espero seja discutido no grande debate nacional que se vai instalar agora no segundo turno, porque essa é também uma questão ética. E eu diria mais: é uma questão ética de fundo, porque é essa questão que fundamenta a convivência dos brasileiros dentro de uma sociedade e que não pode continuar sendo injusta como vinha sendo com aquele modelo de crescimento, que era concentrador de renda e que sempre esperava o bolo crescer para depois ser repartido de uma forma mais justa. Isso não pode continuar, isso parou há quatro anos; agora há uma forma dinâmica, um outro processo, um outro modelo de crescimento e é preciso discutir isso durante a campanha eleitoral nesses próximos 15 dias, nesse segundo turno. O segundo turno parece que vem para abrir essa possibilidade de duas correntes de pensamento representadas por dois candidatos bem representativos se oponham num debate franco, aberto e honesto do qual participe a sociedade como um todo e, evidentemente, nós, políticos, que temos a nossa vida ligada a esse tipo de atividade.

Sr. Presidente, nesta oportunidade que me é dada, tenho batido muito nessa tecla. Alguns até acham que, de alguma forma, tenho sido monocórdio, mas é porque considero a questão prioritária, absolutamente prioritária, e tem que ser discutida no Brasil. É possível mudar essa sociedade, a organização da economia brasileira, de forma a permitir uma distribuição mais justa dos frutos do trabalho de todos. Ou não é? Esses estudos que estão sendo feitos agora ao fim do quarto ano do mandato do Presidente Lula estão mostrando que é possível e que é importante que haja continuidade nesse tipo de política, para que a sociedade brasileira encontre o seu ponto de equilíbrio e não venha a, daí para frente, conflitos muito graves de comoções sociais que não podemos prever, cujas consequências são imprevisíveis.

Era essa a mensagem, Sr. Presidente, que eu queria trazer. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela benevolência do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz enfatizando a importância do segundo turno, em que os dois candidatos, quer seja no nível dos Estados, quer seja no da Presidência da República, vão poder expor suas idéias com clareza.

É nessa linha que, de imediato, gostaria de dar a palavra ao nosso Senador José Jorge, que participará do segundo turno como candidato a Vice-Presidente da República. Com certeza, haverá grandes debates entre ele e o candidato José Alencar, Vice-Presidente da República do outro projeto. Um deles é formado por Alckmin/José Jorge e o outro por Luiz Inácio Lula da Silva/José Alencar.

Com satisfação, passamos a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com satisfação que volto hoje depois do primeiro turno da eleição em nosso País. A minha primeira mensagem que quero deixar é exatamente de agradecimento. Iniciamos essa eleição presidencial, o Governador Geraldo Alckmin e eu, em circunstâncias muito difíceis. Estávamos lutando contra um candidato à reeleição, o Presidente Lula, com uma máquina partidária importante, uma das maiores do País, além de tudo uma máquina governamental do Governo Federal.

Começamos a campanha numa situação bastante difícil exatamente porque Lula, além de ser o Presidente em exercício do País, é candidato pela sétima vez. Portanto, trata-se de um nome bastante conhecido em todo o Brasil, enquanto o nosso candidato, Geraldo Alckmin, está concorrendo pela primeira vez.

Ele é, desse modo, um nome mais difícil de apresentarmos ao eleitorado.

Entretanto, quando iniciamos a campanha, o Presidente Lula tinha cerca de 60% dos votos válidos; nós tínhamos 25%, Senador Geraldo Mesquita Júnior. A partir de então, em nossa campanha, andando por todo o País e visitando todos os Estados, com apoio dos nossos Governadores e dos candidatos a Deputado e a Senador, fomos, pouco a pouco, crescendo de tal maneira que, na véspera da eleição, já havia um empate técnico em relação às pesquisas divulgadas e, no dia da eleição, conseguimos ir para o segundo turno, que era o nosso grande objetivo.

Sempre soubemos que não poderíamos ganhar a eleição no primeiro turno, porque, como eu já disse, o Presidente Lula, por toda a estrutura que tinha, além de ser candidato pela sétima vez, levava uma grande vantagem. Nós, no entanto, estávamos praticamente iniciando uma campanha com um candidato novo.

Depois da apuração, observamos que o nosso candidato teve, na prática, 40 milhões de votos, uma diferença em relação ao Presidente Lula, que recebeu cerca de 47 milhões, de apenas sete milhões de votos em aproximadamente 100 milhões apurados. Foi, portanto, um resultado muito melhor do que aquele que esperávamos.

Devo dizer que mantivemos elevado o nível de toda a campanha, em nenhum momento baixamos o nível da campanha, e seguimos as regras eleitorais vigentes.

Quero aproveitar inclusive para comentar um pouco o projeto de lei de autoria do Senador Bornhausen, do qual fui relator, que foi aprovado para reforçar a legislação da eleição deste ano. Na época, esse projeto de lei era criticado como se não pudesse dar grande resultado. Mas ele ofereceu uma situação bastante melhor para a eleição. Nesta eleição, as cidades não ficaram sujas; foi uma eleição mais barata; não havia nada pendurado em postes. Quer dizer, foi uma eleição muito mais civilizada.

No dia da eleição, parecia que estávamos, Senador Geraldo Mesquita Júnior – pelo menos em Pernambuco, onde eu estava –, em um país do Primeiro Mundo, na França ou nos Estados Unidos, em que as pessoas iam votar e votavam tranquilamente.

Então, eu acho que aquele projeto eleitoral ajudou muito. Ainda há muita coisa a fazer, mas aquele projeto ajudou muito e hoje temos uma situação efetivamente muito melhor.

Agora, nós vamos para o segundo turno, Senador Romeu Tuma. Mas vamos para o segundo turno sem que o Presidente Lula seja o favorito. Agora não há fa-

vorito. Agora é um contra um e qualquer um dos dois pode ganhar. E o povo brasileiro é que vai decidir.

Antes, havia uma espécie de operação, comandada pelo Palácio do Planalto, para fazer crer ao Brasil que o Presidente Lula já tinha ganhado, que a eleição ia ser decidida no primeiro turno, quando, na verdade, víamos que isso não estava certo. Quando líamos o jornal, quando assistíamos à televisão, tínhamos a sensação de que a eleição já estava decidida.

Lembro-me muito bem de que, ao longo de toda a campanha eleitoral, os jornais e a televisão apareciam dizendo coisas como: “Nova pesquisa do Ibope ou do Datafolha divulgada: o Presidente Lula ganha no primeiro turno”. Durante 90 dias tivemos de conviver com essa realidade, o que tirava o entusiasmo da nossa militância. Mas, mesmo assim, continuamos lutando, falando, viajando e colocando nossas propostas, de tal maneira que, às vésperas da eleição, no sábado, apareceu a primeira pesquisa dizendo que havia empate técnico e que, portanto, havia a possibilidade, que se efetivou, de haver segundo turno.

Concedo um aparte ao Senador Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Senador José Jorge, apenas peço o aparte para dizer que é muito importante o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que faz uma análise das eleições na vigência da nova legislação. Como diz V. Ex<sup>a</sup>, ela tem de ser aprimorada, mas teve uma validade imensa. Nós, que andamos pelas ruas de São Paulo e pelo interior, tínhamos a impressão de que havia um marasmo, parecia que não havia entusiasmo da população porque não se via aquela movimentação comum nas outras eleições. A legislação promoveu uma alteração bastante grande, mas, no dia da eleição, tudo se transformou: houve presença maciça e poucas abstenções. Ficou claramente evidenciado em vários artigos que hoje os jornais apresentam que os institutos de pesquisa se equivocaram – não sei se erraram, falam muito nos dois por cento para cima ou para baixo. De qualquer forma, não compete a mim analisar, criticar ou vangloriar o que quer que seja, mas uma coisa ficou evidente, Senador José Jorge, candidato à Vice-Presidência: a coragem e a valentia dos senhores mesmo nos momentos angustiantes em que as pesquisas mostravam a dificuldade de se chegar a um segundo turno, os senhores não esmoreceram. Não creio que a militância tenha se entregado à certeza da impossibilidade de um segundo turno ou de uma vitória da situação, acredito que trabalharam. Participei esta manhã de uma reunião em que foram analisados os resultados da eleição. Ficou claro que foram principalmente as regiões agrícolas do norte do País as responsáveis pela vitória de Alckmin, e acredito que tenha sido assim em razão da situação

de angústia por que estão passando. V. Ex<sup>a</sup> tem uma visão maior do que a minha, porque analisa os dados todos os dias em reuniões de campanha, mas sei que o caminho está aberto. V. Ex<sup>a</sup> é uma parte importante na arrancada destes 30 dias que se seguirão até a eleição do dia 29. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e desejar que Deus continue ao lado de V. Ex<sup>a</sup> e de Geraldo Alckmin para que também tenhamos um segundo turno com toda a dignidade e o respeito que caracterizaram o comportamento de nossa coligação no primeiro turno. Gostaria também de cumprimentar o Senador Bornhausen por sua capacidade de gerenciamento e pelo projeto que apresentou, tão bem explicado por V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns!

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Muito obrigado, Senador.

Queremos a verdade. O resultado do pleito de domingo último é o primeiro passo para que a verdade aflore definitiva e inapelavelmente neste País.

Numa eleição em que o Presidente da República já contava que seria reeleito em primeiro turno e em que pesquisas eleitorais realizadas nas vésperas davam diferença de até 15 pontos entre a candidatura de Lula e os votos nos candidatos de Oposição, o Brasil foi confrontado com a verdade de que o País quer mudar.

Por maioria, os brasileiros se opuseram ao sonho de reeleição de Lula. Agora, com a realização do segundo turno, em que somente duas propostas de governo serão expostas à sociedade, com certeza os brasileiros farão uma análise mais acurada dos dois candidatos e optarão pelo mais capacitado e transparente, que é o Governador Geraldo Alckmin.

Diferentemente do pleito de 2002, quando José Serra foi para o segundo turno com Lula tendo conseguido apenas 23,2% e Lula, 46,44%, na atual eleição Geraldo Alckmin teve 41,6% dos votos já no primeiro turno. Serra tinha vencido apenas em Alagoas.

No domingo, Alckmin ficou na frente de Lula em 11 Estados e os candidatos de Oposição tiveram mais votos do que o candidato do PT em 15 unidades da Federação. O Presidente Lula perdeu na Região Sudeste, na Região Sul e na Região Centro-Oeste. Venceu apenas no Norte e no Nordeste.

O resultado das urnas foi acachapante sobre a empáfia do Presidente Lula, que já falava em composição com os partidos aliados e até em governo de coalizão.

Mas o povo, em sua imensa sabedoria, colocou tudo em seu devido lugar, e vamos para o embate eleitoral de segundo turno.

Mas, para que a lisura do processo eleitoral seja plenamente garantida, é necessário que algumas ques-

tões fiquem definitivamente esclarecidas. Entre estas dúvidas, destaca-se a definitiva elucidação do crime eleitoral cometido contra a candidatura de Geraldo Alckmin e José Serra.

Não que este fato tenha influenciado grandemente a eleição de domingo último, mas a cortina de fumaça armada pela Polícia Federal deixou no ar dúvida do que estava sendo omitido da sociedade e até que ponto o comitê eleitoral da reeleição estaria envolvido no crime eleitoral.

Passado o primeiro turno, quando o Governo imaginava “quitar a fatura”, a Polícia Federal, que dava indícios de que estava avançada em suas investigações e de que aguardava apenas a reeleição de Lula para divulgá-las, silenciou-se completamente. Passados 18 dias do crime, ainda não sabemos quem são os mandantes, qual é a origem do dinheiro e quem são os envolvidos. E, se não fosse o vazamento de informação da Polícia Federal, até hoje não teríamos visto a “cor do dinheiro”. E a foto tão protegida de fato revelou uma imagem aterradora. Uma montanha de dinheiro sujo que transitava nas mãos de “meninos alopados”.

Tenho aqui, Srs. Senadores, uma charge de Chico Caruso, um dos maiores chargistas do Brasil, que foi publicada hoje no jornal **O Globo**. Nela o Presidente Lula aparece na frente desta montanha de dinheiro, R\$1,75 milhão de dinheiro sujo que até agora ninguém sabe onde está nem de onde veio – os amigos do Presidente Lula sabem, e o Presidente Lula deve saber, mas não diz. E aqui está escrito o seguinte: “Diante daquela parede dourada do Alvorada, o Presidente Lula diz: ‘Eu estou convencido de que no segundo turno teremos discussão mais intelectual da proposta’.”

Era um saco de dinheiro! Não tínhamos uma exata dimensão do que seriam quase R\$2 milhões até que vimos as fotos. Para juntar tanto dinheiro, um sofrido trabalhador que perceba um salário mínimo, descontada apenas a contribuição previdenciária, gastaria exatos 453 anos. Para dar uma dimensão temporal, esse trabalhador teria de ser conterrâneo de Pedro Álvares Cabral. Esse trabalhador, para ter esse dinheiro todo ganhando salário mínimo, teria de ter chegado aqui junto com Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil.

A versão de que a compra do dossiê contra Alckmin e Serra foi iniciativa isolada de “meninos” não é risível. Não é possível acreditar que um partido que se diz falido em 2005, que tem dívidas sendo executadas na Justiça e que demitiu funcionários da sede do partido em São Paulo aumentando um pouco mais as taxas de desemprego deixe nas mãos de “alopados” quase R\$2 milhões.

Por livre e espontânea vontade, membros graduados do Comitê de Reeleição resolveram dar um tiro no pé, utilizando-se de uma bala de R\$1,75 milhão. Tudo à revelia da campanha e do candidato Lula. Não é possível que isso aconteça, qualquer um de nós, que é candidato, sabe que é possível até que o comitê eleitoral use R\$5 mil ou R\$10 mil sem que o candidato saiba, mas R\$1,75 milhão é um grave crime eleitoral.

Essa versão é difícil de ser digerida. Não bate com as práticas usuais das campanhas eleitorais no País e no bom senso que parece não existir em quem pretende contá-la com ares de verdade.

Como já tive oportunidade de comentar desta tribuna, se o Presidente Lula tivesse, de fato, interesse em elucidar os fatos, bastava perguntar a seus auxiliares mais próximos. Um dos envolvidos é seu secretário particular, com assento na sala ao lado no Palácio do Planalto, Freud Godoy. O outro, Jorge Lorenzetti, era usuário habitual da churrasqueira da Granja do Torto.

O Presidente Lula, no início do escândalo contra as candidaturas de Alckmin e Serra, tomou a iniciativa de ligar pessoalmente para o assessor Freud Godoy. Por que Sua Excelência amainou seu ímpeto investigativo?

O Senador Aloizio Mercadante também poderia ajudar nesse esclarecimento, já que o “homem da mala”, Hamilton Lacerda, foi funcionário de seu gabinete até a divulgação do crime eleitoral. Uma conversa frente a frente, de chefe para subordinado, será suficiente para trazer tudo à tona, a não ser que não se queira revelar a verdade.

Quero dizer, a propósito, que conheço bem o Senador Aloizio Mercadante deste plenário. Não acredito que S. Ex<sup>a</sup> esteja envolvido nessa questão. Acho que, se isso fosse responsabilidade do comitê de eleição a Governador de São Paulo do Senador Mercadante, isso não seria feito pelos assessores de Lula, envolveria pessoas de São Paulo. As pessoas que foram pegadas com dólares são de Brasília, não são de São Paulo. Então, na realidade, acho que houve uma tentativa de incluir e de responsabilizar o Senador Mercadante por esse fato, porque a candidatura dele já estava derrotada, enquanto que a candidatura do Presidente Lula seria vitoriosa no primeiro turno.

Enquanto as pessoas envolvidas e beneficiadas pelo crime não se pronunciam, fica a dúvida: onde está a verdade?

Concedo um aparte ao Senador Suplicy, e ao mesmo tempo, quero me congratular...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Eu só pediria que o aparte fosse rápido, porque o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já se esgotou.



**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu pediria ao Senador Suplicy que fosse rápido, porque eu já ultrapassei bastante o meu tempo, mas não poderia deixar de congratulá-lo...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em homenagem ao Vice-Presidente, podemos conceder a V. Ex<sup>a</sup> mais alguns minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – ... pela reeleição. V. Ex<sup>a</sup> é Senador por um partido adversário, o PT, mas certamente honra o Senado e sempre tem se colocado ao lado da verdade.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e o candidato Geraldo Alckmin da coligação PSDB/PFL pelo resultado alcançado. Na verdade, devemos festejar a democracia brasileira, pois, felizmente, diferentemente de um período passado de três décadas, desde 1989 estamos vivendo um período em que, no Brasil, o povo brasileiro pode escolher o seu Presidente, o seu Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual. Agora, como nunca antes, tivemos 128 milhões de eleitores comparecendo às urnas. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que considero correto o seu apelo para que haja a elucidação completa desses episódios relativos ao dossiê. Tenho transmitido à Direção Nacional e à Direção Estadual do Partido dos Trabalhadores, aos presidentes Ricardo Berzoini e Paulo Frateschi, inclusive publicamente, que avalio ser da maior importância que esse assunto seja de vez elucidado e, se possível, nesta semana. Será muito melhor que tenhamos tudo resolvido para que o povo brasileiro e nossos eleitores tenham um período de debates centrado em propostas, a começar pelo debate de domingo na Rede Bandeirantes. Que as emissoras que convidarem tanto o Presidente Lula quanto o ex-Governador Geraldo Alckmin para debates possam transmitir planos para o desenvolvimento sustentado da economia, para melhorar a distribuição da renda, formas de erradicar mais depressa a pobreza absoluta neste País e de como construir, enfim, uma sociedade justa e solidária. Eu espero que seja esse o conteúdo maior do debate entre ambos, mas é claro que a questão ética precisa estar presente. Eu espero, Senador José Jorge, que seja sobretudo o conteúdo das proposições de ambos os candidatos que venha a fazer o povo brasileiro escolher, da forma mais democrática e livre, o nosso Presidente. Quero aqui também externar o meu apelo àqueles que possam contribuir, também no âmbito do próprio PT, para elucidar o episódio o mais rapidamente possível. Igualmente, considero importante que possam José Serra, Barjas Negri, o empresário Abel e os irmãos

Vedoin esclarecer o quanto antes se houve dossiê e de que tipo, qual, afinal de contas, era a intenção de pai e filho Vedoin ao fazerem afirmações sobre o Sr. Barjas Negri e sobre o ex-ministro José Serra. Que isso seja inteiramente esclarecido. Fui colega do ex-Ministro José Serra no Senado, por muitas vezes com ele interagi e sei da história de seriedade dele. Tenho certeza de que ele deve ser a primeira pessoa a querer esclarecer qualquer história que porventura tenha ocorrido relativamente àquele dossiê.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy o aparte e quero dizer que concordo com S. Ex<sup>a</sup>: devemos saber isso o mais rapidamente possível, se não for assim, esse tema tomará conta do segundo turno. E o Presidente Lula pode saber isso rapidamente, basta consultar os companheiros que estão envolvidos.

Queremos saber a verdade. Doa a quem doer, a verdade deve vir à tona. E quando soubermos os autores do crime, a meu ver, não restará dúvida quanto ao envolvimento do Partido dos Trabalhadores e do Comitê de Reelection do Presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra por dez minutos, prorrogáveis.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de iniciar meu pronunciamento na tarde de hoje agradecendo ao povo da Paraíba a expressiva votação: quase um milhão de votos. Da outra vez, fui eleito por quinhentos mil votos, e, desta vez, foram 725.502 votos, ou seja, 44% dos votos válidos contra 48% dos que foram dados a meu adversário, uma diferença mínima.

Durante o tumultuado período que antecedeu as eleições – no meu caso pessoal, foi especificamente tumultuado e doloroso pelas enormes injustiças e traições que se interpuseram na minha candidatura –, tive a oportunidade de reafirmar, desta tribuna, inúmeras vezes, minha confiança no eleitorado paraibano. Dizia eu: “Conheço a Paraíba, e a Paraíba me conhece. O povo do meu Estado sabe da minha honestidade e da minha capacidade de trabalho. Conhece minha lealdade, como conheço a dele”. E, de modo geral, esse

reconhecimento e essa lealdade se manifestaram na expressiva votação que recebi.

E é justamente a esses eleitores que continuaram me honrando com sua confiança que dirijo, nesta tarde, minhas palavras de gratidão, meu muito obrigado e meu eterno reconhecimento!

Nos últimos doze anos, Sr. Presidente, dediquei todas as horas e todos os dias, meses e anos da minha vida ao trabalho incansável em prol da Paraíba – isso me rendeu lá o apelido de trator – e dos paraibanos em geral. Trabalhei incansavelmente, muitas vezes com enormes sacrifícios pessoais. Não me arrependo um só instante dessa doação incondicional e irrestrita: mais tempo tivesse, mais vida tivesse, mais chance tivesse, e faria tudo de novo, de novo e de novo. Talvez, apenas fizesse diferente e substituísse algumas parcerias, sendo mais cuidadoso no estabelecimento das minhas relações de confiança. Todavia, em nada diminuiria minha disponibilidade em servir, prazerosamente, o povo do meu Estado.

Lamentavelmente, os mais de 700 mil votos recebidos não foram suficientes para garantir minha recondução ao terceiro mandato. E, nesta Casa, a maioria dos Senadores foi eleita com menos de 700 mil votos. São muitos votos! E isso não se deveu senão à conjunção de uma série de fatores exógenos à campanha, dentre os quais gostaria de ressaltar a pesada artilharia de alguns setores da imprensa – aqui, cito nominalmente a Rede Globo de Televisão, no Jornal Nacional, que decretou minha perda de mandato às vésperas do dia da eleição.

Ressalto também o triste papel desempenhado por alguns membros da CPMI que, deslumbrados com o poder conferido pela Constituição às Comissões Parlamentares de Inquérito – poder esse que defendo e defenderei sempre –, prestaram-se, em algumas ocasiões, a funcionar como um verdadeiro Tribunal do Santo Ofício.

Alguns Parlamentares, como o Relator, Senador Amir Lando – que obteve 40 mil votos –, e o Presidente, Deputado Antonio Carlos Biscaia – que, aliás, não se reelegeu –, converteram-se em Savonarolas modernos, sempre dispostos a passar aos jornais e às tevês informações parciais, inverídicas e descontextualizadas, com vistas a alimentar o sensacionalismo que condena e sentenciar antes mesmo do julgamento.

Exemplifico o raciocínio: no dia marcado para a leitura do parecer do Relator no Conselho de Ética do Senado, quando a falta de **quorum** impediu a apreciação do referido parecer, o que, para mim, era prejudicial, já que eu tinha todo o interesse em ir para a campanha com a situação esclarecida, o que aconteceu? A Rede Globo de Televisão, ao informar, em

horário nobre, para 95% dos lares brasileiros (aí incluídos os lares paraibanos) que a votação não pôde ser realizada, escamoteou o fato de que o parecer não foi sequer lido e de que nem foi dada publicidade do seu conteúdo, a pedido do Relator, e destacou como manchete, alto e bom som, que o parecer de Jefferson Péres pediria minha cassação.

Esse Jornal Nacional, gravado no meu Estado, passou, na última sexta-feira, umas vinte vezes, o que fez com que eu, que estava seis pontos à frente, despencasse para quatro pontos atrás no resultado da eleição.

Agradeço muito a eles pelo trabalho que fizeram. Quanto a mim, havia uma dúvida em relação a R\$200 mil, em dois anos, que um assessor meu teria pego – e eu teria ficado com uma parte. E eles conseguiram eleger um Senador que levou, comprovadamente, R\$100 milhões da Prefeitura de João Pessoa – isso em um terço dos processos; ainda faltam dois terços. Então, eles realmente foram os eleitores desse cidadão, que vai dar muito que falar aqui, no Senado Federal, com toda certeza.

Com base em que eles veicularam tal notícia? Na hora seguinte, telefonei ao Relator e perguntei: “O senhor disse isso?” Ele respondeu: “Não, não disse”. Liguei, então, para o Sr. Ali Kamel, do Jornal Nacional, e perguntei: “O Relator disse que não falou isso. Como é que os senhores veicularam?”. E a resposta foi: “Vamos mandar ouvi-lo de novo”. Não o fizeram. Então, veicularam uma inverdade, que me prejudicou enormemente, e nós não deveríamos consentir que a lei permitisse uma coisa como essa.

Não entendi por que a imparcialidade não foi preservada. Não entendi por que, às vésperas da eleição, eles fizeram isso. Foi uma opção.

Essa, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi a pá de cal que pretenderam jogar sobre minha candidatura. Era uma candidatura que tinha tudo para ser vitoriosa, uma vez que lastreada num trabalho árduo e contínuo, amadurecido em doze anos de mandato nesta Casa e, ainda, numa gestão operosa e bem-sucedida no Ministério da Integração Nacional.

O poder da mídia não pode e não deve ser menosprezado nos países desenvolvidos e, mais ainda, em sociedades tão carentes e desiguais como a brasileira.

Não perdi apenas as eleições – eu as perdi, como eu disse, por poucos votos –; perdi, primeiro, a guerra de comunicação que se travou contra minha candidatura.

Falei aqui sobre a Agenda Sete. Disseram-me que eu teria enfrentado uma Agenda Sete e que eu era o



peixe graúdo. Mas fui escolhido para ser massacrado pela imprensa nacional.

Nessa guerra suja, os meios de comunicação, convenientemente, esqueceram-se de que meu adversário não tinha, como não tem, condições morais, éticas, intelectuais e legais para representar o povo paraibano. Elegeram-no; agora, que o embalem!

Esqueceram, convenientemente, repito, tratar-se de alguém julgado e condenado a ressarcir os cofres públicos por desvio de recursos na Operação Confraria, recursos esses que, hoje, certamente, fazem falta nas escolas, nos hospitais e na mesa dos paraibanos.

Desde maio, por 139 dias, fui massacrado diariamente pelos principais jornais e televisões do País, e, é claro, esse massacre se refletiu nas urnas.

No calvário que experimentei desde então, não faltaram traições de antigos companheiros e também de lideranças jovens que ajudei a projetar no cenário político paraibano.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mesmo ferido na minha honra e nos meus princípios, escolhi continuar na campanha, apoiado pela certeza da minha inocência e pela solidez dos vínculos que estabeleci com a Paraíba nesses muitos anos de lutas vitoriosas e de trabalho operoso e constante no Senado Federal.

Muitas vezes, estive quase sozinho, mas não vacilei, não esmoreci e, nesse quase um milhão de votos, reconheço uma campanha vitoriosa. Aliás, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é bom que fique registrado que não apenas eu a reconheço como vitoriosa. Numa triste ironia do destino, foi justamente a Rede Globo de Televisão que primeiro fez esse reconhecimento público, quando, em programa na Globo News, no debate entre cientistas políticos e jornalistas que acompanhavam as apurações, respondendo à ponderação da cientista Lúcia Hipólito, a jornalista Cristina Lobo enfatizou o aspecto vitorioso da minha campanha, comentando que, apesar das dificuldades decorrentes do suposto envolvimento do meu nome no episódio das sanguessugas, o povo da Paraíba escolheu consagrar 44% dos seus votos – expressivo percentual – ao meu nome. E fiquei muito grato por isso.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)** – Senador Ney Suassuna, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um ligeiro aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)** – Senador Ney Suassuna, tive a oportunidade de dizer, há pouco, que considero que V. Ex<sup>a</sup> foi condenado antes de ser julgado. Desde que cheguei a esta Casa, pude testemunhar seu comportamento, sua postura

alegre e atenciosa. Quantos e quantos convites para seus saraus, para jantares na sua casa! V. Ex<sup>a</sup> sabe que jamais participei de nenhum deles, mas sua gentileza sempre se fez presente, no sentido de renovar o convite, mesmo o Geraldo nunca comparecendo. Não gostaria de perder esta oportunidade de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tenho a impressão de que muitos ou alguns – não vou generalizar – dos que costumavam freqüentar seu apartamento, sua casa, seus saraus, talvez, hoje, por mera covardia, virem-lhe as costas e não mais aceitem o convite que V. Ex<sup>a</sup> sempre fez com tanta gentileza. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não faz parte do meu caráter a covardia. Nesta oportunidade, quero, de forma mais intensa inclusive, renovar o apreço e a amizade pessoal que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, mais ainda neste momento. Quero fazer isso publicamente. Eu seria covarde se não o fizesse. Repito: mesmo não privando intensamente da relação pessoal, da camaradagem que V. Ex<sup>a</sup> estendeu sempre a todos nós, seus Colegas, mesmo não praticando isso intensamente, não gostaria de perder esta oportunidade de, neste momento, reiterar, de forma intensa, que V. Ex<sup>a</sup> conta, mais ainda agora, com minha amizade pessoal acima de qualquer coisa. Era o que gostaria de deixar registrado.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Muito obrigado, amigo! Agradeço-lhe muito.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Por que vitoriosa a campanha? Porque, malgrado a desigualdade das ferramentas empregadas pelas partes – de um lado, todo o poder da mídia, a precipitação dos juízos de valor irresponsavelmente expendidos quase que diariamente para tentarem me fazer sangrar em praça pública; e, de outro, a visita aos eleitores, as carreatas, os comícios e a minha biografia de trabalho e de dedicação à causa da Paraíba –, obtive, quase sozinho, apoiado por uma pequena e leal Armada Brancaleone, essa magnífica votação.

A esses incansáveis, leais e obstinados companheiros, também manifesto minha gratidão.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não me sinto derrotado e não poderia, de maneira alguma, deixar de vir a esta tribuna para agradecer, comovido e emocionado, àqueles que não hesitaram em me confiar, mais uma vez, seu voto.

Continuarei trabalhando, até o último dia desta Legislatura, com o melhor das minhas forças, para retribuir essa confiança de expressiva parte do povo paraibano.

Estou certo de que os laços mútuos de lealdade e de admiração que se estabeleceram nessa longa convivência estarão definitivamente presentes em nossas vidas, não apenas em nossa memória política, mas, sobretudo, em nossas memórias afetivas.

Razões circunstanciais próprias do processo político não podem apagar os vínculos sólidos de confiança em mão dupla entre mim e a Paraíba, forjados numa existência inteira de dedicação à causa do meu povo, o povo paraibano.

Estou certo de que, nesses doze anos de Senado, inscrevi, indelevelmente, com coragem, com honestidade, com ética e com honradez, meu nome na história do glorioso Estado paraibano. E o fiz de maneira duradoura.

Encontro-me entre os paraibanos que se dedicaram e que continuam a dedicar-se à construção de uma Paraíba mais igual, mais justa, mais desenvolvida, mais humana, mais fraterna e mais feliz.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Senador Ney Suassuna, permita-me uma palavra antes de V. Ex<sup>a</sup> concluir.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Eu não poderia apartear-lo. Por isso, esperei V. Ex<sup>a</sup> terminar.

Eu queria deixar um testemunho: quando a Corregedoria deu início às investigações, pelas acusações que surgiram, em nenhum momento V. Ex<sup>a</sup> tentou interrompê-las, dificultá-las ou criar empecilhos que pudessem comprometer o andamento dos trabalhos. V. Ex<sup>a</sup> foi correto e forneceu todos os meios para que realmente se pudessem esclarecer os fatos.

Houve contradições nos depoimentos dos funcionários, e, infelizmente, não pude prosseguir. Imediatamente, o Conselho de Ética nomeou o Relator, e a Corregedoria perdeu qualquer razão para dar continuidade às investigações, mas apenas ficou na expectativa de que o Relator pudesse ou não pedir auxílio.

Eu queria deixar isso claro. Não acredito que V. Ex<sup>a</sup> mexeu em R\$100 mil nem em R\$200 mil. Há outras questões referentes a seus funcionários que talvez tenham de ser aprofundadas, mas jamais V. Ex<sup>a</sup> dificultou qualquer tipo de investigação. Pode ter criticado um ou outro aspecto, mas jamais interveio no procedimento ao qual a Corregedoria tentou dar continuidade, até para esclarecer as contradições daqueles que depuseram durante a preliminar.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> as palavras.

Lembro-me, inclusive, de que, no dia 5 de junho, pedi a interferência da Corregedoria para que o fizesse. E fiz mais – V. Ex<sup>a</sup> estava presente na Comissão de Ética. Eu disse: “Mostrem-me uma prova contra mim, que renuncio o mandato e cancelo minha candidatura”. Não há prova! Não há prova! Podem arranjar outra

forma para me atingir, porque prova não há. Tenho a consciência tranquila.

É difícil enfrentar um Jornal Nacional repetindo vinte vezes ao dia um assunto no último dia de campanha. É difícil. Paciência!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Boa sorte para V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Vamos em frente!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Cristovam Buarque.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, seria, sem dúvida, um discurso difícil o que vou pronunciar, não tivesse eu a coragem que o tempo tem mostrado que tenho e a experiência de 50 anos de vida pública. Isso me dá autoridade para discorrer aqui sobre as eleições no Brasil e, em particular, em primeiro lugar, na Bahia.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Senhor Presidente Lula venceu na Bahia surpreendentemente o Governo, levando também um Senador que jamais seria eleito normalmente, mas por ter abandonado o seu partido e por ter feito composição com o candidato do PT, venceu.

Portanto, as minhas primeiras palavras são no sentido de que, no caso, o Presidente Lula foi vencedor. Não importa como. Jogando muito dinheiro do Governo? Sim. Dinheiro da Petrobras? Sim. Dinheiro dos ladrões que o cercam? Sim. Mas o fato é que ele venceu.

Entretanto, outra verdade tem de ser dita ao mesmo tempo: ele e seus correligionários achavam que ele seria eleito no primeiro turno. Não foi no primeiro e tudo indica que não será no segundo.

Todos estão tomando conhecimento da maneira de governar do Presidente, das pessoas das quais ele se cerca, dele pessoalmente como chefe de uma quadrilha que assalta o Brasil.

O Presidente da República não tem dignidade para o exercício da função, não tem o respeito público. Pode ter o voto: ou o voto que comprou, ou o voto daqueles menos esclarecidos – que, agora, com os debates, vão ser mais esclarecidos, para dar a vitória a quem de fato merece. Este Governo começou com Waldomiro Diniz roubando e vai até o fim com uma série de ladrões. E ele diz que não sabe de nada! Não sabe de nada, mas demite. Então, demitiu injustamente; e, se não sabe de nada, é porque é cego; e, se é cego, não pode ser Presidente da República.

Sr. Presidente, nunca houve neste País um descalabro igual; nunca houve neste País um Governo que tivesse a coragem – nem mesmo o seu novo aliado, o Collor – de roubar tão abertamente.

Sei que ele comemorou a vitória na Bahia. Fez bem em comemorar. Em 1986, eles comemoraram; em 1990, eu voltei. Voltei e formei uma série de homens públicos naquela terra que honra o Brasil e da qual ninguém é acusado de roubar.

No pleito da Senatária, trouxemos um nome que talvez seja um dos melhores Senadores da República. E esse nome, que não tinha prática política, fez uma campanha notável, com seu saber e sua competência, e adquiriu, em menos de um mês, competência política a ponto de o candidato que era tido como o mais provável, um ex-Prefeito da cidade de Salvador, perder para o Senador Rodolpho Tourinho por mais de um milhão de votos.

O Senador Rodolpho Tourinho foi exemplar, daí por que falo do acerto que tive em lançá-lo candidato. Se houvesse outra eleição, eu o lançaria novamente, pela sua alta capacidade demonstrada. Antes, era o técnico que brilhava no Senado; na campanha, foi o Senador político, que sabia dizer o que o povo queria ouvir e que apontava o que fez de bom no Senado, coisa rara num homem público, sobretudo, para os menos favorecidos.

O Governo teve Waldomiro Diniz e acabou com esse Freud, todos roubando e todos dentro da casa do Lula – e ele não sabia. Lorenzetti, o seu churrasqueiro, pegou R\$17 milhões e toma conta de uma das suas filhas.

O Presidente Lula precisa saber que o Presidente da República deve ser como a mulher de César: não pode haver dúvidas a respeito de sua conduta.

No caso dele, não há dúvida, mas certeza de sua péssima conduta moral e administrativa.

Quem forma um Ministério dessa qualidade não pode governar o Brasil, assim como quem coloca José Genoíno como Presidente e o tira. Não tenho nada pessoal contra José Genoíno, mas o assessor de seu irmão, Deputado Estadual, foi apanhado levando dólares na cueca e não aconteceu nada.

Vem, então, Ricardo Berzoini, envolvido na compra de um dossiê para atacar o candidato ao Governo de São Paulo, José Serra. Esse R\$1,7 milhão, um delegado honesto e digno teve a coragem de apontar e mostrar. O Sr. Jaques Wagner disse algo certo, hoje: Berzoini não pode ser Presidente do Partido porque está sob suspeita de um crime. É este o time de lá: Lorenzetti, Freud Godoy, Okamoto. Oh, se abrissem o sigilo de Okamoto, quanta coisa surgiria!

Nesse debate, espero que o candidato a Presidente Geraldo Alckmin demonstre, como estava fazendo no final, os crimes praticados contra o povo, porque este é quem paga a roubalheira do Lula. É o povo que paga – não sente, mas paga.

Esse Governo não aponta uma pessoa próxima ao Presidente – talvez, excetue-se a D. Dilma, mas não a conheço bem – que tenha seriedade dentro do Palácio do Planalto. Todos já foram acusados – todos, tirando D. Dilma –, já foram provados na roubalheira. Todos já foram, inclusive, chamados de “quadrilha” pelo ínclito Procurador-Geral da República, que apontou 40 dessas figuras para serem processadas judicialmente no Supremo Tribunal Federal.

Ora, Sr. Presidente, são tantos os ladrões e os furtos que é muito difícil alguém tratar de um assunto porque surge outro maior. E ele, com o cinismo que lhe é próprio, diz: “Vamos apurar! Deve ser apurado! Isso é um crime!”

Mas quem praticou o crime? Foi V. Ex<sup>a</sup>? Foi o honrado Senador Jefferson Péres? Foi, mesmo, o digno Senador Suplicy?

Não. Quem roubou estava junto do Presidente e esse dinheiro dos roubos e dos furtos não conhecidos foi jogado em várias eleições no Estado e para o Presidente da República. Mas vem aí o segundo turno.

Tenho uma lista de pessoas que foram acusadas com razão, neste Governo, pelos furtos que praticaram. Passo a lê-la: Gushiken e os Fundos de Previdência; Silvio Pereira do Land Rover – Land Rover da Petrobras; Petrobras de Jaques Wagner. Eu, aliás, tenho a impressão de que o ataque de hoje, do Jaques Wagner ao Berzoini, foi um pouco de vingança do que Berzoini fez com ele quando assumiu o Ministério do Trabalho, dizendo que ele não criou nenhum emprego daqueles que apontou. José Genoíno, já falei, com o irmão dos dólares; o meu amigo José Dirceu; Paulo Okamoto, doador universal; os petistas mensaleiros Luisinho, João Magno, João Paulo, José Mentor, Josias Gomes, Paulo Rocha, Lorenzetti. Lorenzetti é o Okamoto de Lurian, que não é outra pessoa senão filha do Presidente da República.

O outro filho é sustentado pela Telemar, com R\$15 milhões, e, até hoje, não se deu ao prazer de explicar esse caso. Talvez o guarde para os debates;

Apareceu um Freud! Para manchar o nome do grande psicanalista, aparece um Freud Godoy. O Freud Godoy é íntimo de cama e mesa do Presidente e é o principal suspeito desses furtos.

Humberto Costa, o vampiro, também indiciado e já julgado pelo povo de Pernambuco; Lulinha da Telemar, de quem já falei; Waldomiro Diniz; a turma de Ribeirão Preto – eu gostaria até de poupar o Ministro Palocci,

mas não posso, diante das evidências que chegaram ao conhecimento da CPI –; a turma do Banco Popular, que irrigou o valerioduto e para a qual o Senador Tasso Jereissati chamou atenção no primeiro dia; a turma do Banco do Brasil, flagrada, agora, devido ao dossiê; um diretor do Banco do Brasil se afasta para roubar, para comprar dossiê. Só mesmo neste Governo!

Os portadores dos dólares cubanos em caixas de uísque; aqueles que invadiram a conta do caseiro – pobre caseiro! A turma da Petrobras; os assassinos de Santo André e de Campinas! O de Campinas é a própria esposa do morto que faz a acusação – a fez aqui, na CPI. O caso de Celso Daniel, difícil de ser explicado. Só a turma da Petrobras, com os US\$6 bilhões, que pediu agora, só essa turma da Petrobras merecia e merece uma CPI, a qual temos de fazer nesta Casa! É a oportunidade para se provar a ladroagem na maior empresa do Brasil e uma das maiores do mundo!

Os terroristas que acabaram com a cultura do cacau no meu Estado, levando a vassoura de bruxa para acabar com a lavoura cacauzeira, deixando 200 mil desempregados. Gostaria de poupar o Senador Mercadante, mas não vou poupar o Sr. Hamilton Lacerda, seu assessor, que participou também desse dossiê.

Berzoini foi afastado da campanha, mas não o foi da Presidência. Evidentemente que será por pouco tempo. Vai ser afastado! O próprio PT de Suplicy não vai aceitar que isso continue dessa maneira.

Sr. Presidente, ao confessar o caso da Bahia, sem nenhuma dúvida, inclusive, ontem, quando fui perguntado a esse respeito, disse: “Derrotado não fala, espera”. Estou esperando, como esperei em 1986, e venci, em 1990, as eleições diretas para Governador do Estado, tendo havido a derrota, em 1986, não minha, mas do candidato Josaphat Marinho.

Portanto, Sr. Presidente, quero advertir a Nação brasileira, sobretudo, para esse segundo turno. Chamo a atenção do Nordeste, principalmente, da minha Bahia, para que impeçamos essa reeleição tão danosa para o País e coloquemos à frente do Governo um homem de bem, honrado, como é o ex-Governador Geraldo Alckmin. Desse modo, Sr. Presidente, estou convencido de que vamos ter um novo Brasil e sem roubo; um novo Brasil com um PT sério, porque também no PT há pessoas sérias, tirando os ladrões, que não são poucos.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, com a coragem que Deus me deu, para dizer que continuarei lutando e amando cada vez mais a Bahia, e que, em breve, V. Ex<sup>as</sup> verão o desastre que será o governo baiano e a volta triunfal do “carlismo” na Bahia. O “carlismo” é uma legenda que não se apaga, queiram ou

não os cronistas políticos. Ela existe porque o povo quer! E quando o povo quer, pode tudo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> solicita-me um aparte?

Com prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já se esgotou por duas vezes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Senador Eduardo Suplicy tem direito a um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy, que seja breve, porque, da última vez, V. Ex<sup>a</sup> gastou dez minutos em seu aparte.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos, em algumas ocasiões, vi, por parte de V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo no primeiro ano do mandato do Presidente Lula, atitudes de muito respeito e carinho para com o Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Carinho é exagero.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Nos últimos tempos, observei que V. Ex<sup>a</sup> passou das palavras assertivas e críticas para a adjetivação que, muitas vezes, beirava a ofensa. Cheguei até a conversar com V. Ex<sup>a</sup> acerca de alguns episódios, dizendo-lhe: “Olha, avalio que será melhor ouvido se usar mais a forma carinhosa, construtiva, respeitosa”. Inclusive fiquei pensando que, em algumas situações, quando nós, políticos, passamos da crítica veemente para a ofensa, muitas vezes, acabamos perdendo com isso. V. Ex<sup>a</sup> conheceu tão bem o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que costumava dizer algo com bastante sabedoria: “Precisamos ter atitudes com nossos adversários que nos permita sempre continuarmos a dialogar com eles”. Às vezes, o uso de palavras tão ofensivas acaba atrapalhando essa relação, inclusive fazendo com que o povo não aprove tais atitudes. Apenas coloco isso para a reflexão de V. Ex<sup>a</sup>. Será que o exagero na forma não contribuiu para que houvesse esse resultado? Falo isso como uma pessoa que tem por V. Ex<sup>a</sup> respeito e estima, a ponto de o próprio Presidente Lula, em algumas ocasiões, como em comício recente, comentando positivamente sobre minha atuação, disse-me: “Olha, às vezes, acho que você deveria ser mais duro com nossos adversários. Mas esse é o seu jeito. O seu jeito é esse mesmo de estar dialogando.” É o meu jeito mesmo! Talvez eu tenha aprendido com o meu pai que sempre é melhor falar bem das pessoas do que criticá-las, porque isso faria o bem. Mas,



aqui, pondero: será que não foi o exagero na ofensa que dificultou, não apenas para que o Presidente pudesse lhe ouvir melhor e que o povo também pudesse lhe dar maior apoio? Quero também dizer que, inclusive já expus isso ao Senador José Jorge, solicitei da direção nacional e estadual do Partido dos Trabalhadores o esclarecimento desses episódios relativos ao dossiê, e que isso possa se dar ainda nesta semana. Não quero me estender mais. Obrigado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se V. Ex<sup>a</sup> tem um diálogo difícil com o Presidente e com o seu Partido, como é que eu posso dialogar com esse grupo do seu Partido, que não é o seu, que é o grupo daqueles ladravazes que tanto infelicitam a Nação e o próprio Presidente da República? Eu não posso! É diferente. Veja V. Ex<sup>a</sup> que, mesmo com o seu estilo, V. Ex<sup>a</sup> sempre foi um homem – eu assisti isso e dou este testemunho – de uma popularidade imensa em São Paulo! Entretanto, dessa vez, o seu adversário obteve 43% da votação. Seria por causa do seu estilo? Não!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu obtive 48%.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Seria pela sua coragem de dizer ao Lula as verdades? Alguma coisa aconteceu, porque Guilherme Afif Domingos, embora seja um grande nome, teve uma votação que surpreendeu o Brasil e, mais ainda, maior do que a do seu candidato ao Governo, Senador Aloizio Mercadante, a quem respeito.

De modo que V. Ex<sup>a</sup> veja que o problema de estilo é próprio de cada um. Agora, não se pode colocar uma venda para que não se enxerguem as roubalheiras tão claras, tão evidentes que estão existindo no Brasil. Elas são tão claras que V. Ex<sup>a</sup> pede e exige esclarecimento do seu partido.

Portanto, veja V. Ex<sup>a</sup>, hoje estou com minha tese e V. Ex<sup>a</sup> com sua tese, apenas com estilos diferentes. V. Ex<sup>a</sup> pensa exatamente como eu, mas diz de uma maneira mais branda. Talvez V. Ex<sup>a</sup> esteja certo na maneira de dizer, mas eu estou certo no que eu digo. Do Governo Lula chega! Cansou! Vai sair no dia 29 deste mês. Nós vamos ter um novo Presidente, que será Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, pela ordem. Em seguida, ao Senador Ramez Tebet; depois, à Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço

que me inscreva para falar pela Liderança do PDT tão logo possa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Como Líder?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não. Se V. Ex<sup>a</sup> conceder a vez para o Senador Ramez Tebet, em seguida, falará V. Ex<sup>a</sup>. Não pode falar agora.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Eu cedo a vez ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, Senador Ramez Tebet, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>. Em seguida, falará a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Nobre Senador Romeu Tuma, só para dizer que, após as falas pela Liderança e o próximo inscrito, o Senador Heráclito me cedeu o tempo para que eu possa falar como inscrita.

Obrigada.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> uma informação sobre a Medida Provisória nº 297. Trata-se de matéria que me preocupa, pois se refere aos agentes comunitários de saúde – e vejo alguns deles aqui. Como o prazo se encerrará na segunda-feira, desejo obter informações sobre sua tramitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, recebo do Sr. Secretário-Geral da Mesa a informação de que o Presidente está convocando os Líderes para, amanhã pela manhã, discutirem essa medida provisória e outras questões pendentes. Essa será a razão principal da convocação dos Srs. Líderes.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, deixo esse alerta em função do vencimento da medida, ainda porque, possivelmente, a matéria terá de voltar à Câmara. Isso me preocupa muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Verificamos que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem razão quanto a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda sobre essa questão que nos preocupa a todos. Dado o prazo exíguo que temos para apreciar essa medida provisória, quero lembrar o compromisso que temos com a votação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Se a medida provisória for lida, não poderemos fazer a votação.

Aguardamos com ansiedade a chegada dos Srs. Líderes para que possamos fazer a reunião e, amanhã, quarta-feira, possamos, então, votar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e também deliberar sobre a referida medida provisória, para que retorne à Câmara Federal, se for o caso, e não perca sua validade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, essa é a preocupação da Presidência.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir a colaboração da Líder do Governo, que se mostra interessada na votação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que, com o seu poder, acesso e tráfego inquestionável na Casa, fizesse chegar aos Srs. Senadores o texto na íntegra do projeto, uma vez que são oitenta e oito artigos. E é preciso que os Senadores votem conhecendo o texto, porque acabou aquela época em que se votava incluindo o que o Governo mandava. Faço o registro porque, geralmente, há, nas entrelinhas desses projetos, algo não tão republicano quanto o objetivo mesmo do projeto que vem de lá para cá.

De forma que a Senadora prestaria um grande serviço, se realmente é sincero o desejo da votação amanhã, se fizesse com que todos os Senadores tivessem acesso ao texto completo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Registro o alerta de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos nós fizemos campanha dentro das nossas casas, tentando contribuir para um País melhor. E, Sr. Presidente, a Senadora Heloísa Helena me encontrou em minha residência, quando o meu Estado teve a honra de recebê-la.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> pôde constatar que eu estava em estado de reflexão por condições da vida. Uma das minhas reflexões é a de que o brasileiro é competente, o brasileiro é sábio. Começamos esta campanha sob o signo do voto nulo e da abstenção. Todos diziam que a história brasileira registraria a maior abstenção da sua vida republicana e falavam da preocupação quanto ao voto nulo. Não existiu uma coisa nem outra, Sr. Presidente. Diminuíram a abstenção e os votos nulos.

Sr. Presidente, a reflexão mais importante que tirei é a de que podemos pensar em muitas reformas políticas no País, como a cláusula de barreira, que vejo com muita alegria, está encaminhada e vai ajudar o futuro Presidente da República no seu relacionamento com o Congresso Nacional. Não haverá necessidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, de o Executivo se reunir com duas dezenas de partidos, que não são duas dezenas, mas 40 ou 50 incrustados no partido, com segundas intenções. A cláusula de barreira veio, e isso vai melhorar o diálogo.

Mas, mais do que isso, o que sinto e vejo é que, dessas reformas políticas todas, uma tem de permanecer – pelo menos foi o que senti: é o resultado do que percebi nas ruas, do que percebi no meu Estado de Mato Grosso do Sul. Sabem qual é? A existência de um segundo turno é imprescindível, porque, Sr. Presidente – V. Ex<sup>a</sup> é testemunha disso porque é Corregedor desta Casa –, nunca o Brasil viveu um Estado tão atônito no meio da sua população e, portanto, no seio do seu eleitorado, como viveu nesta campanha eleitoral.

Os fatos se sucediam a cada dia, não a cada semana. A cada 24 horas, tínhamos uma novidade. E o povo tinha de saber a verdade. E, diante de tanta informação, Sr. Presidente, acho que o segundo turno veio fazer bem ao País. É preciso, realmente, dar mais uns dias para o povo brasileiro meditar melhor, para o povo brasileiro perceber as imoralidades que se praticam. Não se suporta e ninguém quer mais essa avalanche com que foram tomados alguns partidos do País e, principalmente, o partido que dava sustentação ao atual Presidente da República.

Não é possível! O Brasil nunca viu as coisas acontecerem dentro da própria Casa, e não ir ninguém para a cadeia. A pessoa é suspensa de uma função, por exemplo, da coordenação da campanha, mas continua na Presidência do partido. Esse é um jogo difícil, Sr. Presidente, e nunca vai valer tanto como agora o segundo turno.

O Presidente que for eleito em 29 de outubro virá mais consagrado, mais ungido pela vontade popular e terá mais condições de dialogar com o Congresso, que já não contará com dezenas e dezenas de parti-



dos políticos, uma vez que a cláusula de barreira vai restringir a menos de dez o número deles.

Mas vim hoje só para fazer uma saudação. Eu queria tanto ser mais atuante na campanha e justamente fiquei impedido disso. Mas tenho orgulho de algo, que quero manifestar a esta Casa e a este País. Fiquei no meu Estado, dando minha parcela de contribuição, fazendo o que pude, e vi que, em Mato Grosso do Sul, houve o triunfo da vontade popular, pois se elegeu, esmagadoramente, um homem competente, com mais de 60% dos votos.

Quero dizer àquele que foi Prefeito, por duas vezes, de Campo Grande que lhe será entregue, no próximo ano, se Deus quiser, a bandeira da moralidade cívica, a bandeira do progresso e do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero, portanto, deixar registrada, nos Anais desta Casa, a vitória da coligação de André Puccinelli para Governador, com Murilo Zauith, do PFL, para Vice-Governador e com a Senadora, Sr. Presidente, que por certo vai encantar esta Casa. Refiro-me à primeira mulher sul-mato-grossense eleita para o Senado da República, a Dr<sup>a</sup> Marisa Serrano, que sei que, vindo para cá, será uma Senadora incansável na defesa dos interesses do nosso Estado e do Brasil.

Mas o que também aconteceu de importante em Mato Grosso do Sul é que elegemos uma bancada de oito Deputados Federais, que vou nominar: Waldemir Moka, Nelson Trad, Geraldo Resende, Vander Loubet, Antonio Biffi, Antonio Ferreira da Cruz, Dagoberto Nogueira e Waldir Neves. Eles vão formar uma bancada também de sustentação em defesa do Estado de Mato Grosso do Sul.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Pois não, Senador.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Ramez Tebet, primeiro, queria dizer que para nós é sempre uma alegria ouvir V. Ex<sup>a</sup>, não só por sua experiência, mas por tudo que V. Ex<sup>a</sup> transmite a todo homem público: segurança, confiança, transparência. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que orgulha a todos os brasileiros. Esse é o sentimento não apenas nosso, mas também dos catarinenses. Fizemos uma coligação em Santa Catarina: o PSDB com o PMDB e com o PFL. V. Ex<sup>a</sup> falou sobre o candidato a Governador eleito, sobre a nossa Marisa Serrano, do PSDB, sobre a grande eleição de Deputados Estaduais, de Deputados Federais e da Senadora, feita por meio de um trabalho forte. Em Santa Catarina, com seu amigo Luiz Henrique da Silveira, por pouco mais de 30 mil votos, não vencemos no primeiro turno. Veja que, dos 293 Municípios, vence-

mos, parece-me, em 249 Municípios – não me recordo bem – e perdemos em apenas 43 Municípios. Portanto, vencemos em 250 Municípios. Dos 40, elegemos 23 Deputados Estaduais e, dos 16, 11 Deputados Federais, mostrando que a nossa coligação foi firme, forte, com a aprovação popular dos catarinenses. Tenho certeza absoluta de que venceremos no segundo turno, para fazer de Santa Catarina e do seu Mato Grosso do Sul dois Estados pujantes, fortes, que possam gerar mais empregos e continuar sendo exemplos para o Brasil. O seu Estado teve o privilégio de eleger o Governador no primeiro turno, mas, no nosso, confirmaremos Luiz Henrique da Silveira no segundo turno, para mostrar seus projetos inovadores de descentralização. Permita-me também agradecer por falar, no aparte que V. Ex<sup>a</sup> me concede, enaltecendo Luiz Henrique da Silveira, seu amigo, uma pessoa tão querida não apenas pelos catarinenses, mas por muitos brasileiros.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Senador Leonel Pavan, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Permita-me ainda dizer que elegemos um Senador com quase um 1,8 milhão de votos, fazendo mais do dobro de votos da segunda colocada do PT.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Quero desejar a Santa Catarina todo o êxito. Aquilo que acontece em Santa Catarina interessa a Mato Grosso do Sul, e aquilo que acontece em Mato Grosso do Sul interessa a Santa Catarina. São dois Estados vocacionados, eu diria, para a mesma direção. Mato Grosso do Sul sempre foi grato a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul pela tecnologia que para lá foi levada pelos irmãos desses dois Estados da Federação, principalmente no setor da agricultura e da pecuária.

V. Ex<sup>a</sup> me faz lembrar que, no meu Estado, tivemos uma sorte imensa: elegemos uma bancada de Deputados Estaduais que será coesa e que estará ao lado do Governador em defesa dos interesses do Estado.

Não posso deixar passar esta oportunidade, Senador Leonel Pavan, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores. Eu, que não gosto de despedida, por considerá-la algo que sempre compunge os corações, quero despedir-me, por exemplo, do convívio da Senadora Heloísa Helena e, por meio da sua pessoa, dos representantes de todos os Estados da Federação. Despeço-me do convívio do grande Senador Relator Rodolpho Tourinho, que honrou e ainda honra seu Estado nesta Casa, dando suas brilhantes colaborações às nossas causas. E por que não me referir ao meu Estado, a uma figura que trabalhou bastante por Mato Grosso do Sul? Antes fazê-lo agora, agradecendo-lhe, do que fazê-lo às vésperas do desembarque, em 1º de fevereiro; antes abraçar agora o Senador Juvêncio da Fonseca, por duas vezes, Pre-

feito de Campo Grande, Senador digno, honrado, que sempre esteve ao nosso lado, em defesa dos interesses de Mato Grosso do Sul. Prefiro fazer isso agora, Senador Juvêncio da Fonseca, a fazê-lo em meados ou quase ao fim do mês de janeiro.

Deus concedeu que o povo, na sua sabedoria, tivesse mais alguns dias para escolher o futuro dirigente do País. Que o faça! Que o faça com desassombro, que o faça com coragem, que o faça pensando nos interesses do Brasil, colocando os interesses da população acima de quaisquer outros interesses. Está na hora de este País crescer, Senador Romeu Tuma. Está na hora de vermos um pouco de nossos sonhos realizados. Está na hora de haver uma união, depois de 29 de outubro, uma união nacional em torno de um projeto de Brasil, comandado pelo Presidente da República que for eleito, mas um projeto de Brasil, um projeto autêntico, um projeto de desenvolvimento nacional. É isso que nós precisamos e é isso por que vamos torcer até chegar o dia 29 de outubro.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT. Em seguida, à Senadora Ideli Salvatti, como inscrita.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou aqui no exercício da Liderança do PDT e início saudando a grande vitória do meu Partido, que ultrapassou a cláusula de barreira e será um dos sete partidos sobreviventes no quadro político nacional e, principalmente, no Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, menos do que um Líder, quem está aqui na tribuna é um cidadão brasileiro.

Há um mês, fiz um discurso angustiado desta tribuna; angustiado com a perspectiva de o povo brasileiro eleger em primeiro turno o atual Presidente, o que significaria a maioria do povo estar sancionando, Sr. Presidente, todo os erros graves, os desvios éticos que macularam o atual governo do nosso País.

Desta eleição, se o atual Presidente fosse vitorioso em primeiro turno, Sr. Presidente, tenho certeza de que as instituições republicanas estariam em perigo. Não por um golpe de Estado. Não penso nisso; não há condições para isso, mas, na prática, o Presidente sairia desta eleição, Sr. Presidente, tão triunfalista, tão arrogante, tão certo de que o povo o apoiaria em qualquer circunstância, de que tinha obtido uma absolvição da maioria dos eleitores do nosso País, que ele não precisaria de Congresso, não precisaria de apoio de imprensa, não precisaria sequer do seu próprio Partido, do PT; estaríamos marchando para um

projeto personalista de poder perigosíssimo, que eu não sei aonde iria desaguar.

O Brasil – estou convencido – saltou uma fogueira. Haverá segundo turno. Ainda que o atual Presidente vença – não quero antecipar a minha posição porque o PDT vai se reunir para tomar uma decisão –, mas ainda que o atual Presidente vença, vencerá em circunstâncias bem diferentes. Ele terá baixado a arrogância. Ele sabe que a maioria do povo brasileiro disse “não” a ele; 51% preferiram outros candidatos que não ele. E mais, Sr. Presidente: se incluirmos os votos brancos e nulos, na verdade, o atual Presidente teve a aprovação de 40% – se muito – do povo brasileiro. A grande maioria lhe disse “não”, repudiou o seu comportamento. Essa história de que ele era um mito blindado contra tudo se esboroou. Não é mito, não; ele perdeu a eleição. Lembrem-se que o Fernando Henrique, que tinha muito menos popularidade do que o Lula, venceu a eleição de 1998 em primeiro turno com 53% dos votos. O Lula não chegou a 49%. Portanto, que sirva de lição ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desça do sapato alto, não se julgue um semideus. O Brasil é uma República, as instituições funcionam. Ele que venha humilde, e mais: faça um *mea-culpa* durante os debates – seus erros não foram pequenos! E prometa, na hipótese de ser eleito, fazer um governo bem diferente. Se ele não fizer isso, vai perder a eleição.

Mas o Sr. Geraldo Alckmin, se vencer, também terá de assumir este compromisso.

Acho que o Brasil está a caminho da republicanização, país no qual as instituições funcionem acima dos homens. Projetos personalistas de poder não vingarão mais neste País. O Brasil não é nem será jamais Venezuela. O Brasil é uma sociedade complexa. O Brasil tem instituições fortes – está provado. E a mudança que vai ocorrer será boa, inclusive para o Partido dos Trabalhadores, que precisa se purificar, precisa fazer um expurgo. Tomara que o faça, porque o PT é necessário ao País. Eu não me alegraria com a destruição do PT, não. O PT ocupa um espaço no mundo político muito importante, que se ele desaparecesse não seria ocupado talvez por outro. Quero a sobrevivência do PT, mas quero o PT um partido igual aos outros, um partido que não faça do poder um contubérnio de amigos, que não aparelhe a estrutura de poder, que não se julgue acima do bem e do mal, nem ele nem o Presidente da República, porque o Brasil é e será daqui por diante, cada vez mais, uma República. Foi isto que ficou claro com esse segundo turno.

O Brasil saltou uma fogueira, repito. Talvez nem o povo brasileiro nem a classe política saibam o perigo que correríamos se o atual Presidente tivesse vencido

a eleição no domingo. A democracia brasileira passou pelo seu teste de fogo. O País está de parabéns.

Era o que eu tinha a comunicar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Sr. Senador.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, inscrita por cessão do Senador Romeu Tuma, inscrito, por sua vez, por cessão do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a cessão do tempo que pertencia a V. Ex<sup>a</sup> por cessão do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Primeiramente, Sr. Presidente, solicito que, no Jornal do Senado de hoje, possa ser feita uma correção com base na totalização realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre às 17 horas e 25 minutos do dia 02 de outubro, porque a ordem dos mais votados que aparece no referido jornal registra, em números absolutos, o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, com 8.986.803 votos. Portanto, em números absolutos, o Senador Eduardo Suplicy foi o eleito no Brasil com o maior número de votos. Mas, em termos proporcionais, o Senador Tião Viana, do Acre, que, na lista do Jornal do Senado – e acho que a lista foi construída com os dados anteriores à retificação feita pelo TRE – aparece em terceiro lugar, é o campeão de votos no País. O boletim do TRE apresenta o Senador Tião Viana com 88,76% dos votos válidos daquele Estado.

Portanto, eu queria pedir a retificação e parabenizar tanto o Senador Suplicy, por ser o campeão dos votos, quanto o Senador Tião Viana. Os dois Senadores, que muito nos orgulham, pertencem à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Além disso, quero também dar os parabéns a todos os Senadores eleitos pelo Brasil em todos os 27 Estados.

As instituições democráticas estão em plena vigência e vigor em nosso País. A população foi às urnas neste último domingo, declarou seu voto, cravou na urna sua vontade, sua decisão, e todos nós temos de render ao povo brasileiro o mais absoluto respeito pela decisão tomada de forma democrática, com o voto.

Como Líder do PT, além de fazer o registro de que tanto o campeão de votos em termos absolutos como o campeão de votos em termos proporcionais são Senadores do PT, eu não poderia deixar de fazer outro registro, agradecendo de forma muito humilde ao povo brasileiro a confiança que continua depositando no PT.

O PT teve também, como Partido, a maior votação para Deputado Federal no País: foram exatamente 15,01% dos votos para Deputado Federal. Isso nos enche de orgulho, porque não é um resultado de agora, mas é um resultado que se vem mantendo nas últimas eleições de 2000, de 2002, de 2004 e, agora, na de 2006. O PT continua recebendo da população brasileira expressiva votação. Na eleição de 2004, o PT também foi o Partido que obteve a maior votação: 17,2% nas eleições municipais. Na eleição de 2002, também tivemos a eleição da maior bancada, e, no percentual de votos, o PT foi o Partido que obteve melhor resultado: 17,7%.

Portanto, de forma muito humilde, como acho que todos têm de se postar frente ao resultado das urnas, frente ao resultado da votação da população brasileira, não poderia deixar de, como Líder da Bancada do PT no Senado, agradecer aos eleitores os votos que deram ao Senador Suplicy, que me pede um aparte, e ao Senador Tião Viana, com a liderança entre os votos absolutos e os votos proporcionais, respectivamente. Também houve a manutenção dos votos para a Câmara e para o Partido como um todo em três eleições seguidas.

Senador Eduardo Suplicy, ouço com muita atenção e prazer seu aparte. V. Ex<sup>a</sup>, agora, fala por mais de oito milhões de eleitores de São Paulo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Agradeço-lhe os cumprimentos e quero dizer que espero continuar colaborando com o Partido dos Trabalhadores, com o Presidente Lula e com o Vice-Presidente José Alencar. Foi muito importante o Brasil ter realizado essas eleições e o povo brasileiro ter se manifestado da forma mais livre possível. Que, então, nesse segundo turno, possa haver debates do mais alto nível entre o Presidente Lula e o ex-Governador Geraldo Alckmin, os dois presidenciáveis! A propósito, foi essencial a colaboração da Senadora Heloísa Helena e do Senador Cristovam Buarque para o debate de proposições e de idéias, mesmo que em tom de críticas ao Governo, o que é uma postura natural. Será muito importante que haja debates sobre temas que digam respeito a como fazer com que a Nação seja muito melhor, com maior crescimento, com oportunidades de emprego de larga escala, com melhor distribuição da renda. Que possam ser esses temas o centro dos debates nessas quatro semanas de outubro, antes do segundo turno! Avalio que, na medida em que nós próprios, do PT, como o Presidente Lula e o próprio Senador Aloizio Mercadante, pudermos colaborar para esclarecer inteiramente o episódio relativo ao dossiê, muito melhor será para todos nós, brasileiros. Mas quero também

cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por ter conduzido nossa batalha no Senado Federal e especialmente em Santa Catarina, com tanta determinação, com tanta garra! Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>!

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Suplicy.

Quero deixar aqui bem claro que tem de ser respeitada a vontade do povo brasileiro, que manifestou de forma clara e contundente sua preferência, sua disposição, sua determinação em relação ao que deseja para o Congresso Nacional, para os Governos de Estados, para as Assembléias Legislativas, para a Câmara, para o Senado e para a Presidência da República, ainda indefinida. Vamos para o segundo turno!

Tive oportunidade de ouvir e de ler, muitas vezes, manifestações em que se desqualificava o povo brasileiro, dizendo que ele era comprado por bolsas, que era desinformado, ignorante. Ou seja, quando a tendência do voto ou quando a maioria da manifestação do voto do povo brasileiro não está de acordo com o que determinados segmentos, partidos ou candidaturas desejam, é o povo que não sabe votar, é o povo que está sendo enganado, ludibriado, comprado, aliciado. Ouvi muito isso.

Espero que tenhamos a capacidade de respeitar as urnas e de com elas aprender, e me incluo aí como petista, como integrante da direção do Partido. Temos, sim, de aprender muito com o que a urna nos deu de resultado, inclusive com o resultado de um segundo turno para Presidente da República. Vamos ter de adequar controles dentro do Partido dos Trabalhadores, vamos ter de adotar posturas que não beirem a soberba, a presunção e a autoconfiança excessiva, evitando que o individual, o regional e o específico se sobreponham ao coletivo. Vamos precisar fazer auto-crítica, adotar medidas.

O segundo turno para Presidente da República, Senador Romeu Tuma, será muito bem aproveitado. Tenho acompanhado a disposição do Presidente Lula de transformar esse segundo turno num momento muito especial de debate, de aprofundamento da discussão sobre o País que queremos, sobre o País de que precisamos. Qual é o crescimento, qual é a distribuição de renda, qual é o investimento, qual é o papel do Estado, quais são os mecanismos de combate à corrupção que se pretendem aprofundar em nosso País?

Mas não há possibilidade de se fazer esse debate se algumas posturas não forem evitadas.

Estranho o fato de o Sr. Geraldo Alckmin aparecer nas reportagens de hoje tentando se apresentar como novo, quando todos sabemos que, de novo, não existe nada aí. Desse novo, temos uma experiência de oito anos de Governo PSDB/PFL, de neoliberalismo, de

Estado mínimo, de privatização, de aumento da carga tributária, de não-combate efetivo à corrupção, de “engavetador-geral da República”, de CPIs abortadas.

Temos de, efetivamente, fazer o debate do que queremos para o País, temos de apresentar isso de forma clara. E não há como fazer isso, não há como apreciarmos e colocarmos para a população decidir o que pretende para os próximos quatro anos à frente da Presidência da República se não cotejarmos, se não tivermos como embasamento para a decisão do que cada um está dizendo que pretende fazer com o País aquilo que está fazendo ou já fez. Esse é o parâmetro, esse é, indiscutivelmente, o balizador, o divisor de águas.

E quero dizer que o Presidente Lula está absolutamente preparado para debater o que vem fazendo, para dizer o que pretende ampliar e aperfeiçoar, principalmente partindo da questão que considero central, que está, inclusive, delineada em seu plano de governo apresentado à opinião pública, que é o crescimento com inclusão social e o fortalecimento da educação. E, quanto a isso, o Presidente tem o que apresentar, não só no que pretende ampliar, evoluir, aprofundar, aperfeiçoar, mas no que faz, no que fez ao longo desses quase quatro anos.

Um Presidente da República que pode apresentar à Nação 19% de queda na pobreza – maior índice de queda na pobreza nos últimos dez anos –, um Presidente que pode apresentar a distribuição de renda e a ascensão social de nada mais nada menos que sete milhões de pessoas – brasileiros que tiveram a oportunidade de sair das classes de menor renda e de ascender à classe média –, um Presidente que se pode apresentar efetivamente à Nação com resultados de ação de governo tem respaldo para pedir o voto de cabeça erguida e para ganhar essas eleições no segundo turno.

Dirijo-me agora aos que estão magoados com o resultado das urnas, aos que não querem respeitar a vontade do povo: é bom que todos nós tenhamos a humildade de reconhecer a sabedoria popular, mesmo que não consigamos alcançá-la, mesmo quando não conseguimos ter o entendimento devido, porque, muitas vezes, ela não se conjuga com nossa vontade, com nossa intenção. Que tenhamos a capacidade de respeitar o povo brasileiro, porque quem não o respeita não tem o direito de exercer qualquer parcela de poder em seu nome!

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. Em seguida, falará o Senador Marco Maciel.



**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a permissão da Senadora Heloísa Helena, gostaria de registrar um fato histórico no Senado da República: o voto de humildade que acaba de declarar a Líder do PT na Casa. Espero que essa lição sirva e que não seja apenas um rasgo momentâneo, mas que se reflita em procedimentos, em condutas daqui para frente, pois não adianta receber a penitência, pagá-la e repetir o mesmo erro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer ao Senador Heráclito por ter disponibilizado a sua inscrição para que eu pudesse fazer uso da palavra. Quero também dizer ao Senador Tourinho, que mais uma vez cobrou a necessidade da agilidade da votação do projeto relacionado aos Agentes de Saúde, que pode contar com o meu empenho também, pois é uma causa absolutamente justa.

Mas é claro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que vou falar sobre a campanha eleitoral.

Estão aqui a minha querida Deputada Luciana Genro e o meu querido Deputado Babá. Estivemos há pouco em uma reunião da Executiva do P-SOL para, de fato, reforçar, em função de algumas notinhas que saíram pela imprensa, o que já era nossa posição desde a apresentação de minha candidatura.

Senador Romeu Tuma, sabe V. Ex<sup>a</sup>, como sabe a grande maioria dos Parlamentares da Casa, que, quando houve a decisão do P-SOL e a minha decisão de ser candidata à Presidência da República, eu me preparei para as duas possibilidades. Eu jamais seria candidata à Presidência da República se eu não me achasse preparada para assumir um cargo tão especial, tão precioso como o de Presidente da República. Igualmente, eu me senti absolutamente preparada para voltar à sala de aula se necessário fosse, e é o que vou fazer, embora vá continuar na militância política, na condução do P-SOL, na articulação com todos os movimentos sociais, como é minha obrigação fazer.

Eu quero dizer que respeito todas as decisões dos eleitores. Respeitar a gente tem de respeitar, eu só não posso ser demagoga e dizer que é sabedoria votar em mensaleiro, sanguessuga, trambiqueiro, ladrão de terno e gravata. Esse tipo de demagogia eu

não faço. Eu respeito a decisão das urnas; é o povo brasileiro que decide. Nem sempre o povo tem o governo que merece – o povo brasileiro é tão bom que nem sempre merece seus governantes –, mas tem o que escolhe.

Quero agradecer de coração aos nossos eleitores. Eu respeito todos os eleitores de todos os candidatos à Presidência da República, os que votaram por convicção, por identidade, mas não os vendidos, não os que se venderam por cargos, prestígio ou poder. Eu não estou falando da pobreza, que conhece a dor de às vezes não ter o que pôr na mesa para alimentar o seu filho – esta é uma outra história. Estou falando de lideranças políticas que se vendem por cargos, prestígio e poder. Esses eu não respeito! Respeito, contudo, os eleitores de todos os candidatos que votaram porque queriam, porque acreditaram, porque tinham convicção. Esses eu respeito.

Quero fazer um agradecimento muito especial aos eleitores do P-SOL, do PSTU, do PCB, do PCR, da nossa frente de esquerda em todo o Brasil. Não foi uma coisa qualquer essa campanha. Senador Romeu Tuma, somente sendo uma sertaneja do interior das Alagoas para agüentar o que agüentei. Parece até que estou colando cada um dos meus pedacinhos agora. Aliás, era como se todos os dias eu estivesse toda quebrada, mas, no outro dia, tinha de colar cada um dos pedacinhos para renascer na luta, para sair pelos aeroportos do País ou pelas buraqueiras das estradas nos ônibus para fazer essa campanha eleitoral.

Por tudo isso, estou de cabeça erguida. Todos nós estamos de cabeça erguida. Não fizemos parte de nenhuma negociata, de nenhum balcão de negócios sujos, não traímos nossa classe de origem, não vendemos nossas convicções ideológicas, não vendemos a nossa alma e o nosso coração em troca das conveniências do poder.

O único detalhe que me causa uma certa frustração é não ter conseguido enfrentar o Lula em debate algum. Infelizmente, ele ficou sentadinho no seu troninho podre de corrupção, arrogância e covardia política. Não teve a coragem de ficar bem pertinho de mim para me enfrentar, embora tivesse a obrigação de ter ido ao debate. Isso faz parte do jogo político, e outras coisas virão à frente.

Quero agradecer de coração as flores, as orações, o carinho, os beijos e os abraços recebidos por onde andamos pelo Brasil. Tinha muita gente que me dizia: “Heloísa, você é nossa última esperança”, ou com Cesinha, ou com nossos Parlamentares, ou com nossos candidatos a Governador ou a Senador. No meu caso, a maioria das pessoas não me dizia somente isto: “Heloísa, você é nossa última esperança”; diziam

assim: “Não desista. Tenha saúde. Tenha força. Se não der nesta, dará na próxima”.

Os nossos 6.575.393 votos vieram de pessoas que não foram atrás da falsa polarização plantada nos meios de comunicação e que não foram atrás do voto útil das pesquisas eleitorais. Foi por isso que eu disse que eles são mulheres e homens livres. A imprensa fala que eu liberei meus eleitores. Eu sou vaqueira para liberar gado? Os meus eleitores são livres! Mulheres e homens livres. Eles são tão livres, donos da sua alma, do seu coração e do seu voto que foram capazes de, apesar todos os obstáculos e turbulências, votar em mim. Então eu não tenho de liberar ninguém.

Senador Cristovam Buarque, saúdo a presença de V. Ex<sup>a</sup>. Eu dizia o quanto respeito todos os eleitores que votaram em todos os candidatos, mas estou fazendo um agradecimento especial aos nossos eleitores. Várias vezes, eu disse que os nossos eleitores são mulheres e homens livres. Todos os candidatos também acham isso a respeito do seu eleitor. É óbvio. Então eu não tenho de liberar eleitor nenhum. Eleitor vota do jeito que quer.

Eu sei que os meus eleitores remaram contra a correnteza, nadaram contra a maré do voto útil, da falsa polarização PT e PSDB e votaram na nossa candidatura. Então agradeço de coração a confiança em nós depositada e tenho certeza de que eles serão capazes de fazer aquilo que identificam como a melhor escolha para o Brasil.

O P-SOL, nosso Partido, tem uma posição política que eu vou anunciar. O P-SOL não está lavando as mãos nem está em cima do muro. Na história da humanidade, quem lavou as mãos como Pilatos não o fez para ficar do lado do fraco, mas para servir aos grandes. Então, isso não tem nada a ver conosco. Não estamos lavando as mãos. Quando Pilatos lavou as mãos, condenou Jesus para servir ao poder, porque não queria perder o cargo. É por isso que eu já disse aqui várias vezes, nos debates bíblicos, que pior do que Judas foi Pilatos. Judas se arrependeu, devolveu o dinheiro e se suicidou. Pilatos lavou as mãos, condenou um inocente e ficou lá no cargo, no poder.

Então não significa que estejamos em cima do muro. Nós estamos no chão. Não estamos em cima do muro. Estamos no chão, no combate, no campo de batalha, fazendo o que temos a obrigação de fazer, ou seja, dizendo que as duas candidaturas representam o mesmo projeto neoliberal e nós não vamos rasgar 12 anos de militância política em dois dias. Que conversa é essa?

Passei oito anos aqui, como Senadora, batendo de manhã, de tarde e de noite contra o Governo FHC. Passei quatro anos denunciando as gangues parti-

dárias do Governo Lula. Como é que, agora, em dois dias, podemos dizer que vamos votar em alguém? Não podemos fazê-lo. No caso do P-SOL, isso não é possível. Os nossos eleitores – reiteramos – são mulheres e homens livres.

É por isso que dizia hoje, na reunião da Executiva – e foi uma decisão tomada por absoluto consenso – e eu disse isso antes de ser candidata. Iniciei a minha fala dizendo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Senador Efraim, se V. Ex<sup>a</sup> pudesse liberar o meu tempo, com todo respeito aos outros inscritos, até porque não foi cronometrado o tempo dos outros que falaram anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo que desejar para fazer o seu pronunciamento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Muito obrigada, Senador.

Dizia no início que fiquei preparada para todas as possibilidades – todas. Aliás, desde que se iniciou a campanha, devolvi logo o apartamento do Senado. Fiz minha mudança, empacotei meus livros, minhas coisas. Um dos meus filhos foi para Alagoas, o outro ficou comigo aqui, morando num quarto e sala. Então já estava absolutamente preparada ou para ir para o Palácio do Planalto, enfrentar os sabotadores do desenvolvimento econômico, uma canalha que parasita os cofres públicos como se fosse uma caixinha de objetos pessoais, ou voltar para a sala de aula de cabeça erguida, comer pó de giz, no jargão dos professores, mas de cabeça erguida, porque estive aqui no centro do poder político e não vendi a minha alma, as minhas convicções; não traí a minha classe de origem, não traí a esquerda socialista democrática. E era isso que me dava força de andar por todo o Brasil, fazendo essa campanha eleitoral.

No P-SOL é diferente, porque partido tem posição. Dizíamos, desde o início, que todos os Parlamentares, todo o Diretório, toda a Executiva, que ninguém viesse plantar notinha na imprensa dizendo que pode apoiar Lula.

Não adianta o Sr. Guido Mantega ligar para Plínio de Arruda Sampaio fazendo jogo sorrateiro por trás porque Plínio é um homem de partido – depois me liga e diz o que aconteceu. Não adianta botar notinha na imprensa dizendo que apóia isso, apóia aquilo. O filiado do P-SOL, se ele estiver lá dentro, votando... alguns filiados do P-SOL dizem: “Se eu estiver lá, em frente à urna, eu posso votar no Lula?” Outro diz: “Eu posso votar no Alckmin?” Como confronto da traição



da ex-esquerda partidária? Então esse negócio não conta. Nós não vamos controlar o voto individual; mas, publicamente, ninguém vai poder dar declaração para o Alckmin, nem para o Lula.

A Deputada Luciana Genro foi eleita – votação belíssima – teve 185.071 votos; ela não pode dar declaração. Tive, no Rio Grande, 439.959 votos; não posso. Em São Paulo, nosso Deputado Ivan Valente – estou falando os Deputados eleitos – teve 83 mil votos, eu tive 1,558 milhão; nem ele pode, nem eu posso. No Rio de Janeiro, o nosso Deputado Chico Alencar teve 119 mil votos, eu tive 1,425 milhão votos; nem ele pode, nem eu posso dar. É por isso que tenho dito várias vezes que tenho acompanhado pela imprensa as declarações do Alckmin e do Lula. Com relação ao Lula, não tem óleo de peroba que seja suficiente, porque ele disse que minha declaração foi muito sóbria. Os cabras que viviam plantando notinha safada, vagabunda na imprensa para aniquilar a minha honra como mulher, como mãe de família?... Que conversa ridícula é essa? Respeitem-me! O Alckmin disse que sou uma mulher coerente e corajosa. Está tudo muito bem, aceito o elogio dos dois. Mas não precisa ninguém nos procurar porque estou aqui dizendo: não precisam nos procurar.

Não é uma questão de falta de educação. Não é isso. Não precisam nos procurar. O P-SOL já tem uma posição; o P-SOL tem uma posição política. Então não nos procurem nem oficialmente. Estou dizendo isso com toda a delicadeza ao candidato Alckmin, ao Presidente do Partido, Senador Tasso. Sou a Presidenta do P-SOL e reflito a decisão majoritária do P-SOL. Portanto não precisam nos procurar porque já temos uma posição política.

Os meus amigos do PT que são honestos, socialistas, que não são corruptos, esses não vão me procurar, esses eu sei que não vão me procurar. Tenho amigos lá queridos, sou madrinha de vários filhinhos maravilhosos e queridos de muitos dirigentes ou filiados do PT; esses não vão me procurar porque já sabem o que penso, já sabem o que penso. E nenhum representante da gangue partidária também não vai me procurar porque já sabe o que penso. Não vou quebrar o septo nasal de ninguém que venha me procurar, não vou dar bofetada em ninguém, de jeito nenhum, porque sou uma moça muito delicada. Só peço que, por favor, não nos procurem. Temos uma definição. Vão conversar com nossos eleitores.

Tive, e agradeço de coração, 6.575.393 votos livres! E não tínhamos nenhum adesivo para dar, nenhum adesivo. Havia um monte de gente que vinha atrás: “Me dá um adesivo, Heloísa”. Eu dizia: Ô, meu filho... Morria de vergonha, não tinha adesivo. Quantas

vezes viajamos pelo Estado com o Chico dirigindo ou o Ivan, todo mundo, Luciana... Todo mundo. Um ficava na casa do outro, não tínhamos nada. Aliás nosso programa de televisão ficou parado por duas semanas porque não tínhamos dinheiro para pagar. Então, fizemos uma campanha limpa, simples, o exagero da humildade. Parecia até masoquismo da nossa parte fazer uma campanha como aquela. Mas estamos felizes, profundamente agradecidos ao povo brasileiro. Agradeço mais uma vez o carinho, a generosidade, as orações, as flores.

Agradeço, ainda, as centenas de blusinhas brancas que recebi. Todo mundo falava das minhas blusinhas brancas, mas todo mundo me dava blusinha branca. Sou uma boa costureira e vi muitas boas costureiras no Brasil, porque elas viam a foto da camisa e faziam outra igualzinha, porque sabiam que era o modelito que eu gostava. Então, tenho mais de trezentas blusinhas, todas branquinhas. Quero agradecer a todas de todo o coração.

Não adianta ficar jogando na imprensa que um diz que vai votar no Lula e outro diz que vai votar no Alckmin. Não vão dividir o P-SOL. Não fiquem fazendo esse tipo de jogo na imprensa contra o P-SOL. Vão dialogar com os nossos eleitores, que são muitos. Nós apresentamos várias propostas na área do desenvolvimento econômico, e talvez apenas essa candidata tenha sido obrigada a detalhar seus projetos. Temos propostas para a meta de crescimento, para o controle da inflação, para a taxa de juros, com a indicação da fonte dos recursos para o saneamento, para o transporte, para a educação, para a saúde, para a segurança pública. Talvez tenha sido a única candidata obrigada a detalhar de onde viria cada real para cada ação de Governo que seria feita porque estávamos enfrentando a verborragia neoliberal, a verborragia do pensamento único. Tivemos que agüentar aquelas figuras com a maior cara de conteúdo para repetir a mesma farsa técnica e fraude política da verborragia neoliberal. Essa não foi uma tarefa fácil; foi uma tarefa muito difícil.

É por isso que também quero agradecer todos os votos que tivemos em cada Estado. Em todos os Estados a nossa Frente teve votos. Vou falar dos candidatos a Governador e da candidatura presidencial, porque não vai dar tempo de falar de todas as candidaturas. É claro que agradecemos os votos e sentimos a não reeleição do João Alfredo, da Maninha, do Fantasini e do Babá, quatro guerreiros socialistas que muito honraram o Parlamento e o povo brasileiro. Alguns dos nossos Deputados Estaduais não foram reeleitos; outros foram. Então, agradecemos muito os votos que tivemos.

No Acre, o Zé Wilson teve 1.068 votos, e eu tive 13.082 votos. Na minha Alagoas... Deus do céu! Foi duro lá em Alagoas! Alguns eleitores do Lula foram implacáveis. Pensem numa gente vagabunda! Eles saíram por aí, dizendo que eu iria acabar com o Bolsa-Família em cada Município brasileiro, em cada localidade da periferia de Alagoas e das cidades do interior. Era um tumulto! Foi um tumulto que eles fizeram na minha querida Alagoas!

Então, quero agradecer de coração os 51.680 votos que o Ricardo teve e os 178.560 votos que eu tive. Quero agradecer os 9.008 votos que foram dados ao Clécio e os quase 30.000 que me foram dados no Amapá. Quero agradecer ao povo do Amazonas, que deu ao Herbert 6.195 votos e a mim 90.500 votos; à Bahia, que deu ao Hilton 38.870 e a mim 276.325 votos; ao Ceará, que deu 106.184 votos ao Renato e me deu quase 149.000 votos; ao Distrito Federal os 55.898 dados ao nosso Toninho e 165.420 a mim; ao Espírito Santo, 11.878 votos dados ao Professor Daniel e 107.172 dados à nossa candidatura; a Goiás, 13.318 votos dados ao Elias 179.102 a mim; ao Maranhão 6.159 votos para o Saturnino e 80.749 para a nossa candidatura presidencial; ao Mato Grosso, 31.336 votos para o Mauro e 59.201 para a nossa candidatura; ao Mato Grosso do Sul, 6.282 votos para o Carlito e 68.112 para a candidatura nacional; a Minas Gerais 60.145 para Vanessa Portugal e 579.920 para mim; ao Pará 131.088 o Edmilson e 149.278 para a nossa candidatura presidencial; à Paraíba 22.949 para o David Lobão e 80.351 para a nossa candidatura; ao Paraná 14.914 para o Luiz Felipe e 301.688 para a nossa candidatura presidencial; a Pernambuco 26.786 votos para o candidato a Governador – o Edílson –, 8.718 para a Kátia e quase 158.000 para a candidatura presidencial; ao Piauí 6.920 votos para a Edna e quase 39.000 para a nossa candidatura presidencial; ao Rio de Janeiro 118.936 para o nosso companheiros Milton Temer e 1.426.000 para a nossa candidatura presidencial – aliás, no Rio de Janeiro foi a nossa maior votação proporcional; ao Rio Grande do Norte 14.172 votos para o Sandro Pimentel e 81.185 para a nossa candidatura presidencial; ao Rio Grande do Sul 68.676 para o nosso Robertinho Robaina, 439.959 para a nossa candidatura presidencial; a Rondônia 7.984 para o Adilson e quase 41.000 para a nossa candidatura presidencial; a Roraima 2.755 votos para a Almir e 22.034 para a nossa candidatura presidencial; a Santa Catarina 17.637 para o João Fachini e 220.431 para a nossa candidatura presidencial; a São Paulo, 532.470 para o Plínio e 1.558.639 para a nossa candidatura presidencial. Em Sergipe a candidatura do companheiro do PSTU foi impugnada, mas Sergipe

deu quase 63.000 votos para a candidatura presidencial; no Tocantins houve 1.622 votos para o Professor Elísio e quase 16.000 votos para a nossa candidatura presidencial.

Sr. Presidente Senador Efraim Morais, agradeço de coração a V. Ex<sup>a</sup> a generosidade com o tempo e ao Senador Heráclito Fortes a disposição de ceder-me o seu tempo e quero, antes de encerrar, passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP)– Senadora Heloísa Helena, quero cumprimentá-la pela extraordinária jornada que V. Ex<sup>a</sup> teve como fundadora do P-SOL. V. Ex<sup>a</sup> realizou algo que parecia extremamente difícil: em alguns meses, organizar um partido e chamar tantas pessoas em praticamente todos os Estados do Brasil, que, com entusiasmo, abraçaram as causas do socialismo, da liberdade, e que também abraçaram os objetivos tão assertivos de V. Ex<sup>a</sup> no que diz respeito à defesa da ética na política. V. Ex<sup>a</sup> tantas vezes tratou desse tema como um dos aspectos fundamentais, porque queria, sobretudo aqui no Congresso Nacional, que os representantes do povo – sejam Deputados Federais ou Senadores – tivessem um comportamento que jamais fosse caracterizado pela votação de matéria que não significasse a sua visão de defesa do interesse público, a votação de matéria em troca de distribuição de recursos, de designação de pessoas, de liberação de recursos, ou de outros benefícios que envolvessem a quebra do decoro parlamentar, como infelizmente em alguns momentos da história do Congresso, não apenas nesta gestão, mas em outras também, infelizmente aconteceu.

Eu gostaria de lhe dizer que hoje estou feliz pela notícia de que o Presidente Lula resolveu participar de debates com o candidato Geraldo Alckmin. Tornei isso público e recomendei fortemente ao Presidente Lula...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sou testemunha.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ...que comparecesse ao debate. E o fiz a todos aqueles que foram convidados – V. Ex<sup>a</sup> e os demais candidatos – para que fossem à Rede Bandeirantes, à TV Gazeta, à CBN e à Rede Globo de Televisão. Disse-lhe que, tanto eu quanto ele – Sua Excelência mesmo tem reconhecido – fomos críticos do direito de reeleição. Não há dúvida de que o Presidente, no exercício do cargo, tem algumas vantagens em relação aos demais competidores, e o fato de ele aceitar comparecer ao debate com os demais candidatos e dizer que, em pelo menos uma ocasião, gostaria de dar oportunidades iguais a todos, seria um ponto muito positivo para ele, e seria reconhecido por isso. Em segundo lugar, se ele

fosse, estaria também em São Paulo, dando o apoio, como tantas vezes expressou, ao nosso colega Senador Aloizio Mercadante. Ponderei com Sua Excelência que a melhor maneira de ajudar o Senador Aloizio Mercadante era participando do debate. Na verdade, quando sinalizou que poderia fazê-lo, fez com que – tenho certeza – José Serra comparecesse ao debate na terça-feira, antes daquela quinta-feira, pois teria ficado mal o Presidente comparecer e ele não. Finalmente, houve ainda um outro argumento. Na conversa com o Presidente – ele refletia muito se iria ou não –, havia o argumento de que, afinal, alguns dos seus adversários poderiam colocar não apenas críticas, mas, muitas vezes, uma adjetivação ofensiva, que poderia ser considerada uma agressão à figura do Presidente ou à instituição Presidência da República. Eu ponderei com o Presidente: “olha, Presidente, se porventura ocorrer qualquer ofensa a Vossa Excelência, eu acredito que, na verdade, quem o estiver ofendendo é que acabará perdendo, porque o povo não gosta da ofensa.” Como o Presidente tem muita certeza dos aspectos positivos do seu Governo – e V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu tenho ressaltado esses aspectos –, ele teria muitas formas de responder. Mesmo se todos – o Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, ou o ex-Governador Geraldo Alckmin – utilizassem três quartos do tempo para daí chegar a vez dele, e só então falar, ainda assim a atenção que adviria, depois das críticas dos três, seria de tal ordem que, ao falar, teria tamanha atenção da opinião pública que, eu acho, daria a volta por cima. Esses foram alguns dos argumentos que coloquei. Quero transmitir a V. Ex<sup>a</sup> que ele estava propenso a aceitar. Na última hora, alguma coisa aconteceu na conversa dele com a sua alma, com a Marisa, e ele acabou não indo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua. Já tem oito minutos o seu aparte.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas não é todo dia que eu aqui converso com a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não é todo o dia que eu estou na Presidência.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Fazia tempo que eu não a encontrava, e como tenho por ela um certo...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – É amor. É amor.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Não!

**A SRA. HELOISA HELENA** (P-SOL – AL) – É amor. Mas eu só deixo ele amar a namorada dele.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Já estou concluindo. Espero que o debate agora seja um

serviço à democracia. Quero muito respeitar a posição de V. Ex<sup>a</sup> e de todos os seus eleitores e filiados pela decisão que vão tomar no segundo turno. Eu, V. Ex<sup>a</sup> sabe, votarei no Presidente Lula, mas respeitarei a decisão que cada um do P-Sol tomar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Suplicy. Sabem todos que tenho o maior carinho e afeto por V. Ex<sup>a</sup>, uma pessoa que sempre esteve a meu lado. Em momentos muito difíceis de nossas vidas particulares, estivemos um ao lado do outro. E tenho todo o respeito pelo nosso querido companheiro Mancha, que foi lá bravamente tentar... Sabe V. Ex<sup>a</sup> o quanto lhe tenho de carinho e de respeito.

Não sei de onde veio essa história de ofensa pessoal. Também não gosto muito dessas coisas. Sou do interior, e, no interior, há um dito: “Quem não deve não teme, nem treme”. Então, não sei sobre esse negócio de a instituição Presidência da República ser respeitada. Respeito o Presidente da República como respeito o mais simples catador de lixo. Aliás, o catador de lixo eu tenho a obrigação de respeitar mais.

Os Senadores Wellington e Arthur Virgílio ficam danados comigo quando digo isso. No dia em que quiser brigar com alguém, não poderei brigar com alguém menor do que eu. Para ser corajosa, tenho de pegar uma briga com o Wellington, que é grandão e que quebra logo meu braço – e não deixo quebrá-lo, viu? –, ou com o Arthur Virgílio, que é faixa preta em jiu-jítsu. Então, gosto logo de pegar briga com gente grande, não pego briga com gente pequena. Sei que ele não vai quebrar meu braço. Deus do céu! Ele é tão carinhoso comigo! Não digo isso, não. Estou dizendo isso por causa do tamanho dele. Ele dá dois de mim. Por isso, estou dizendo sobre essa história, Senador Wellington.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu sei, Senadora. V. Ex<sup>a</sup> sabe o carinho que tenho pela sua pessoa. Eu jamais faria isso. V. Ex<sup>a</sup> sabe que tenho um filho de dezesseis anos que tirou o título de eleitor somente para votar em V. Ex<sup>a</sup>. Coloquei V. Ex<sup>a</sup> ao telefone com ele. Tentei convencê-lo, mas não houve jeito: o voto dele foi para V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Eu sabia disso. Não disse nada para não constranger ninguém.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Ele, como devem ser seus eleitores, é firme, não muda de opinião de jeito nenhum. Foi até o final e colocou na urna o voto em V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Tenha certeza de que é por pessoas como ele e por outras pessoas aqui... Não vou citar o nome de cada uma.

Sei que “perderam os votos nas suas próprias casas”. Agradeço às crianças, pelo amor despretenso; à juventude, pela alegria rebelde; às poderosas mulheres brasileiras; aos homens solidários e aos idosos. Olha, era um misto!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, queria apenas parabenizar o filho do Senador Wellington Salgado de Oliveira por ter mais visão do que o pai.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não persigam ninguém, pelo amor de Deus! Era a criança que chegava para mim e denunciava o pai...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senadora, a família do Senador está melhorando.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – A criança denunciava logo o pai e a mãe, dizendo assim: “Querida que meu pai e minha mãe votassem em você, mas eles estão querendo votar em não sei quem”. A menina denunciava logo.

E também havia as pessoas de muita idade. Foi algo muito interessante. As nossas idéias, às vezes, levantam preocupações em relação às pessoas mais vividas, por assim dizer. Foi muito bonito. As pessoas de muita idade, de oitenta anos, de noventa anos, diziam que iriam lá. Abraçavam-me com carinho, como um pai e uma mãe abraçam seus filhos queridos.

Então, só tenho a agradecer muito, muito, muito ao povo brasileiro pela generosidade e pela delicadeza.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senadora Heloísa Helena, quero parabenizá-la pela sua luta. Vinha-me dirigindo ao plenário e escutava o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> pelo rádio do carro. V. Ex<sup>a</sup> deu demonstração da luta que enfrentou ao longo dessa batalha, defendendo suas idéias, seus princípios. Tenho absoluta certeza de que o Brasil, assim como o filho do Senador Wellington, reconhece essa pureza de intenções de V. Ex<sup>a</sup> e a força da brava nordestina das Alagoas em enfrentar essa batalha eleitoral. Tenho absoluta certeza, Senadora Heloísa Helena, de que estaremos juntos no segundo turno. V. Ex<sup>a</sup> que vai nos ajudar a retirar da Presidência...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Estaremos juntos só no Círio de Nazaré, na corda do Círio de Nazaré, com Babá, com Edmilson.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Vamos juntos no segundo turno, para chegarmos à vitória do Brasil com o futuro Presidente Alckmin. Por último, renovo o convite a V. Ex<sup>a</sup> que tem o compromisso, não comigo, mas muito mais com a Santa, de estar, no próximo domingo, no Círio de Nazaré, em Belém. Estamos aguardando a sua ida para que a possamos receber.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Vamos lá ao Círio conseguir força. No ano que vem, seja Alckmin, seja Lula, estaremos no campo de batalha. Se alguém quiser tirar um único direito dos trabalhadores, décimo terceiro, salário-maternidade, outras coisas mais como se anuncia na Previdência ou quanto a direitos trabalhistas, vamos estar no campo de batalha, no Parlamento, nas ruas deste Brasil, fazendo a resistência democrática.

Ouç o Senador José Jorge, depois o Senador Cristovam e o Senador Tuma.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senadora Heloísa Helena, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pela bela campanha que fez. Como candidato a Vice-Presidente na chapa do Presidente Geraldo Alckmin, tive oportunidade de assistir a muitos debates de que V. Ex<sup>a</sup> participou e até de debater uma vez com V. Ex<sup>a</sup> em Maceió, substituindo o Presidente Geraldo Alckmin. Em todas as suas aparições nas ruas, na televisão e nos debates, pude verificar o alto nível da campanha realizada por V. Ex<sup>a</sup>. Foi uma campanha crítica simples e pobre, mas feita com muita energia e muita competência. Nesses quatro anos, tive oportunidade de participar, conjuntamente com V. Ex<sup>a</sup>, da Oposição ao Governo Lula. Votamos juntos muitas vezes e tivemos muitas idéias conjuntas. Relatei muitos projetos a que V. Ex<sup>a</sup> deu grande contribuição e colaboração. Tenho a certeza de que a campanha de V. Ex<sup>a</sup> revelou ao Brasil uma nova liderança. Por mais que V. Ex<sup>a</sup> apareça nos debates do Senado, esta Casa não tem a mídia de uma campanha presidencial. Toda vez que um país como o Brasil revela uma liderança nova significa que nossa democracia está-se consolidando. Não é fácil haver uma liderança nacional. Poucas pessoas são conhecidas e podem ser reconhecidas ao chegar a qualquer Estado do Brasil. Hoje, no Brasil inteiro, todos sabem quem é Heloísa Helena, conhecem seu discurso e têm admiração pelo trabalho que V. Ex<sup>a</sup> realizou. Infelizmente, na minha casa, nenhum filho meu votou em V. Ex<sup>a</sup>. Mas quem sabe, no futuro, votarão.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – V. Ex<sup>a</sup> não deixou nem que me escutassem.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e dizer-lhe que prestou um grande trabalho ao seu Partido, um Partido novo. Principalmente, V. Ex<sup>a</sup> prestou um grande trabalho ao Brasil. Meus parabéns. Um beijo e um abraço.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço-lhe, Senador José Jorge, a delicadeza, a generosidade das palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.



**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senadora Heloísa Helena, quero dizer-lhe duas coisas. Primeiramente, quero falar do meu orgulho de ter participado desse périplo terrestre. Quantas vezes a encontrei no aeroporto! Íamos um para um lado e o outro para o outro. Nós dois conversávamos. Algumas vezes aconteceu. Tenho orgulho de ter estado ao seu lado, embora estivéssemos disputando os mesmos eleitores. A segunda coisa a dizer – lamentando dedurar o Senador Heráclito Fortes – é que este Senado vai ficar menor sem a sua presença, no próximo ano. Não há dúvida de que sua presença aqui vai fazer muita falta, não só para nós que temos por V. Ex<sup>a</sup> carinho, respeito, também ao povo brasileiro. Espero até que sua falta aqui não nós leve a uma queda de audiência da TV Senado, o que não é impossível. Meu orgulho é o de ter feito parte desse pedacinho da história juntamente com V. Ex<sup>a</sup> e de ter, durante todos esses anos, ouvido sua voz combativa, que o Brasil precisa ver continuar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço, de coração, Senador Cristovam Buarque, a delicadeza de V. Ex<sup>a</sup>, que, no último debate, fez um gesto de solidariedade muito precioso e muito especial em relação a mim e ao caso do meu filho. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senadora Heloísa Helena, espero que o sol brilhe para todos nós no dia 29 – esse sol que V. Ex<sup>a</sup> tão bem soube conduzir por meio dos girassóis que recebia durante sua campanha. Aquele buquê de girassóis fazia acompanhamento ao sol, porque o girassol acompanha o sol, uma vez que ele gira conforme o sol vai se posicionando no universo. E ele vai brilhar permanentemente para V. Ex<sup>a</sup>. Mesmo que, durante o próximo mandato, V. Ex<sup>a</sup> não esteja presente, aqui haverá dezenas de ouvidos com o coração pronto para atender a qualquer reivindicação ou a qualquer posição que V. Ex<sup>a</sup> queira tomar neste plenário. Agora, vou fazer uma traição a mim mesmo. A Senadora sabe a admiração e o carinho que tenho por V. Ex<sup>a</sup> e conhece os compromissos políticos que temos em relação ao Partido a que pertencemos. Minha sogra, que tem 92 anos, quis votar, por causa dos dois meninos, netos dela e meus filhos, Romeu Júnior e Robson. Porém, ela disse: “Eu quero votar também naquela moça de branco, que é sua colega”.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É uma fofa.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Então, houve respeito à vontade dela, que ela deve ter realizado. Eu não a acompanhei, mas a Zilda a acompanhou à cabine, pela dificuldade dela em subir dois lances de degraus no local de votação. Então, veja que há re-

presentação de V. Ex<sup>a</sup> na família. Espero que o meu Partido não me puna por eu não ter conseguido mais um voto. Ela tinha a certeza de que sabia o que estava querendo, porque acompanha de perto por esta televisão, como diz o Senador Cristovam Buarque. O Senador Heráclito Fortes está certo. Vamos sentir de repente a falta de uma voz que ecoa em todo o País, pela voluntariedade, pela coragem, pela força espiritual que V. Ex<sup>a</sup> tem. Tantas vezes, leu e comentou aqui a Bíblia para nós. Hoje, o Senador Ramez Tebet se despediu de V. Ex<sup>a</sup> com o coração partido. Não quero fazê-lo, pois tenho certeza de que continuaremos ligados por todo o esforço da luta social que V. Ex<sup>a</sup> envida. Que Deus a abençoe. Teve um valor imenso sua participação nesta campanha.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço-lhe de coração, Senador Romeu Tuma. Tantas vezes choramos juntos neste plenário, debatendo temas relacionados com a criança, juntamente com as Senadoras Patrícia Saboya Gomes, Iris de Araújo e Lúcia Vânia. E o fizemos em tantos momentos.

Antes de encerrar, vou conceder um aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senadora Heloísa Helena, já começamos a buscar seus votos. Eu teria inúmeras pessoas a citar que votaram em V. Ex<sup>a</sup> e que agora irão votar no candidato Geraldo Alckmin, a exemplo da mãe e da avó do Senador Romeu Tuma.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Isso é um absurdo!

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – A exemplo da sogra do Senador Romeu Tuma. Mãe, avó, sogra... Como a sogra do Senador Romeu Tuma, que votou na Senadora Heloísa Helena e que, no 2º turno, vai votar no candidato Geraldo Alckmin.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Eu vou ligar para ela.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Para orientá-la a votar no número 45, certamente vai ligar. Senadora Heloísa Helena, talvez eu não esteja aqui no ano que vem, porque pretendo eleger-me, juntamente com Luiz Henrique da Silveira, em Santa Catarina. Mas, com certeza absoluta, V. Ex<sup>a</sup> fará muita falta a este Congresso e ao Brasil, pelos seus conselhos, pela sua garra e determinação. Não se curvou à pressão do Palácio, do Governo, do PT e do Presidente Lula; manteve coerência, do começo ao fim; valorizou os poucos debates que houve nessa eleição. Talvez a eleição tivesse sido diferente se o atual Presidente da República fosse debater as idéias com V. Ex<sup>a</sup>, com Geraldo Alckmin, com outras pessoas que tinham o mesmo propósito e com o Senador Cristovam, que tinha o discurso educação. Seria importante discutir com



o Lula a educação do País, mas ele não foi. V. Ex<sup>a</sup> vai deixar aqui saudade. E, lamentavelmente, V. Ex<sup>a</sup>, que contestou tanto o Governo Lula, deixará a sua cadeira para Collor de Mello, que é da sua terra e está apoiando Lula. Veja bem, Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> foi expulsa do PT por questionar, contestar, ser dura por causa da mudança ética, da mudança do patrimônio que tinha o PT – justamente por condenar o Collor no passado, tinha um patrimônio forte. E hoje o Collor e o Lula estão juntos. Juntos, Senadora Heloísa Helena! Aquela sua cadeira ali na frente vai deixar muitas saudades. Felizmente o Brasil vai eleger Geraldo Alckmin, e nós vamos poder continuar discutindo coisas boas para o Brasil, coisas boas que V. Ex<sup>a</sup> nos ensinou e vai continuar nos ensinando, bem como ensinando aos pequenos, lá em Alagoas, em sala de aula, mostrando os rumos que devem seguir. V. Ex<sup>a</sup> está apenas iniciando a sua vida política, e mais de seis milhões de brasileiros optaram pela sua pessoa, por tudo que fez aqui no Senado Federal, pela sua coerência. Agora, esperamos que Alagoas, que sempre teve por V. Ex<sup>a</sup> carinho especial, procure observar agora: Collor defendendo Lula; jamais Heloísa Helena! Jamais Heloísa Helena faria a mesma coisa. Gostaria imensamente de ter Heloísa Helena defendendo as suas idéias e Geraldo Alckmin, que vai governar este Brasil.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, vamos homenagear a torcida presente nas galerias?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – As flores! Mulheres poderosas! Mulheres poderosas!

*(Manifestação nas galerias.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sabe o que era o pior, Senador Pavan? O pior era ouvir, quando eu chegava às periferias, as pessoas dizerem assim: “Ah, Heloísa... Vou votar nele porque o outro roubou mais do que ele e está lá no Palácio do Planalto”. Imagine-me tendo que ouvir isso. É duro, é duro!

Concedo um aparte ao Senador Antero e, depois, ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – Senadora Heloísa Helena, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> cumpriu a sua missão. No momento em que a Esquerda ficava preocupada – morreu a Esquerda? –, o nascimento do P-SOL e a candidatura de V. Ex<sup>a</sup> vieram para afirmar: Viva a Esquerda! A Esquerda não morreu! O desastre do Governo Lula não poderia ter acontecido; ele poderia ter errado em outro ponto, não no que errou. A punição, inclusive, a V. Ex<sup>a</sup>, a punição à coerência, a punição por V. Ex<sup>a</sup> respeitar o Estatuto do Partido

ao qual era filiada, essas punições todas não sairão da alma do povo brasileiro. Compreendo o gesto de V. Ex<sup>a</sup>. Acredito que o gesto de V. Ex<sup>a</sup> de disputar a Presidência da República é o gesto de não deixar morrer a idéia do socialismo democrático; é o gesto de manter viva uma convicção que V. Ex<sup>a</sup> traz na sua consciência e no seu coração, porque só morre o ideal pelo qual ninguém luta. Quero parabenizar, portanto, a campanha de V. Ex<sup>a</sup>. Lamento as explicações dadas pelo Planalto, afirmando que agora vai ao debate – parece até que o medo de agressões poderia vir de V. Ex<sup>a</sup> ou do Senador Cristovam. Receba meus cumprimentos. Tenho certeza absoluta de que V. Ex<sup>a</sup> sairá da tribuna do Senado, mas vai assumir uma das funções mais relevantes do País, que é a cátedra, tão bem valorizada pela tribuna exercida por um concorrente de V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Cristovam Buarque. Vejo que V. Ex<sup>a</sup> vai continuar contribuindo com o Brasil na cátedra, usando outras tribunas e outras cátedras para ajudar o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antero Paes de Barros, a delicadeza de V. Ex<sup>a</sup>. É isso mesmo. Cada vez que eu andava, nessa campanha eleitoral, eu pensava: se eu estiver no Palácio do Planalto, estarei feliz; se eu estiver em sala de aula, voltando para Alagoas, vou voltar de cabeça erguida. Era como dizer assim: estou honrando os meus ancestrais negros, índios e brancos imigrantes, aos militantes da Esquerda socialista e democrática que não se venderam; honrando essas pessoas que estavam lá, como o César Benjamin, que, com 16 anos, estava sendo torturado nos porões da Ditadura e que hoje defende, sem nenhum rancor, sem mágoa, as Forças Armadas, a soberania nacional, a construção de uma pátria maravilhosa. São essas coisas que, realmente, nos motivam a continuar caminhando.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes e, depois, ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora, Heloísa Helena, prepare o seu coração, porque, de agora em diante, V. Ex<sup>a</sup> terá sempre o reconhecimento de seus colegas e do Brasil inteiro pelas ruas onde passar. V. Ex<sup>a</sup> conseguiu uma unanimidade nas ruas brasileiras. Talvez não o tenha sido em votos, mas V. Ex<sup>a</sup> plantou uma chama e marcou uma posição, juntamente com o nosso Colega Cristovam Buarque, que ficará Brasil afora por muito tempo. V. Ex<sup>a</sup> está vendo aqui o seu fã clube: há os dissimulados e os diretos; os que dizem que o filho não atendeu e os que botam a sogra na história. Mas o que há, na realidade, sempre, em cada um de nós, é o desejo de poder votar na sua causa e, principalmente, na figura de Heloísa Helena, que se consagrou no Brasil, marcando as suas posi-

ções, sendo dura quando precisava sê-lo e sendo afetuosa quando se fazia necessário. Dessa forma, V. Ex<sup>a</sup> pode orgulhar-se de ter tido neste Senado da República uma das melhores presenças nos últimos anos. Fico muito feliz, porque acabo de receber um telefonema do Deputado Paulo Delgado exatamente quando ia pedir a atenção de V. Ex<sup>a</sup> e de todos os Senadores para um artigo que ele escreve e que está na coluna do Noblat. O artigo foi postado às 17 horas sob o título: “Essa Foi a Eleição da Devassidão”. Ele mostra exatamente o PT naquela base do “quem te viu e quem te vê”. Trata-se de um artigo que merece a reflexão de todos os brasileiros. Fico muito feliz com essa coincidência e quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estaremos todos aqui, até o final do seu mandato, homenageando-a, representando aqui o desejo do Brasil. Quero até lembrar um espetáculo que vemos muito nas praias do Rio de Janeiro: o da baleia que, perdida, a procura de águas mais quentes, aproxima-se da costa, chega em frente à praia e sabe que não volta mais. Outro dia eu estava lendo alguma coisa sobre isso. Quando as baleias sabem que têm as suas horas e os seus dias contados, ficam num verdadeiro diálogo imaginário com a praia, com os banhistas que as aplaudem. Os banhistas ficam horas e horas aplaudindo as evoluções que as baleias fazem até o mergulho definitivo. V. Ex<sup>a</sup> será aquela que vai desaparecer deste Senado, mas vai aparecer para o Brasil pelo seu exemplo. Algo me diz que em breve V. Ex<sup>a</sup> voltará a esta Casa. Parabéns!

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço de coração a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Moraes.

**O Sr. Efraim Moraes** (PFL – PB) – Senadora Heloisa Helena, quero, inicialmente, parabenizá-la pela forma transparente e ética com que V. Ex<sup>a</sup> disputou a Presidência da República. Sabíamos – e V. Ex<sup>a</sup> tinha conhecimento – que V. Ex<sup>a</sup> dificilmente chegaria à Presidência da República. Mas V. Ex<sup>a</sup> e o seu Partido, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, são os grandes responsáveis pelo que o Brasil vive hoje, com o aperfeiçoamento da democracia, com o direito de escolha. Em função da presença de V. Ex<sup>a</sup> nessa eleição é que teremos o segundo turno. Se V. Ex<sup>a</sup> não tivesse sido candidata à Presidência da República, nós, com certeza, não teríamos o segundo turno. É por causa dessa posição de V. Ex<sup>a</sup> que não vi hoje, sinceramente, aquela arrogância do PT, que gritava com todos nós. Vi Senadoras e Senadores do PT com tanta humildade que estranhei no momento. Antes das eleições, passei algumas vezes pelo Plenário e vi que não era possível ficar. Era muita arrogância: diziam que eram os donos do mundo, que iam fazer isso, aquilo e aquilo outro, desrespeitando, inclusive, o direito ao

voto secreto. O brasileiro foi às urnas no dia 1º de outubro, ele e sua consciência, e Deus presenciou a sua posição. Então, vejo que V. Ex<sup>a</sup> deu uma lição a muita gente. Primeiro, deixou muita gente humilde, acabou com a arrogância de muita gente. Eu gostaria de fazer um registro: V. Ex<sup>a</sup> deixou nesta Casa – infelizmente, pude estar com V. Ex<sup>a</sup> aqui por apenas quatro anos – uma aula de coerência. V. Ex<sup>a</sup> trata bem a todos em todos os momentos. Aqueles que não a conhecem, que só a vêem na tribuna, não sabem quem é V. Ex<sup>a</sup>: uma Senadora, uma mulher, uma cidadã brasileira, amiga, conselheira, doce, carinhosa. Enfim, V. Ex<sup>a</sup> é tudo que pode a mulher brasileira querer ser fora da tribuna. Nós aprendemos isso. V. Ex<sup>a</sup> faz tudo com ética, respeita aquilo que está escrito no estatuto do Partido de V. Ex<sup>a</sup> e aquilo que tomou como exemplo de vida. Então, quero parabenizá-la por tudo isso. Mas quero parabenizá-la principalmente pela coragem de ter esse sentimento da necessidade de contribuir com este País. V. Ex<sup>a</sup> deu uma contribuição extraordinária a este País quando aceitou disputar a Presidência, pois tinha a chance de voltar a esta Casa se disputasse o Senado, e, com certeza, voltaria para cá. No entanto, V. Ex<sup>a</sup> preferiu dar sua contribuição como mulher, como política, enfim, pensando no Brasil. Eu diria que essa coragem incomodou muita gente neste País. Muitas pessoas aqui declararam o voto da esposa, do filho, da filha, da sogra, no caso do Senador Romeu Tuma. Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que são exatamente essas pessoas que entenderam a coragem de V. Ex<sup>a</sup> e que entenderam que o Presidente Lula deveria vir ao tribunal do povo, que seria o debate, porque ele fugiu, ele correu, não teve a coragem, como teve V. Ex<sup>a</sup>, de simplesmente debater, de explicar ao povo os escândalos deste País. Falo em explicar os escândalos porque o PT não tem proposta. Passaram-se quatro anos e não temos, não encontramos, não vimos propostas do PT. Então, devo dizer que V. Ex<sup>a</sup> contribuiu e que estará escrito na história deste País que, graças à coragem de V. Ex<sup>a</sup>, milhões de pessoas votaram em V. Ex<sup>a</sup>, porque são as mesmas pessoas que queriam o segundo turno. Não vou dizer aqui que quero contar com V. Ex<sup>a</sup>, que já declarou a posição do seu Partido. Mas esses milhões de brasileiros que votaram em Heloísa Helena, em Cristovam Buarque e nos demais candidatos à Presidência da República são os mesmos que, como eu, desejavam esse momento democrático do segundo turno, onde poderemos discutir as idéias. Acho que o povo é sábio e saberá escolher. O Presidente da República teve uma grande oportunidade e não soube aproveitá-la. Lutou por tanto tempo, prometeu tanto, mentiu tanto, enganou o povo brasileiro... Oportunidade era na base da pressão, da mentira, dos dossiês,

para tentar ganhar a eleição no primeiro turno. Não ganhou e não vai ganhar, porque quem vai decidir é o povo brasileiro, o mesmo povo que acredita em Heloísa Helena, que acreditou em Cristovam Buarque e que acredita num Brasil melhor. Portanto, deixo aqui o meu abraço, os meus parabéns e digo para aqueles que não têm oportunidade de conviver com V. Ex<sup>a</sup> fora da tribuna que V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa admirável e de quem o Brasil tanto precisa, assim como precisa do Partido de V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns, Senadora! Estaremos sempre torcendo para que você continue sendo a nossa Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço, Senador Efraim Morais, a generosidade das suas palavras e mando um abraço à sua esposa, Ângela, uma pessoa que sempre foi absolutamente delicada e generosa com todos nós.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup>, nesta Casa, tem sido um exemplo marcante de coerência, de presença nas Comissões e no Plenário. V. Ex<sup>a</sup>, com a sua palavra, com a sua coragem, tem demonstrado ao Brasil que foi e é uma Senadora eleita por Alagoas e que honra muito o seu Estado e o Brasil com a sua atuação. Tenho certeza absoluta de que o seu Estado sentirá a sua falta. Sei que V. Ex<sup>a</sup> se submeteu a esse sacrifício porque queria plantar uma semente. E essa semente, de acordo com...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me, Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – ... o seu ideal, haverá de ganhar bons frutos, porque a sua pregação é baseada no ideal de bem servir ao seu Estado e ao nosso País. V. Ex<sup>a</sup> renunciou à possibilidade de uma cadeira no Senado justamente para fazer a sua pregação como uma pessoa que tem uma causa a defender, o que é muito raro em nosso País. Geralmente, a pessoa se candidata a um cargo para o qual tem amplas possibilidades de se eleger e não quer assumir qualquer risco. V. Ex<sup>a</sup> sabia o risco que estava assumindo, mas tinha um dever a cumprir, tinha uma causa a defender, tinha uma bandeira a levantar. Por isso, admiro V. Ex<sup>a</sup> no âmbito da política brasileira.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Afinal, Sr. Presidente... Infelizmente, todos os oradores tiveram mais tempo. Mas já vou encerrar, Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou prorrogando, Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço, Sr. Presidente, essa prorrogação, cujo aviso apita a toda hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas, infelizmente, é o sistema.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Impede o meu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quando V. Ex<sup>a</sup> for Presidente, vou propor a modificação do sistema.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, de qualquer forma. Senadora Heloísa Helena, os produtores rurais vão sentir a sua falta. Não tenho a capacidade de V. Ex<sup>a</sup>, o voluntarismo de V. Ex<sup>a</sup>, mas procurarei, de acordo com as minhas possibilidades, continuar a nossa luta em favor dos produtores rurais, da resolução dos seus problemas de endividamento, da igualdade de condições para todos. Finalmente, que as eleições no futuro possam ser mais transparentes, mais igualitárias. Que haja o financiamento público de campanha, que haja uma reforma partidária que permita que todos tenham o direito de falar na televisão sem qualquer preconceito ou discriminação. Acho que o Brasil fez uma reforma muito reduzida, muito limitada, e essa reforma que fizemos em cima da eleição não traduziu o desejo de todos nós que compomos o Senado Federal, pois os partidos políticos ainda continuam sem aquela representatividade, e muitas pessoas que escorregaram na corrupção, na fraude eleitoral, voltaram à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional. Isso ocorre devido a uma legislação permissiva, uma legislação que permite que pessoas não comprometidas com a democracia, com a seriedade, com a lisura das eleições ainda voltem ao Congresso Nacional. Por isso, meus parabéns. Trago a minha admiração, o meu gesto de amizade, de solidariedade e o meu agradecimento, porque V. Ex<sup>a</sup> teve, na minha eleição de Senador, uma participação, mesmo que pequena. V. Ex<sup>a</sup> foi a Sergipe e lá pediu voto para o Senador Valadares. Eu não fiz isso por V. Ex<sup>a</sup> naquela eleição nem o fiz agora, mas lhe devo essa obrigação e, de público, externo o meu agradecimento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, de coração, a delicadeza das palavras. Continuaremos firmes. Sei que, junto com o Deputado João Fontes, que não teve oportunidade de se reeleger, estaremos defendendo, com V. Ex<sup>a</sup> também, as questões relacionadas aos produtores rurais, à agricultura familiar, ao médio e produtor rural, as questões relacionadas à revitalização do nosso rio São Francisco, às alternativas de abastecimento humano e animal,

os projetos de irrigação para todo o Nordeste, não apenas a bacia hidrográfica, mas para o Nordeste setentrional.

Foi um momento muito importante. Algumas pessoas plantavam notinhas medíocres, Senador Romeu Tuma, dizendo que o debate foi apenas em torno da ética, mas não o foi, embora o debate sobre a ética seja importante, porque cada vez que uma personalidade pública rouba os cofres do povo brasileiro, vai uma menininha para a rua vender o corpo por um prato de comida, vai um menino ser “olheiro”, “falcão”, “avião”, “estica” do narcotráfico. Então, não é uma coisa qualquer, temos de falar sobre isso mesmo.

Tivemos a oportunidade de trabalhar detalhadamente todas as alternativas para o Brasil, tudo: saneamento básico, habitação popular, investimentos na agricultura, relações comerciais internacionais, metas de crescimento econômico, tudo, tudo, tudo. Só não viu quem não quis ou quem, nos nossos 40 segundos de televisão, não teve a oportunidade de ver.

Agradeço, de coração, a V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

Concedo o aparte ao Senador Demóstenes Torres.

**O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO)** – Senadora Heloísa Helena, não estamos fazendo a despedida de V. Ex<sup>a</sup> do Senado Federal, porque queremos ter tempo suficiente para falar em sua homenagem. V. Ex<sup>a</sup> é um dos grandes vultos da República e engrandece o Senado. Temos concepções de Estado absolutamente diferentes – penso de uma forma e V. Ex<sup>a</sup>, de outra. Mas reconheço que V. Ex<sup>a</sup> faz um debate civilizado e com conhecimento. É uma mulher estudiosa, preparada e extremamente leal. Essa lealdade se reveste, inclusive, no linguajar apropriado de que V. Ex<sup>a</sup> se utiliza para debater suas idéias. Aqui, falamos para um grande número de goianos que são estudantes de Direito da Faculdade Anhanguera, da Universidade Anhanguera de Goiânia. Todos são admiradores de V. Ex<sup>a</sup> – tenho certeza disso. Muitos podem até não lhe ter depositado o voto – que é o meu caso. Sou um homem partidário, votei no meu candidato a Presidente, Geraldo Alckmin, mas tenho que reconhecer que V. Ex<sup>a</sup> fez o debate maior, fez o debate engrandecido, o debate de que o Brasil precisa, o debate da ética, o debate da decência, o debate daqueles que não se refugiam debaixo do tapete. No Brasil, depois que o Duda Mendonça inventou aquela história – para eleger o Paulo Maluf – de que não se pode falar sobre roubo, tudo virou denunciismo. O ladrão pode roubar, mas não se pode falar que ele roubou. Essa hipocrisia V. Ex<sup>a</sup> não tem. V. Ex<sup>a</sup> também foi muito além do debate sobre a ética, foi muito além do debate sobre a honradez, que, como V. Ex<sup>a</sup> mesma diz, é o debate também essencial, porque se o Brasil

não conseguiu chegar aos índices de outros países, isso ocorreu principalmente graças à ineficiência e à corrupção – tudo atestado devidamente por relatórios internacionais. Quero deixar o reconhecimento de um admirador seu, de um Senador, colega que a conhecia pela televisão e que teve a oportunidade de sentar ao seu lado, além de ser muito bem tratado e muito bem recebido, porque V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa doce, é uma pessoa altamente educada e, mais do que isso, é uma pessoa eficiente e vai fazer uma falta muito grande ao Senado da República e ao Brasil, nesse período em que se ausentará da vida pública. Vai, claro, engrandecer os bancos da universidade em que voltará a ser professora, e tenho certeza de que esse afastamento da vida pública será brevíssimo, porque todos os brasileiros gostariam, tenho certeza, de ver novamente V. Ex<sup>a</sup> se utilizando desta tribuna ou gerindo os destinos de alguma cidade ou de algum Estado deste País. Meu reconhecimento, de coração, por uma figura que sempre admirei, que aqui no Senado continuei respeitando e que vai fazer muito falta, porque, lamentavelmente, o mundo político anda muito poluído. A saída de V. Ex<sup>a</sup>, ainda que temporária, vai fazer do Brasil, neste momento, um País menor. Minhas homenagens.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Agradeço, de coração, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes Torres.

Por onde andei pelo Brasil, Senador Romeu Tuma, sempre recebi muito presente. Flores, nem se fala! Até parece que adivinhavam que gosto de estudar sobre flores. Depois que Sergio Barani produziu até uma orquídea com meu nome, pensem como fiquei metida. Uma orquídea foi classificada em Londres com meu nome: *Cattleya senadora Heloisa Helena*. Sempre gostei muito de flor e de ler sobre flores e animais.

Em todos os Estados, em todos os lugares onde fui, ganhava presente. No dia em que fui com o Martiniano e o Elias à Feira Hippie – para onde muitas costureiras levam o resultado do trabalho realizado no seu quintalzinho –, ganhei um tanto de presentes. Em cima de um banquinho, no meio da feira, falei para a rádio deles. Ganhei presentinhos de todo jeito: camisolinhas branquinhas, bolsas, calças, tanto, tanto, tanto, tanto. Só tenho a agradecer, de coração, a generosidade e o carinho do povo brasileiro.

Como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, não é despedida. Vou estar aqui até o último dia do meu mandato, que não foi comprado, que não foi uma concessão da elite política e econômica do meu Estado. Foi um mandato dado pelo povo de Alagoas, pelas mulheres e homens de bem e de paz da minha querida Alagoas. Assim, vou aqui trabalhar todos os dias, normalmente, como sempre trabalhei, com muita disciplina, estudo, competência,



honestidade – é uma obrigação – e com honestidade intelectual, defendendo o que acredito.

Deixo registrada a posição do P-SOL, que já existia. Mas acabei tendo de vir à tribuna em função das tormentas de algumas notinhas ou de questões paralelas.

A posição do P-SOL é para os filiados do P-SOL. Seja a Senadora, que é Presidente, seja o parlamentar, seja o filiado. Lá na urna, está tudo bem. Ninguém é obrigado a fiscalizar o voto de ninguém na urna. Nossos filiados, na urna, têm o direito de fazer o que quiserem. Publicamente não podem. Não pode o Deputado, a Senadora nem o militante. Quem quiser, publicamente, dizer que vai votar em Alckmin tem que passar para o PSDB; quem quiser dizer que vai votar em Lula tem que passar para o PT. No P-SOL não.

Para os nossos eleitores não precisamos indicar voto. Deus me livre. Sempre tive pavor desse negócio de curral eleitoral. Seja a nossa vozinha fofa, seja o menininho da casa do Wellington, seja a meninadinha do Brasil. Não tenho dúvidas de que quem votou em mim é livre. São mulheres e homens livres e, como dizia, com vergonha na cara e amor no coração. Sei que pessoas assim votaram em todos os outros candidatos também. É óbvio. Não estou classificando os nossos eleitores por honestidade e amor no coração. Deus me livre. Há pessoas de bem e de paz em todos os lugares, e votando em todos os outros candidatos. Mas nossas eleitoras e nossos eleitores são mulheres e homens livres, e têm o direito de escolher de forma livre, legítima e maravilhosa, em quem votar. Mas os filiados ao P-SOL, publicamente, não poderão fazer campanha. Se fizerem, é evidente, terão que mudar de partido.

E essa história que estava ontem nos jornais em relação a Lula, de que o Ministro está conversando com não sei quem, tirem o cavalo da chuva porque ele morrerá de pneumonia. Não vamos. Construímos uma estrutura partidária. Era só o que me faltava! Virar vigarista nesta idade! Um dia desses, eu estava dizendo que as duas candidaturas não serviam.

Na semana passada, eu disse isso, no último debate. Como é que agora...? Nem estou falando de Alckmin, porque isso nem foi tratado na imprensa; do Lula, da mesma forma. Não existe essa conversa não. Se fosse assim, não teríamos enfrentado a construção do P-SOL, não teríamos promovido uma verdadeira peregrinação pelo Brasil, e eu não teria sido candidata. Teria ficado lá. Não pode haver essa conversa, de jeito nenhum. Na urna, podem fazer o que quiserem, mas, publicamente, nenhum dos dois.

Quanto aos nossos eleitores, são seis milhões e tantos mil votos de mulheres e homens livres. Estou sendo repetitiva, mas, para votar no P-SOL, só

sendo muito livre. Esses eleitores foram contra o voto útil, contra a falsa polarização e contra os institutos de pesquisa. Portanto, foram mulheres e homens que decidiram o que queriam fazer.

Não estamos em cima do muro. Temos nossa posição política, que é absolutamente coerente com todo o debate programático que fizemos durante doze anos, enfrentando o neoliberalismo do Governo Fernando Henrique Cardoso e o neoliberalismo do Governo Lula. Nem vou falar das patifarias políticas e da corrupção. Não vamos rasgar nem jogar fora os doze anos de militância política, de enfrentamento ao projeto neoliberal e à maldita metodologia de parasitismo aos cofres públicos.

Mulheres e homens livres que me deram a honra de receber um voto aos nossos candidatos por todo o Brasil, meu profundo agradecimento.

Sr. Presidente, acredito que o Senador Marco Maciel deseja um aparte. Portanto, se S. Ex<sup>a</sup> assim o deseja, concedo o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço apenas que seja rápido, pois há vários inscritos.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senadora Heloísa Helena, serei muito breve em meu aparte. Desejo apenas registrar três pontos. Em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup>, com sua candidatura, ajudou a fertilizar o debate da sucessão presidencial, trouxe uma contribuição importante, mesmo porque, em face da verticalização, reduziu-se muito o espectro partidário que se habilitou à sucessão presidencial. E a presença de V. Ex<sup>a</sup> ajudou a fazer com que, mais uma vez, a diversidade brasileira se apresentasse por intermédio de candidatos como V. Ex<sup>a</sup>. Em segundo lugar, V. Ex<sup>a</sup> combateu o bom combate e guardou a fé, como diria São Paulo, porque manteve, oportuna e inoportunamente, a pregação da proposta de seu partido, o que é muito válido no processo democrático. Na democracia, não é importante apenas a doutrina, mas também o exemplo. Às vezes, o exemplo é até mais importante do que a doutrina. Por isso, não quero deixar de fazer este reconhecimento a V. Ex<sup>a</sup>. Em terceiro e último lugar, V. Ex<sup>a</sup>, no momento em que discursa no Senado, analisando a sucessão presidencial, traz achegas importantes, sobretudo porque nos preparamos para, no segundo turno, definir finalmente o Presidente da República. Tenho certeza de que as sementes que V. Ex<sup>a</sup> deixou lançadas no solo do tecido social brasileiro certamente vão frutificar, e espero que venham a colaborar para que possamos enraizar ainda mais a democracia em nosso País. Muito obrigado.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a delicadeza de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel.

V. Ex<sup>a</sup> lembrou uma passagem bíblica muito bonita que repito sempre: combati o bom combate. Acabou a



eleição, manteve a fé em Deus, na luta do nosso povo. A fé e a certeza de que, mais cedo ou mais tarde, este País será uma pátria soberana, ética, igualitária, fraterna e, espero eu, socialista.

Agradeço a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, desculpando-me com V. Ex<sup>a</sup> e com os outros oradores inscritos por ter tomado tanto tempo. Sei que poderia fazer este pronunciamento amanhã, mas foi importante e necessário que o fizesse hoje em função de algumas questões a rondar a estrutura partidária e da nossa reunião, que, de fato, referendou o que já era uma indicação da direção nacional do Partido e da vontade majoritária dos nossos militantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Heloísa Helena, só um minuto. Gostei da história do Senador Heráclito Fortes sobre a baleia.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Disseram-me que estou como uma piaba, de tão magrela que estou.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas gostaria de vê-la nas evoluções da sereia de amor.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Senador Heráclito Fortes, sinceramente, prefiro o comentário do Senador Tuma de que sou uma sereia, sem o canto melancólico.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Penso que estou naquela marcha dos pingüins. Quem não viu o filme “A Marcha dos Pingüins”, independente de ser novinho ou adulto, é muito importante vê-lo.

Ao ver aquela resistência pela preservação da espécie, chegamos a ficar cansados. Portanto, não tenha dúvida, o que estamos fazendo é a mesma coisa.

Agradeço a generosidade de todos e a de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Amanhã estarei aqui, normalmente, cumprindo o meu mandato.

Muito obrigada, Senadores.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

*Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Antero Paes de Barros e, posteriormente, como inscrito, ao Senador César Borges.

Peço desculpas, Senador César Borges, mas estamos intercalando com as lideranças.

Se não houver apartes, talvez sobre tempo para outros oradores.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.010, DE 2006**

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, dia vinte e sete de setembro, do corrente, no Rio de Janeiro, do professor Candido José Mendes de Almeida, Diretor da Universidade Candido Mendes:

**a)** inserção em ata de voto de profundo pesar;

**b)** apresentação de condolências ao Reitor e Acadêmico Candido Mendes de Almeida, seu pai, e família, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, de onde era natural, e a instituição acima referida.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – Senador **Marco Maciel**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 32/2006 – GLDBAG – CSCOM

Brasília, 6 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Eduardo Suplicy para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência comunica ao Plenário que o indicado encaminhou à Mesa a documentação exigida pelo § 2º do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.

Passa-se à apreciação do nome indicado.

Em votação a indicação do nome do Senador Eduardo Suplicy para integrar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Ordem do Dia de hoje será realizada amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

2

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 68, DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Se-

nador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do

Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

**6**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

**7**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº  
29, DE 2003**

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

**8**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

**9**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**10**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

**11**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**12**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto*

*do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de citar aqui algumas peças, alguns tópicos da defesa apresentada pelo Sr. Luis Inácio da Silva ao Tribunal Superior Eleitoral. Retiro isso do **blog** do jornalista Reinaldo Azevedo:

A defesa que Lula entregou ao TSE no processo que investiga se sua campanha está ou não envolvida com a fabricação e compra de dossiês chega a ser cínica de tão parva nos argumentos. Márcio Thomaz Bastos e Ricardo Berzoini também entregaram suas respectivas defesas. Os pontos principais da de Lula são os seguintes:

1. O dossiê era contra Serra. Que benefício Lula poderia ter?

Resposta – É fácil. Como as pesquisas indicavam a vitória de Lula, estava claro que Serra, eleito governador de São Paulo, seria o líder da Oposição.

Eu gostaria aqui de colocar um outro detalhe na fraude do dossiê: o dossiê não era apenas contra Serra. Estava ali embutida também uma foto, uma fraude com relação à fotografia de Geraldo Alckmin. Portanto, não é verdade do que consta da defesa.

2. Por que alguém que vai vencer a eleição se meteria com dossiê?

Resposta – é uma variante da resposta anterior. Então, a resposta é a mesma.

Era já uma tentativa de eliminar o futuro líder da Oposição, o Governador eleito por São Paulo, José Serra.

3. Lula não foi beneficiado. O beneficiado acabou sendo Alckmin.

Supimpa! Esta resposta do Presidente Lula é fantástica. É uma agressão à inteligência humana:

Resposta – Vai ver o PSDB mobilizou Hamilton Lacerda, Osvaldo Bargas, Jorge Lorenzetti, Freud Godoy, Gedimar Passos, Valdebran Padilha e Ricardo Berzoini, notórios tucanos, para prejudicar Lula...

Essa é peça de defesa encaminhada pelos advogados do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Lembra o jornalista:

Ricardo Berzoini, Presidente do PT, disse que não teve nada com isso. Mas ele próprio já afirmou que sabia que um dossiê seria passado à revista **IstoÉ**. Lula o responsabilizou por tudo. E ele respondeu: “Se o Presidente falou, tá falado”.

Com relação ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, diz:

O Ministro da Justiça foi quem mais se aproximou da verdade. Disse que não teve qualquer ingerência sobre a operação policial. É verdade. A ação original foi feita sem o seu conhecimento. Vai ver deu certo por isso. Ele entrou só depois. Para submeter o ritmo das investigações ao calendário eleitoral.

Está evidente isso.

Eu fico assustado de ver as lideranças do PT participarem de debates na televisão e dizerem: é preciso verificar que nunca a Polícia Federal prendeu tanto no Brasil. Eu diria, só é parcialmente verdade. Que a Polícia Federal tem prendido muita gente é verdade. Agora, que a Polícia Federal tem sido impedida de agir de forma republicana também é verdade.

Vejamos: a Polícia Federal concluiu o inquérito de Waldomiro Diniz? A Polícia Federal prendeu Waldomiro Diniz? A Polícia Federal concluiu o inquérito de Marcos Valério? A Polícia Federal prendeu Marcos Valério? Então, é preciso acabar com essa farsa de que a Polícia Federal não está sendo utilizada como polícia de Estado.

Esse argumento do PT não pega, não vale. É preciso que esse debate aconteça. O Senador Romeu Tuma já foi o Chefe da Polícia Federal brasileira e sabe do descontentamento dos delegados da Polícia Federal com relação a essa interferência. A Polícia tem que



ser uma polícia de Estado, não pode ser uma polícia de Governo. Está evidente que houve interferência do Ministro Márcio Thomaz Bastos para evitar a apuração do dossiê.

Creio que vamos para o segundo turno da eleição enfrentar as seguintes teses caras ao Brasil: em determinados momentos do primeiro turno, quando estava com o salto acima de quinze, achando que já era reeleito Presidente da República, Lula chegou a ameaçar o Congresso Nacional. Não sei, em função das minhas atividades de campanha, se houve ou não nota oficial da Câmara e do Senado contra a declaração do Presidente, que ameaçou liberar o demônio que existia dentro dele, com a possibilidade de fechamento do Congresso.

O que está em jogo nesta eleição é parte disso. Eu não imaginava que a presença de Lula na Presidência da República fosse recolocar na pauta do debate a questão do Estado democrático de direito, a questão da democracia neste País.

É preciso verificar que o que está em debate nestas eleições – por isso acredito na vitória de Geraldo Alckmin – é o aparelhamento do Estado brasileiro. O Estado brasileiro foi aparelhado e esse aparelhamento é a principal mola propulsora desses escândalos de corrupção que houve no Governo Lula.

O Banco do Brasil, uma instituição centenária; a Caixa Econômica Federal, uma instituição centenária; os Correios, instituição que tem e que tinha a maior credibilidade nacional foram aparelhadas pelo petismo para fazerem caixa 2 para aqueles que disputam as eleições.

Não tenho dúvida de que haverá realmente a derrota do aparelhamento do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador, peço licença apenas para prorrogar por quinze minutos a sessão.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Essa eleição no segundo turno é uma nova eleição. Não tenho nenhuma dúvida de que o candidato Geraldo Alckmin é o candidato com todas as chances de ganhar a eleição.

Quero falar ao Brasil do movimento que o PSDB de Mato Grosso está lançando em defesa da candidatura de Geraldo Alckmin. Estamos lançando em Mato Grosso o movimento cívico por um Brasil decente. Lá em Mato Grosso, o nosso Partido e a sociedade organizaremos para que tenhamos a campanha 24 horas por dia. Em todos os horários teremos militantes para fazer a campanha do PSDB. Nosso Partido vai estar presente na madrugada nos supermercados que funcionam 24 horas por dia.

Às 3, 4 horas da manhã vai haver distribuição de mensagens do candidato Geraldo Alckmin no Mercado do Peixe. Esse é o horário em que os pescadores chegam e as pessoas começam a frequentar o mercado para comprar o peixe, uma das tradições maiores da culinária mato-grossense.

Cuiabá é uma das poucas cidades de Mato Grosso que tem um crescimento vertical. O nome de Cuiabá é “Cuiabá, Cidade Verde”. Cuiabá é conhecida como a Cidade Verde. Vamos fazer a Cidade Verde ficar azul. A partir da próxima quarta-feira estaremos fazendo reuniões em todos os prédios com todos os condôminos para pedir que as pessoas que apóiam a candidatura de Geraldo Alckmin façam, em seus respectivos apartamentos, como que árvores de Natal com o número 45 que acenderão alternadamente com o número 45 mantendo-se aceso. Vai-se dar um choque ao mostrar que, 24 horas por dia, o Mato Grosso estará acordado em defesa de um Brasil decente.

Faremos em Mato Grosso um grande ato na cidade de Cárceres para consolidar a proposta do Presidente Geraldo Alckmin de cuidar das fronteiras brasileiras dentro da área da segurança pública. O Mato Grosso tem mais de 600 quilômetros de fronteira seca e precisa desse apoio do Presidente Geraldo Alckmin.

Faremos um grande movimento de canoagem para mostrar a preocupação com o desenvolvimento sustentado do Presidente Geraldo Alckmin, com “adesivagem” das canoas, inclusive nas nações indígenas, que precisam também – já que os índios votam – participar da defesa desse movimento cívico por um Brasil decente.

Não temos dúvida nenhuma de que faremos um dos maiores tratorações do Brasil na defesa da candidatura de Geraldo Alckmin. Vamos adesivar os tratores para mostrar que aqueles que dependem da produção agrícola no Brasil confiam na proposta de Geraldo Alckmin por um Brasil decente.

E, assim, vamos fazendo, com várias ações, a manutenção da chama viva de que é possível construir um Brasil decente, de que é possível consolidar a democracia, de que é necessário construir a alternância de poder. E temos a certeza absoluta de que essa será uma contribuição importante para a candidatura de Geraldo Alckmin. Não tenho nenhuma dúvida!

Saúdo a disposição do Presidente em ir ao debate. E farei uma saudação melhor ainda, se ele, já no primeiro debate, domingo na Rede Bandeirante de Televisão, puder apresentar ao Brasil quem é que ajudou seu churrasqueiro, quem ajudou seu preparador físico, quem ajudou o Sr. Hamilton a trazer o dólar de fora, quem ajudou essa gente a comprar dossiê, quem do Palácio do Planalto é comparsa dos Vedoinis



para fabricar depoimentos contra os tucanos do Brasil inteiro.

Essa gente precisa explicar isso. Minha esperança, Senador Leonel Pavan, é de que, domingo, o Presidente Lula compareça ao debate e diga: meu Governo errou, meu Governo está lotado de corruptos... Desde Waldomiro Diniz, desde Marcos Valério, desde Delúbio. E que essa prorrogação para se achar os culpados... Não sei se V. Ex<sup>as</sup> leram no *site* do Noblat que tem um doleiro que diz o seguinte:

O Banco Central sabe. O doleiro está aqui se dispondo a vir aqui e explicar para o Banco Central ou para a Polícia Federal como é que acha. É um absurdo que, para invadir o sigilo do caseiro, eles fazem isso rapidamente; e é um absurdo que eles não tenham detectado ainda de onde vieram os dólares, quem são os responsáveis por isso. E é um absurdo eles não “publicizarem” para o povo brasileiro o que tem nas gravações dos telefonemas do Sr. Valdebran Padilha, por que essas gravações não estão disponibilizadas para o público brasileiro.

Eu diria o seguinte, sinceramente: sou admirador do Procurador-Geral da República que escreveu naquela denúncia do mensalão se referindo aos 40, que aquilo se parecia com uma organização criminosa e com uma organização de quadrilha. Conhecendo hoje essa compra de dossiês, esse lamaçal, essa areia movediça da política, eu diria que, com certeza, quadrilha é pouco.

Senador Leonel Pavan, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> e, na sequência, ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – Senador Antero Paes de Barros, recordo-me de quando o Ricardo Berzoini explicava sobre o envolvimento de pessoas ligadas ao PT e dizia que foram algumas pessoas que cometeram deslizes que poderiam ser corrigidos, mas que nada era grave.

Recordo-me de que o Lula chamou todos eles a sua casa e disse que eram uns meninos que cometeram alguns atos errados, mas que eram perdoáveis. E agora o Berzoini participa vergonhosamente de um ato ilícito, reprovado pela população brasileira. O Presidente Nacional do PT! Um homem forte do Lula! E as coisas parecem que ficam por isso mesmo, pelo menos até agora. Quer dizer, Antero, que ainda não sabemos de onde veio o dinheiro. Não sabemos! Certamente, no primeiro debate, que vai ocorrer esta semana, o Presidente deverá levar essa informação. Certamente ele vai dizer: “Olha, o dinheiro...” Se admitir que é ilegal e dizer de onde veio, pelo menos vai facilitar o debate. Se pessoas ligadas ao Presidente, amigas do Presidente, cometeram esses atos ilícitos, o Lula certamente deve estar sabendo, como sabia antes dos outros atos ilícitos.

Antero, cumprimento-o pela mobilização que vai ser feita no seu Mato Grosso. Em Santa Catarina, por intermédio do coordenador da campanha de Alckmin no Estado, Dalírio Beber, que também é Presidente do PSDB estadual, foram criadas umas faixas em que as pessoas dizem assim: “Você que vota em Alckmin, buzine”. Olha, houve um buzinaço em Santa Catarina – que hoje está se alastrando pelo Brasil inteiro – com faixas nas esquinas. Então, você que está aqui nos assistindo, pinte uma faixa, vá para a esquina. Você que vota no Alckmin, buzine! Buzine para chamar a atenção do Brasil. Buzine para acabar com essa corrupção. Buzine para mudar este esquema de governar o Brasil, centralizado nas decisões apenas de um homem, que diz que não sabe, que não vê, que não ouve, mas que não governa e que quer continuar a ser o Presidente. Temos que buzinar para alertar o povo brasileiro de que a hora é agora. Chegou o momento de elegermos um homem ético, um homem que tem compromisso com a sociedade brasileira; chegou a hora de elegermos alguém que condena, com veemência, todos os atos de corrupção cometidos pelo atual Governo Federal. Alckmin governou por duas vezes São Paulo e não há sequer uma unha para falarem mal dele; o PT não consegue dizer nada contra esse homem que está preparado. É pessoa competente, preparada; já administrou prefeituras, já governou, já foi deputado federal, estadual, vereador. Esse homem está preparado para governar o Brasil. Por isso, pinte o seu carro, ponha um adesivo, coloque faixa, faça de tudo para chamar a atenção daqueles que ainda estão indecisos. Buzine, buzine para elegermos o grande presidente Geraldo Alckmin.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)** – Ouço o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador Antero, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Creio que o Presidente da República tem alguns esclarecimentos a fazer ao País, principalmente com relação aos destinos dos recursos das ONGs que estão nas mãos de pessoas próximas ao seu gabinete, no Palácio. Para cada escândalo, ao longo destes três anos, existiu sempre uma ONG a dar condições estratégicas, ou seja, a bancar, a custear, a patrocinar isso tudo. Foi assim quando a Câmara dos Deputados foi invadida. Agora estamos vendo que o Sr. Lacerda tem uma ONG em São Caetano; que o Sr. Lorenzetti – o nome de chuva – tem ONGs em Santa Catarina; o Brasil não pode financiar esse tipo de atividade. Daí por que é preciso que haja um esclarecimento urgente. O Presidente já acabou sua cota de dizer que não sabia, que não viu. Senador Antero, estou colhendo assinaturas – e já alcançamos o número – para a instalação de uma CPI. Senador Tuma, o

cinismo do PT chega a um patamar que não dá mais. Abre-se o *blog* de Noblat e vê-se postada, às 18 horas e 17 minutos, a seguinte matéria: “Ministros deixam o cargo para ajudar Lula”. O artigo cita a saída dos Ministros Hélio Costa, Patrus Ananias, Walfrido dos Mares Guia e Luiz Marinho de seus respectivos Ministérios. E o que foi feito no primeiro turno, Senador Tuma? E a aparição desses Ministros no palanque? E o Ministro da Justiça, que de dia comanda a Polícia Federal e de noite sobe ao palanque para dar apoio ao Presidente Lula? Aliás, outro fato que precisa ser esclarecido aqui é de onde veio esse dinheiro. Doleiros já dizem que é fácil descobrir. Sabemos que é fácil.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– O Márcio Thomaz Bastos sabe mais do que doleiro, ou deveria saber.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Pois é. Com relação aos dólares, basta solicitar ao Governo americano que a informação chega aqui em um minuto. Aliás, esse Delgado da Polícia Federal, Senador Romeu Tuma, precisa esclarecer com mais detalhes todo esse episódio. Em determinado momento, ele diz que sofreu pressões graves por parte de autoridade do Governo brasileiro. Esses fatos precisam ser esclarecidos. Congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, até porque, se a moda pega... Já em sua primeira entrevista, o Sr. Clodovil Hernandez, que se elegeu em São Paulo com uma extraordinária votação, diz que seu voto está à venda, não por R\$30 mil, mas, quem sabe, a começar de US\$30 mil. Não tomou posse e dá essa declaração. É a escola do PT!

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL. *Fora do microfone.*) – Clodovil falou isso por brincadeira.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Sim, mas é uma brincadeira que pega porque houve um mau exemplo. Naturalmente, ele vai dar apoio à Base do Governo, porque, na Oposição, não vai caber um Deputado com essa história de vender voto. Quero crer que o Sr. Clodovil esteja num momento de emoção de posse, ainda tomando intimidade com essa nova função pública. Mas o que dá cabimento a esse tipo de declaração é exatamente a maneira como o PT se portou administrando o bem público durante estes 3 anos e 8 meses. Muito obrigado, Senador.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Senador Heráclito Fortes, só posso concluir dizendo que o PT está à espera de encontrar um novo Delúbio para matar no peito e dizer que foi ele. Não é possível que a Polícia Federal, com tantas operações, seja tão incompetente para concluir esse inquérito; que a Polícia Federal, com a quebra do sigilo telefônico, não saiba quem falou com o Sr. Valdebran Padilha; que a

Polícia Federal não saiba quem falou com o Sr. Hamilton Lacerda.

Tenho certeza absoluta de que o Sr. Márcio Thomaz Bastos não tem se comportado, infelizmente. Formei-me, no ano passado, Bacharel em Direito. Márcio Thomaz Bastos é citado em todas as universidades neste País como um grande criminalista, mas ele não pode ser, como Ministro da Justiça, advogado dos bandidos do Governo; como Ministro da Justiça tem que ser Ministro da Justiça e não ficar protegendo as pessoas. O Palocci vai lá contar crime para ele e, em vez de tomar o depoimento do Palocci, ele chama um advogado para defendê-lo. Essas coisas precisam acabar no Brasil.

Temos que acabar com isso no próximo dia 29 com a vitória de Geraldo Alckmin à Presidência da República.

Ouç o Senador Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Um minuto, Sr. Presidente. Não vou fazer aparte longo. Quero apenas fazer a minha declaração de amor à Polícia Federal e falar do respeito que tenho por ela. Vejo que, recentemente, na campanha eleitoral, apresentou-se um grupo de policiais federais mascarados, um grupo especial de operações, agindo como se o Presidente Lula tivesse formado esse grupo, o que não é verdade. Esse grupo já existia mesmo antes de eu assumir a direção da Polícia Federal. Aí fico preocupado. Respeito o Superintendente de São Paulo, tenho por ele amizade profunda; respeito Paulo Lacerda como um grande diretor da Polícia Federal, mas crime ocorrido, crime apurado, ele não tem que procrastinar o seu andamento e a solução que vai ser encontrada. O inquérito não pode parar sob o pretexto de não se intervir no processo eleitoral. O processo eleitoral não tem nada a ver com a apuração, por parte da Polícia, da criminalidade praticada. Se há ou não influência, é o povo que vai decidir. O povo, que votará, é quem vai saber se há ou não influência política. Esse problema me aborrece e me preocupa. Usar, como cartão de visita, a Polícia Federal é um dever de todos. Ela não começou a atuar, como atua hoje, por vontade do Presidente Lula. Não! Isso não! Estou falando com todo o respeito ao Presidente Lula. Ela sempre evoluiu ao longo do tempo e foi-se aprimorando. Há algum tempo, o Senador Antero Paes de Barros foi testemunha de que não havia dinheiro para pagar telefone e diária de policial. Tinham de parar a operação. Assim, se a Polícia age corretamente, ela o faz porque os homens são bons. Não podemos sacrificar o delegado que mostrou as fotos. Ele não pode ser punido, proibido de entrar no Departamento de Polícia. Fecharam as portas porque ele está proibido de ingressar no recinto.

Não podemos saber a dimensão disso. Por quê? Porque as fotos iam influenciar a eleição. Mas quando foi feita essa pressão, Senador Antero Paes de Barros? Quando começaram as prisões? Por que não esperaram para fazer o flagrante da entrega do dinheiro e dos documentos? Esses fatos aconteceram no mês passado, em setembro. Não foi alguém que provocou essa questão na época da campanha eleitoral. Desculpe-me, Senador Antero Paes de Barros, mas não posso ficar sem dar uma palavra. A Polícia Federal é uma Polícia de Estado, não tem dono. Tem que respeitar, e respeita, a legislação em vigor e prestar serviços à sociedade brasileira.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)**

– Senador Tuma, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Inclusive, quero dizer que minha compreensão sobre a Polícia Federal é essa. A Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal está indignada com esse tratamento.

O Governo não está preocupado em prender quem comprou o dossiê, quem trouxe o dinheiro de fora, em saber se o dinheiro é legal ou ilegal; o Governo está preocupado em punir o delegado que apurou. Vejam quanta incoerência, Senadores Romeu Tuma e Heráclito Fortes: o Governo está revoltado pela divulgação das fotos do dinheiro – e vamos colocar os pingos nos is –, mas foi ou não foi divulgada a foto com o Serra? Foi ou não foi divulgada a foto de Alckmin ao lado de um cidadão que, dizem, teria uma empresa em São Paulo? Quer dizer, o PT acha absolutamente normal divulgar o conteúdo do dossiê apreendido, mas não crê ser normal divulgar a foto do dinheiro. Essas coisas precisam ficar esclarecidas no debate do segundo turno.

Quero que o Presidente Lula deixe de se comportar como se fôssemos mais de 100 milhões de idiotas. O Brasil não é uma Nação de eremildos. O Brasil é uma Nação inteligente, com vocação para ser uma das grandes potências do mundo, que precisa se desenvolver. Por isso, quem está na Presidência da República precisa ter um comportamento decente.

A meu ver, o Presidente Lula está esperando que apareça um novo Delúbio, para montar uma versão a fim de tentar confundir a opinião pública e chegar ao final da eleição sem explicar de onde veio o dinheiro, quem são os criminosos e por que o Sr. Hamilton foi ao hotel entregar o dinheiro, conforme documentação das imagens do próprio hotel, já divulgadas pela imprensa brasileira.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que espero que o Presidente preste esses esclarecimentos o mais rapidamente possível. Sem esses esclarecimentos, não eleja Lula, que é o principal suspeito!

Vote por um Brasil decente; vote em Geraldo Alckmin!

*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Prorrogo a sessão por mais trinta minutos, para que possamos ouvir os oradores inscritos.

Estão inscritos os Senadores César Borges, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy e Leonel Pavan. Não estando presentes os Senadores César Borges e Antonio Carlos Valadares, concederei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, será a vez do Senador Leonel Pavan.

Senador Eduardo Suplicy, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por dez minutos. Logo após, os Senadores Leonel Pavan e Heráclito Fortes também terão dez minutos cada.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo; Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado neste instante para agradecer aos 8.986.803 eleitores de São Paulo que resolveram mostrar sua confiança em mim. Correspondem a 47,82% dos votos válidos. Foram quase nove milhões de votos, equivalendo à quase metade dos eleitores do Estado de São Paulo, que contribuíram para que eu, aqui representando a coligação Melhor pra São Paulo, formada pelo PRB, pelo PT, pelo PL e pelo PCdoB, pudesse continuar, no Senado Federal, esta batalha por aqueles que prezam os pilares maiores da luta de minha vida e de meu próprio Partido, o PT.

Agradeço pelo apoio da direção do meu Partido, do Presidente Paulo Frateschi, de meus companheiros Aloizio Mercadante, candidato a Governador pelo PT, e Nádia Campeão, candidata a Vice-Governadora pelo PCdoB, e a todos aqueles candidatos a Deputado Estadual e a Deputado Federal que estiveram comigo nesta batalha e que apoiaram o Senador Aloizio Mercadante.

Agradeço a todos aqueles que formaram minha equipe. Como são dezenas de pessoas, é difícil nomear todas.

Quero também agradecer pelo apoio, pela energia extraordinária que representou para mim o sopro carinhoso de Mônica Dallari nesta campanha.

Quero também cumprimentar os meus adversários. Aliás, conversei hoje com Guilherme Afif Domingos por telefone. Cumprimentei-o, e o faço da tribuna do Senado, pela maneira como se conduziu, conquistando nada menos do que 8.212.177 votos, 43,7% dos votos válidos. Também quero cumprimentar



Alda Marco Antonio, do PMDB, que obteve 929.179 votos, correspondente a 4,94% dos votos válidos; a candidata Elza, do PDT, que obteve 187.587 votos, correspondendo a 1% dos votos válidos; o candidato Luiz Carlos Prates, o Mancha, do PSTU, que obteve 81.525 votos, correspondendo a 0,43% dos votos válidos; o Tenente Nascimento, que obteve 52.388 votos, correspondendo a 0,28% dos votos; o Marcelo Reis Lobo, do PSB, que obteve 48.581 votos, correspondendo a 0,26% dos votos; o Ribamar e os outros candidatos, que não estão contabilizados na relação de que disponho.

Na verdade, fomos dezenove candidatos nesta eleição.

Quero ressaltar aqui que sempre me coloquei à disposição para debater com meus adversários, mas nenhum dos meios de comunicação promoveu um debate, talvez pelo grande número de candidatos ao Senado. Porém, algumas faculdades, escolas e instituições, como a Educafro e a Anhembi Sul, promoveram debates, aos quais fiz questão de comparecer. Debati com Alda Marco Antonio, com o Mancha, com o Ribamar, que compareceram aos debates, travados sempre no mais elevado espírito público.

Quero também agradecer ao Chico Malfitani e a toda equipe da Simone, da Módulo, que produziram os meus programas de televisão e rádio, que foram considerados de excelente nível, contribuindo, felizmente, para que eu sempre estivesse à frente nas preferências em todos os institutos de pesquisa, inclusive no dia final da votação.

Agradeço a toda a minha equipe aqui no Senado, pelo trabalho desenvolvido ao longo desses últimos oito anos, desde a minha Chefe de Gabinete, Edwirges de Oliveira Cardoso, como a cada um daqueles que me deram força, como a Flávia, a Valéria, a Rosa, a Neisse, a Lílian Lie, pessoas como Samir Cury, João Batista Breda, Paulo Nogueira Batista, Rose Nogueira, que trabalham no meu gabinete ou que se ofereceram como voluntários ou estiveram tão próximos nesses últimos dias, últimas semanas, últimos meses, como o João Elísio, como a Joana, a Valéria, o José Damião da Silva, que, trabalhando comigo desde 1985, trabalhou com denodo e dedicação extraordinária nesses últimos dias; a Teresinha Lopes, que tirou férias na última semana para estar comigo, Ovídio Carlos de Brito e tantos outros que compareceram voluntariamente.

Quero também agradecer às pessoas jurídicas que contribuíram para minha campanha. Agradeço também às pessoas físicas, sobretudo àquelas que foram tão generosas e compareceram ao jantar para arrecadar fundos. Agradeço ao Paulo Amorim, do

Tom Brasil, que ofereceu a casa, dizendo que estava fazendo isso apenas porque considerava que o meu trabalho era tão sério em defesa da população brasileira, do povo paulista, que queria dar aquela contribuição.

Cerca de 800 pessoas compareceram ao jantar; mais de 200 pessoas físicas contribuíram com R\$50,00, R\$100,00 ou R\$500,00. Alguns pagaram R\$5 mil, outros R\$20 mil, como Lawrence Pih, que deu uma contribuição, como pessoa física, muito significativa.

Tive a honra de receber contribuições de juristas, como Fábio Konder Comparato, Dalmo Dallari, Celso Antonio Bandeira de Melo, e do eminente Professor Godofredo Silva Teles. Ele é irmão do meu saudoso Professor Luiz Inácio Silva Teles.

Agradeço ao José Celso Martinez Corrêa, que fez um depoimento de 27 minutos, fantástico, quando eu pedi que desse um testemunho do meu trabalho, da minha pessoa. Ele falou muito mais do que poderia ser aproveitado em um minuto e 53 segundos.

Agradeço as palavras, o carinho, o apoio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, nos comícios, juntamente com Aloizio Mercadante e Marta Suplicy, expressaram o quão importante seria que o povo de São Paulo votasse em mim. Agradeço a todos aqueles que deram as suas palavras de apoio a mim.

Agradeço a tantas pessoas cujos nomes não sei, que, nas ruas, vieram dizer que estavam lutando para que eu pudesse continuar aqui os representando, meus queridos cidadãos e cidadãs de São Paulo.

No dia de hoje, telefonei para Guilherme Afif Domingos, para o Mancha; tentei ligar para a Elza e para a Alda Marco Antonio. Ainda não consegui falar com eles, mas transmiti o meu cumprimento também a José Serra por sua vitória e disse, como Senador por São Paulo – assim como sempre o fiz com os Governadores Mário Covas e Geraldo Alckmin –, que ele pode contar comigo para observar, atender e ouvir os interesses maiores do Governo do Estado de São Paulo e as proposições que São Paulo tiver no Senado Federal.

Com respeito a Guilherme Afif Domingos, eu disse que gostaria de ouvir as suas proposições, como também conversar sobre as minhas, para que eu possa perceber que fatores – isso vale também para Alda Marco Antonio, para Mancha e para os demais candidatos – os levaram a ter a votação que tiveram, porque eu gostaria de ser um Senador de todos os mais de 28 milhões de eleitores de São Paulo e de todos os 41 milhões de paulistas.

Finalmente, Sr. Presidente, ainda há pouco, na reunião de Bancada com a nossa Líder, Ideli Salvatti, propus – e foi acatado – que venhamos a transmitir,

como Bancada do PT no Senado, à Direção Nacional e à Direção Estadual que queremos que, no mais breve espaço de tempo, haja cooperação de nós do Partido dos Trabalhadores para elucidar o mais rapidamente essa questão do dossiê. Isso constitui a nossa responsabilidade, e a solicitação foi acatada unanimemente entre nós.

Portanto, que o Presidente Ricardo Berzoini nos ouça: queremos que isso seja o mais rapidamente elucidado.

Senador Leonel Pavan, também quero transmitir, saudando o Brasil, os brasileiros, pela oportunidade de escolher o nosso Presidente agora em segundo turno. Que seja esse segundo turno caracterizado pelo mais alto nível de debate sobre como construir uma Nação a melhor possível para a felicidade de todos os brasileiros, com os princípios de justiça, liberdade, solidariedade, democracia, ética, na busca sempre da verdade para a construção de um Brasil justo e solidário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Transmito-lhe também os meus cumprimentos, o que já fiz pessoalmente, para que tenha muito sucesso no seu novo mandato, representando o Estado de São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina, também candidato a Vice-Governador do Estado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, em primeiro lugar, hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, estava em pauta um projeto para que se retirasse o IPI dos veículos destinados a serem mototáxis. O Senador Eduardo Suplicy pediu um tempo para fazer uma análise mais profunda do projeto. Segundo o Senador Eduardo Suplicy, o meu projeto é inconstitucional, porque é preciso, primeiro, regulamentar a função.

Gostaria de dizer a todos os mototaxistas do Brasil que o nosso projeto vai ser entregue na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania amanhã, para que seja regulamentada a sua profissão. Esse projeto é nosso, é bom e vai, sem dúvida, garantir o seu trabalho.

O Senador Eduardo Suplicy já proferiu parecer favorável. No entanto, para retirar o IPI das motos, ainda será preciso aprovar a regulamentação e corrigir um

item na Constituição. Depois, certamente comemoraremos a aprovação desses dois projetos nossos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Leonel Pavan?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Leonel Pavan, gostaria de transmitir que o Senador Eduardo Azeredo considerou o projeto muito importante, porque em Minas Gerais também é muito significativa a utilização de mototáxis. S. Ex<sup>a</sup> me chamou a atenção para o projeto de V. Ex<sup>a</sup>, que possivelmente tramitará amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Já encaminhei meu parecer favorável, do ponto de vista constitucional, a fim de que seja regulamentada a profissão dos que trabalham como condutores de pessoas em motocicletas, claro que com os devidos cuidados que V. Ex<sup>a</sup> teve, de precaução e segurança para os passageiros. Do ponto de vista constitucional, sou favorável ao projeto. No que diz respeito ao outro projeto, de isenção de IPI, como recebi hoje o parecer da Secretaria da Receita Federal, encaminhei-o a V. Ex<sup>a</sup> para que faça a devida adaptação, uma vez que há exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias com relação aos efeitos da eventual isenção contida no projeto.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Assumi esse compromisso com essa classe em minha campanha para Senador da República. E deverei, caso seja eleito em Santa Catarina, junto com Luiz Henrique, renunciar ao mandato de Senador.

Gostaria de terminar este mandato cumprindo mais esse compromisso, entre tantos outros que já cumpri, como a profissão de turismólogo, que não foi aprovada, não foi reconhecida, foi vetada por Lula, e recursos para turismo e infra-estrutura, investimentos na área social, em educação e para o agricultor familiar. Também gostaria ver atendido esse projeto. Assim, todos os mototaxistas do Brasil poderão comemorar, a partir do momento que o projeto for aprovado.

É bom deixar claro que Santa Catarina está trabalhando muito bem, por enquanto. Por isso, é importante que essa lei seja aprovada. O primeiro Município a regulamentar o projeto no Brasil foi o meu, o Município de Balneário Camboriú, quando eu ainda era Prefeito. Lá existe touca descartável, proteção no escape, numeração na moto, numeração no capacete, identificação da moto com selo exclusivo, seguro de vida para as pessoas que transitam. Trata-se de um



projeto amplo, bom, que proporciona total segurança a quem transita.

A identificação do condutor é um projeto, Senador Eduardo Azeredo, que, se implantado definitivamente em Minas Gerais, será muito bom para o Brasil. Portanto, comunico aos mototaxistas que o compromisso que assumi com eles felizmente chegará a um termo com a aprovação dos Senadores.

Também sou autor de um projeto de lei que retira a cobrança do IPI de peças e equipamentos para ônibus de transporte coletivo e da Cide do combustível, já que o transporte coletivo transita apenas no Município, não em estradas intermunicipais ou federais. Portanto, é possível não cobrar a Cide. Com isso, reduziremos o preço da passagem em torno de 30%, facilitando para todos os usuários de ônibus.

Sr. Presidente, o motivo de eu ocupar a tribuna hoje – farei o discurso amanhã, vou apenas o deixar registrado – é que, recentemente, vim a esta tribuna e contestei a crítica, havida em um programa eleitoral do PT, de que eu teria prejudicado a aprovação de uma emenda que disponibilizava recursos para investimentos na BR-282. Fui à Justiça e ganhei o direito de resposta no programa eleitoral do PT. Vim aqui e contestei quem me acusou.

Posteriormente, a Senadora veio aqui e disse que era verdade o que ela disse. Pois eu ganhei o direito de resposta novamente, também em um programa de televisão e rádio, não mais eleitoral. Obtive todos os direitos de resposta, porque foi mentira o que disseram a meu respeito; ou seja, que eu teria prejudicado a votação dos recursos para a BR-282, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no início do mês passado.

Pois amanhã, Sr. Presidente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é que seriam votados os recursos para a BR-282. Eu disse aqui uma vez que o Governo faz de conta que quer liberar dinheiro, o Governo faz de conta que governa com transparência, que atende aos agricultores, que atende aos usuários das rodovias, que atende à população. Faz de conta, mas não atende.

Faziam de conta que queriam liberar dinheiro para a BR-282. Eu disse e repito: a Relatora do projeto que disponibiliza recursos para a BR-282 é do PT, é minha amiga, nossa companheira Senadora Serys Slhessarenko. S. Ex<sup>a</sup> é a Relatora. No entanto, não compareceu no dia da votação. Só havia quinze Parlamentares, sendo dois Senadores, um do PSDB, e cinco dos que lá estavam eram do PT. Como a Relatora não compareceu no dia, não havia como votar, pois seria necessária a presença de não sei se vinte e

dois Senadores e trinta e poucos Deputados Federais. Não me recordo exatamente o número de pessoas que deveriam estar presentes.

O pior, Sr. Presidente, é que a Relatora renunciou à relatoria do projeto. Amanhã não será votado.

Atenção, povo de Santa Catarina, do oeste de Santa Catarina: amanhã, estarei aqui para votar esses recursos que, acredito, não serão votados. Sabem por quê? Porque o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do PT, não indicou um novo relator.

Quem é o culpado agora? É o Governo, que faz de conta que governa, faz de conta que libera, faz de conta que quer o dinheiro para a BR-282. Naquele dia, não votaram porque os Parlamentares não estavam presentes, e deveriam estar, na totalidade. Mas, em razão das votações daquele dia, a Relatora não estava presente, e, no dia 5 ou 6, renunciou à relatoria do projeto. Tenho a informação de que, até agora, não foi indicado um novo relator. E eu sou o culpado. Felizmente, a Justiça me deu direito de resposta por aquilo que me acusaram.

Portanto, amigos do oeste, de Chapecó, de São Miguel do Oeste, na divisa com a Argentina, da região de Campos Novos, todos os usuários dessa rodovia, não foi por causa deste Senador. Não tenho a caneta, não sou do Governo, não presido a Comissão de Orçamento, não sou relator; estou apenas brigando para liberar os recursos para a BR-282, assim como Luiz Henrique da Silveira tem pedido diariamente a atenção do Governo para a liberação dos recursos. Luiz Henrique da Silveira já liberou R\$5 milhões do Orçamento estadual, e o Governo nada fez desde a época do Ministro Anderson Adauto, o primeiro Ministro dos Transportes.

Amanhã, voltarei a falar sobre este assunto, ocasião em que deveria ser votada esta matéria, o que não ocorrerá porque o Relator não foi indicado pelo PT. Quem será responsabilizado pela não liberalização dos recursos para a BR-282?

Para finalizar, concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> deseja falar? Não. Apenas imaginei que V. Ex<sup>a</sup>, ao se levantar e erguer os braços... (Pausa.)

Pois não.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador Leonel Pavan, sabe V. Ex<sup>a</sup> que não posso faltar com solidariedade ao pronunciamento que faz nesta Casa, principalmente em se tratando da luta travada no Estado de Santa Catarina pelo extraordinário homem público Luiz Henrique da Silveira, ex-Deputado Federal, meu colega, com quem mantive uma convivência muito agradável sob a liderança do inesquecível Ulys-

ses Guimarães. Tenho certeza de que, com determinação, haverá de atender o povo de Santa Catarina nessa necessidade básica de estradas. Com relação a essas votações, o Governo não quer votar. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, quando o Governo quer, pode e vota. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, na hora de livrar das punições os mensaleiros e os sanguessugas, o Governo movimenta a Base. Mas, no momento de atender as comunidades brasileiras, o Governo faz corpo mole e, depois, de cara limpa, culpa a Oposição. Oposição aqui é minoria; a maioria é...

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Quem é maioria?

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Aqui, a Oposição é minoria. A maioria é o Governo, que faz esse jogo apenas para criar factóides e tentar se fazer de vítima. Mas não existe vítima com sacola de dinheiro na mão, não existe vítima trancada nos porões e nos apartamentos de hotéis na calada da noite, praticando corrupção eleitoral. Essa época já passou. Muito obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Encerro, Sr. Presidente, esperando que amanhã o Governo – pois o Presidente da Comissão de Orçamento é do PT – coloque em votação o projeto que libera recursos para construirmos definitivamente a ligação da Rodovia 282, uma reivindicação de todo o povo de Santa Catarina.

Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG)** – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Sou testemunha da presença permanente de V. Ex<sup>a</sup> aqui e também nas Comissões, lutando pelo seu Estado de Santa Catarina. Hoje mesmo, na Comissão de Assuntos Econômicos, éramos oito Senadores de Oposição e apenas um do Governo, o Senador Suplicy. Tem sido rotineira a presença da Oposição.

Para encerrar a sessão de hoje, o Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu caro Senador Leonel Pavan, neste momento em que o Brasil inteiro aguarda com ansiedade esclarecimentos sobre esse triste acidente, envolvendo um avião da Gol e uma aeronave privada.

Senador Pavan, concederei já um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com muita alegria. Vou apenas concluir o meu raciocínio.

Como eu dizia, o Brasil inteiro assiste, com ansiedade, ao esclarecimento mais profundo sobre esse acidente, no qual 155 pessoas perderam a vida. Evidentemente, existem dois aspectos: a fatalidade e

as circunstâncias do episódio. De maneira técnica e responsável, procura-se apurar quem teve culpa no acidente.

Quando me refiro à fatalidade, Senador Eduardo Suplicy, falo da infeliz coincidência de duas aeronaves com destinos parecidos terem se encontrado no infinito do nosso céu exatamente naquele momento. Se fosse algo combinado, talvez tivéssemos mais dificuldades em fazer com que aquilo acontecesse com aquela precisão milimétrica.

Mas, Sr. Presidente, há um fato que me estarrece: o silêncio do Governo nesse episódio. Não seria eu irresponsável de dizer que o Governo foi, de maneira direta, o culpado pelo acidente. Mas o Governo não está isento. Tudo o que estamos vendo tem uma causa inicial: o contingenciamento de recursos para as agências.

A Anac foi criada e os recursos estão contingenciados, principalmente os da Infraero, que tem a responsabilidade de equipar aeroportos e parte da segurança de voo. O Ministério da Aeronáutica cuida de toda essa engenharia operacional, mas só pode modernizar os seus equipamentos se receber recursos. A Agência Nacional de Aviação Civil, que tem orçamento, tem recursos contingenciados. A Infraero, que tira do seu, do meu, do nosso dinheiro, do nosso bolso, a cada passagem que compramos, a cada passagem emitida, recebe uma fatia considerável para esse fim.

Senador Eduardo Suplicy, os técnicos dizem que a colisão aconteceu exatamente em um ponto em que havia uma sombra na segurança é inaceitável. Se essa sombra existe é por falta de cobertura. Não haver cobertura é um crime que se comete contra vidas. É preciso que esses fatos sejam esclarecidos. É preciso, acima de tudo, Senador Suplicy, que o Governo diga por que insiste em manter retida, para outras finalidades ou até mesmo para pagamento antecipado de nossas dívidas para com organismos internacionais, a liberação dos recursos das agências reguladoras.

O Brasil vem pagamento um preço muito alto por essa política ditatorial que o Governo adota com relação às agências. Estamos, agora, discutindo o caso específico da Anac, mas temos um contingenciamento na Aneel, na ANTT. Temos um contingenciamento, enfim, em todas as agências reguladoras deste País.

Coloca-se em dúvida a segurança do investidor para trazer seu capital de fora e aplicá-lo em projetos no País. Bate-se sempre, Senador Eduardo Suplicy, na questão do pequeno crescimento que o Brasil vem tendo nos últimos anos. Que investidor – e V. Ex<sup>a</sup> que

é um economista renomado sabe – se sentirá atraído a investir em um País onde os órgãos reguladores não têm liberdade? Não são órgãos de Estado, mas de Governo. As indicações dos seus dirigentes são feitas por critérios eminentemente políticos. Muitas das vezes – ou quase todas –, coloca-se de lado a capacidade técnica do escolhido para inserir, em seu lugar, os apaniguados, ou o que é pior, os derrotados da eleição passada.

Veja o caso do Sr. José Airton, que, há até bem pouco tempo, era diretor de uma das agências – a ANTT – e, nas horas vagas, comandava o esquema das sanguessugas no Ministério da Saúde. Portanto, ele responde a processo.

De forma que, Senador Eduardo Suplicy, eu lhe concederei um aparte com a certeza e a convicção de que esta preocupação com as famílias enlutadas pela perda irreparável não é partidária, mas é uma preocupação de brasileiro e de cidadão. É aceitável e louvável que o Governo dê o conforto moral, mas o Governo não está, numa hora como esta, com a consciência tranqüila, uma vez que não vem liberando os recursos necessários para investimento no setor.

Aliás, sobre isso, Sr. Presidente Eduardo Azeredo, há cerca de um ano e meio, um diretor da Infraero, um brigadeiro cujo nome não me vem à memória, renunciou à sua função – coisa rara hoje no Brasil –, alegando exatamente que aquele órgão estava investindo apenas no embelezando de aeroportos, deixando de lado o cuidado com a segurança de vôos no Brasil.

Senador Eduardo Suplicy, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, quero expressar, conforme V. Ex<sup>a</sup> também o fez, meu sentimento de pesar a todas as famílias e a todos os amigos das 155 pessoas que, infelizmente, faleceram no trágico acidente ocorrido há poucos dias, na véspera das eleições. Esse acidente foi fruto de uma fatalidade em que um avião Boeing, da Gol, acabou se chocando com o avião Citation, um avião novo da Embraer...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Foi um avião Legacy, Senador. Vamos valorizar o que é brasileiro. Citation é americano, mas o Legacy é um avião brasileiro feito em São José dos Campos, em São Paulo, seu Estado.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Agradeço a correção de V. Ex<sup>a</sup>. O avião Legacy teve uma trombada com um verdadeiro gigante. Até constitui um mérito do avião da Embraer o fato de que, apesar de ter trombado com um Boeing, ter quebrada a sua hélice e ter alguma avaria, conseguiu...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, tenho muita preocupação com a biografia de V. Ex<sup>a</sup>. Eram dois jatos e jatos não possuem hélices. São turbinas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu quis dizer a asa do avião – eu vi a foto e estava pensando na asa. Tendo sido danificada a asa, ainda assim, o piloto conseguiu aterrissar, salvando a vida das pessoas que estavam no avião que tinha trombado com aquele Boeing.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Talvez V. Ex<sup>a</sup> seja um pouco melhor do que eu no inglês: *winglet*, aquela parte dobrada da asa que os aviões modernos hoje usam e que serviu mais ou menos como uma ponta de canivete ou de faca, um abridor rasgando toda a fuselagem na parte inferior do avião.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Pois bem, apesar dessa trombada, conseguiu salvar-se o Legacy, cuja maioria dos passageiros eram norte-americanos, inclusive um jornalista do **The New York Times**, que prestou depoimento mostrando o susto que levaram. Entretanto, os 149 passageiros e seis tripulantes do Boeing da Gol feneceram. Hoje, Senador Heráclito Fortes, recebi amigos e parentes dos que morreram e que estão muito preocupados até com providências como atestado de óbito das vítimas, muitas das quais não tiveram ainda os corpos identificados. Isso significa dificuldade até do ponto de vista legal das famílias. Com respeito a esse assunto, telefonei para o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que disponibilizou o seu chefe de gabinete, Luiz Paulo, para atender essas pessoas, que devem ter sido atendidas hoje à tarde. Embora se trate de uma providência mais junto ao órgão da Justiça do que junto ao Ministério da Justiça, o Ministro Márcio Thomaz Bastos disse que daria toda a orientação necessária. Senador Heráclito Fortes, o Presidente Lula também externou seus sentimentos de tristeza, de pesar e de solidariedade para com as famílias. Tenho a convicção de que darão o devido respaldo. Tenho acompanhado as ações, especialmente do Comandante da Aeronáutica, do Ministro da Defesa, do Ministro da Justiça e do próprio Presidente Lula. V. Ex<sup>a</sup> pôde acompanhar pela imprensa que foi providenciada toda a operação possível quanto à busca dos corpos e quanto ao respaldo para as famílias. Levaram, inclusive, representantes dos familiares ao local do acidente. Mas é importante o alerta de V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que os representantes dos órgãos mencionados por V. Ex<sup>a</sup>, inclusive a Anac, estarão atentos às suas palavras, quero crer, no sentido de, construtivamente, tomar as providências necessárias a fim de que se possam prevenir acidentes dessa ordem, tão graves. Infelizmente, acidentes na aviação têm ocorrido nos

mais diversos países, inclusive nos mais desenvolvidos, e, às vezes, representam uma tragédia. Cada acidente desses, obviamente, faz com que os pilotos fiquem mais atentos em relação ao avião para a segurança de nossos passageiros. Ainda hoje, quando estava vindo para cá, fiquei pensando que, certamente, os pilotos do avião em que eu estava viajando estavam muito mais atentos com a altitude do avião, para a segurança dos nossos passageiros. Cada acidente desses, repito, leva os que trabalham na aviação a ter mais cuidado, inclusive com V. Ex<sup>a</sup>, um passageiro tão freqüente dos aviões das companhias brasileiras que cruzam nossos céus.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

A minha preocupação...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Heráclito Fortes, solicito que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu pronunciamento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Vou concluir.

Sei que estou tratando de um assunto com que V. Ex<sup>a</sup> não tem nenhuma intimidade, que é vôo, aviação. Mas, como brasileiro, V. Ex<sup>a</sup> pode fazer um pouquinho de sacrifício para que eu possa concluir um pensamento que envolve essa misteriosa máquina que encanta a todos, mas que dela todos têm um pouquinho de medo, receio.

Mas, Sr. Presidente, meu caro Senador Suplicy, a minha preocupação é exatamente com relação ao estado emocional dos familiares das vítimas. As informações desencontradas. Aí se começa a satanizar, por exemplo, a Anac. Esse episódio aconteceria com a Anac ou com qualquer outra empresa ou agência reguladora que ali tivesse, o nosso saudoso e querido DAC, que tanto serviço prestou ao Brasil, ou nas circunstâncias atuais.

A questão não é essa. As providências tomadas são as providências possíveis; quanto ao local de acesso, as imagens estão mostrando a dificuldade. A minha preocupação é exatamente com a falta de investimentos nesse setor. O Brasil é um País com dimensão continental que teve a coragem de montar o Projeto Sivam. É preciso que se dê continuação a esse projeto, e é preciso que nós tenhamos os equipamentos necessários para dar segurança aos que trafegam, principalmente nessa imensa e misteriosa Amazônia, porque a causa do acidente foi exatamente, segundo alguns depoimentos, uma falha nas torres de controle, uma falha na conexão da torre da Amazônia com a torre de Brasília, não falha humana, mas falha na interligação dos sistemas.

Posso estar dizendo um absurdo, mas é o que a imprensa vem noticiando. O Governo tinha a obrigação de prestar esclarecimento porque, nessa questão, está agindo de forma muito parecida com o que fez quando daquela história do dinheiro encontrado no hotel: demora a mostrar as fotos, a mostrar a verdade e termina fazendo com que haja desconfiança e um desgaste do próprio Governo em um episódio no qual não é diretamente culpado. Mais tarde, poderá ter remorso por segurar recursos, por contingenciar recursos das agências reguladoras e da Infraero, que são recursos pertencentes ao povo brasileiro.

Que cada dia mais, pela compra de equipamentos modernos, a nossa aviação seja mais segura.

Faço este registro na certeza de que providências serão tomadas.

Nossa Comissão, Sr. Presidente, tomará providências para ouvir as autoridades envolvidas nesse episódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Não há mais oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – A Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Luiz Otávio e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Para excluídos, Lula abortou projeto popular”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 1º de setembro do corrente.

A matéria destaca que “Movimentos sociais reunidos em torno do Grito dos Excluídos divulgaram documento ontem em que afirmaram que o projeto popular no Brasil foi abortado com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva”.

O documento do Grito dos Excluídos destaca a decepção com o governo do presidente Lula.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# Para excluídos, Lula abortou projeto popular

Em texto, movimentos sociais do Grito dos Excluídos criticam política econômica, carga tributária e altos lucros dos bancos

**Para dom Demétrio, após 'decepção' com casos de corrupção no governo do PT, grupos sociais agora precisam se reorganizar**

**LEANDRO BEGUCCI**  
DA REPORTAGEM LOCAL

Movimentos sociais reunidos em torno do Grito dos Excluídos divulgaram documento ontem em que afirmam que o projeto popular no Brasil foi abortado com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

"O projeto popular no Brasil sofre, a bem dizer, dois abortos. Primeiro, em 1964, com o golpe militar. Agora, com a decepção do governo Lula", diz trecho do documento do Grito.

Segundo o movimento, é preciso "desmascarar a atual política econômica dependente, que privilegia o capital financeiro, o pagamento da dívida e o superávit primário".

Em outro trecho, o Grito afirma que, "no Brasil, o capital é altamente remunerado por meio de taxas de juros mais altas do mundo, que passam grande parte de nossa riqueza para o setor financeiro, cujos

lucros são os mais elevados de todos os tempos".

O movimento também ataca a carga tributária, que atingiu patamar recorde no ano passado. "Nosso sistema tributário privilegia os ricos e castiga a classe trabalhadora."

O Grito dos Excluídos envolve uma série de protestos políticos, cerimônias religiosas e manifestações culturais que

são realizadas em várias partes do país no 7 de Setembro, quando se celebra a independência. O maior desses atos acontece na cidade de Aparecida, em São Paulo. Ontem, a coordenação do evento convocou jornalistas para detalhar o Grito deste ano.

O Grito também atacou os escândalos de corrupção. Dom Demétrio Valentini, da direção do movimento, declarou que

"as denúncias de corrupção levaram a um primeiro momento de decepção e até desencanto nos movimentos sociais.

Diante desse quadro, o bispo afirmou que o Grito dos Excluídos defenderá que as pessoas não votem em políticos envolvidos com escândalos de corrupção. Contudo, o religioso disse ser contra o voto nulo ou em branco e a abstenção.



**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A ‘mexicanização’ da economia brasileira” publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 5 de Setembro de 2006.

O artigo, de autoria do ex-diretor do Banco Central, Ilan Goldfajn, faz comentários sobre o baixo crescimento do país, baseado na divulgação do PIB do segundo trimestre, que registrou pífios 0,5% de crescimento. O autor analisa, ainda, a ‘mexicanização’ da economia brasileira e fala de sua decepção.

Sr Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

## **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# **A ‘mexicanização’ da economia brasileira**

Ilán Goldfajn

“Por que o Brasil não cresce?”, pergunta-se incessantemente desde a divulgação do PIB do segundo trimestre, na quinta-feira passada. É sinal de decepção. Há ainda vários meses pela frente, mas, pelo andar da carruagem, o crescimento do ano ficará em torno de 3,5% (há projeções mais otimistas, mas também mais pessimistas). Olhando para a frente, por cima dessas flutuações anuais, a economia brasileira pode estar entrando numa nova fase, em que a estabilidade e o baixo risco evitariam as crises recorrentes do passado, mas a ausência de consenso político e de reformas restringiria o crescimento a taxas baixas. Guardadas as devidas diferenças, seria o que denominarei de “mexicanização” da economia brasileira.

Em 6 de fevereiro de 2004, o senador Jefferson Peres publicou artigo denunciando a “mexicanização” da política brasileira, entendida como um projeto do partido no poder (PT) de se transformar em hegemônico, à semelhança do

tária e a previdenciária não avançaram, assim como a mudança no regime fiscal da Pemex (a Petrobrás do México), essencial para destravar investimentos petrolíferos. O resultado é um crescimento “asiático”: 0,8% em 2002, 1,4% em 2003, 4,2% em 2004 e 3% no ano passado. Para a frente não há sinais de mudança, permanece a divisão política (e da sociedade), a exemplo da demora recente para simplesmente homologar o resultado da votação presidencial, que deu uma vitória extremamente apertada a Felipe Calderón, o candidato do partido do governo, o PAN.

Assim como o México, o Brasil tem tido avanços significativos e dificuldades nas reformas. O risco caiu significativamente, assim como a dívida externa líquida do País (para 9% do PIB). O governo eliminou a dívida dolarizada e a inflação está abaixo da meta. O Brasil ainda não obteve o grau de investimento e os juros de curto prazo ainda estão acima de 9%, mas, na ausência de grandes solavancos mundiais e com um mínimo de responsabilidade com os gastos públicos, estaremos trilhando esse caminho. O problema é que, na ausência de reformas, o Brasil tampouco conseguirá elevar o crescimento.

Por trás dessa visão há o diagnóstico de que os entraves ao crescimento no Brasil hoje são:

- A falta de consenso sobre as prioridades dos gastos públicos no País, onde se gasta em tudo, nada é racionalizado, e cabe aos juros, ao câmbio e à carga tributária ajustar o desequilíbrio (à semelhança da inflação no passado);

- a existência de limitações diversas de ordem burocrática, jurídica e de infra-estrutura ao aumento da produção, da poupança e do investimento;

- e, no longo prazo, a falta de investimento em educação.

Nessa visão, os juros e o câmbio são o sintoma do problema, e não a sua causa. Servem como mecanismo pelo qual a economia encontra espaço para deslocar o setor privado e abrir espaço para o crescimento incessante dos gastos públicos (*crowding-out*, em economês). Isto não significa que o debate sobre o impacto da política monetária sobre o crescimen-

to deva ser interditado. Afinal, existem diferenças de opinião sobre a calibragem dos juros necessários no controle da inflação e, eventualmente, o crescimento de um ou outro ano pode ser afetado. Mas o exagero de um ano é a bonança do seguinte: a inflação fica abaixo da meta e há mais espaço para cortar os juros. No longo prazo, o crescimento depende de fatores de oferta, ou seja, das facilidades que empresas e indivíduos têm para investir e produzir. E, nesse aspecto, a economia brasileira deixa a desejar.

Há também outros cenários mais ou menos benignos. Por um lado, não devemos ignorar que este será o terceiro ano consecutivo em que o crescimento deve superar a média dos últimos 25 anos. Mas esse fato revela mais sobre as fraquezas da economia brasileira nas últimas décadas, e o estado da economia mundial, do que o seu vigor atual. Por outro lado, resta avaliar as consequências para a economia brasileira de uma desaceleração da economia mundial que já se vislumbra no horizonte.

Em suma, não pretendia aqui minimizar as evidentes diferenças entre a economia mexicana e a brasileira (exemplo: a economia brasileira é mais diversificada que a do México, que exporta 80% para os EUA). Mas o caso do México ilustra de forma clara que, mesmo após obter o grau de investimento e conseguir reduzir substancialmente os juros reais (no bojo de uma inflação sob controle), a economia brasileira pode continuar crescendo pouco. Para evitar esse cenário não podemos minimizar a necessidade do ajuste nas contas públicas e das reformas, como a da Previdência e a tributária. Na ausência delas, a “mexicanização” da economia é o melhor cenário.

Ilán Goldfajn, professor da PUC-Rio, diretor do Iepe/CdG, foi diretor do Banco Central. E-mail: goldfajn@econ.puc-rio.br

## **Sem reformas e ajuste nas contas públicas, esse é o melhor cenário**

Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México, dominando o Estado e a sociedade. Após o ocorrido com o PT nos últimos dois anos, talvez o temor político hoje tenha amadurecido. Já o temor da “mexicanização” da economia parece estar aumentando.

O que é “mexicanização” da economia? Nos últimos anos a economia mexicana avançou significativamente em alguns aspectos, mas não conseguiu reformar os seus alicerces. O México diminuiu significativamente sua dívida externa, melhorou o risco país (em 100 pontos, medido pelo índice Embi, comparado com 200 do Brasil), atingiu o grau de investimento pelas agências de classificação de risco e reduziu a inflação para uma taxa em torno de 3% ao ano. Como consequência, a taxa de juros real de curto prazo se encontra em torno de 4% ao ano. Mas, dadas a falta de consenso sobre prioridades e a divisão do Congresso, o México foi incapaz de reformar a economia de forma a melhorar a produtividade dela e enfrentar a competição da China. A reforma tribu-

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, novamente, como todos os anos eu faço, venho à tribuna do Senado para saudar o advento da festa e da procissão do Círio de Nazaré, que, como se sabe, é a maior manifestação de religiosidade e de fé cristã do meu Estado do Pará, e talvez de todo o Brasil.

Por meio da participação comovida no Círio de Nazaré, o paraense e o brasileiro reafirmam publicamente sua devoção ao nosso salvador Jesus Cristo e à sua **mater dolorosa**, a Virgem Maria. Acompanhando, com respeito e admiração, a imagem daquela que teve de sofrer a compreensão de que seu filho estava destinado ao sacrifício em nome da redenção da humanidade, o povo sai às ruas de Belém, numa romaria mística que transforma em espetáculo grandioso a humildade da devoção dos que crêem.

A cada ano que venho a esta tribuna para tentar expressar a força e a importância do Círio, mais uma vez eu fracasso, pois as palavras, pelo menos as que eu tenho escolhido, nunca chegam a representar minimamente a dimensão religiosa, social e cultural daquela autêntica manifestação de nosso povo.

O que talvez mais me impressione, a cada evento anual do Círio de Nazaré, é o espírito de conagração de toda a gente, – espírito que, por assim dizer, penetra e comanda a procissão, fazendo de uma imensa massa humana, de cerca de 2 milhões de pessoas, um grupo pacífico e ordeiro. É digno de nota, – Sr. Presidente, – que, em mais de 200 anos de existência do Círio, não tenha havido nenhum registro de morte por acidente, ou por fogos, ou no trânsito, ou por brigas, ou por quaisquer outros motivos. Numa sociedade tão desigual quanto é a brasileira e a paraense, o rico caminha ao lado do pobre; o elemento branco, ao lado do negro e do índio; o jovem, ao lado do velho; o doutor, ao lado do homem do povo, de poucas letras. Todos vão unidos e seguem em paz. Naquele momento importa somente a fé, a graça da santa, importa a solidariedade que deve existir entre um e outro pecador, ninguém é melhor ou pior do que ninguém. As diferenças exteriores desaparecem para sobressair a unidade fundamental que existe entre todas as pessoas, devido a sua essencial condição humana.

Sr. Presidente, o apogeu do Círio de Nazaré ocorre todo segundo domingo de outubro. A procissão começa na sexta-feira anterior, quando a imagem de Nossa Senhora sai da Basílica de Nazaré, – que, aliás, foi elevada pela Igreja, neste ano, à condição de santuário. Devo passar a dizer, portanto, Santuário de Nazaré.

Retomando o relato do itinerário da imagem da santa, ela sai do Santuário de Nazaré, no centro de

Belém, e segue até a igreja matriz do Município. Já na madrugada de sábado, a santa é conduzida pela multidão até a rodoviária da cidade. De lá vai até o trapiche da Vila de Icoaraci, de onde parte, já de dia, e motiva um dos mais belos espetáculos que já presenciei na minha vida, que é a romaria fluvial, com centenas de barcos enfeitados em cortejo. É verdadeiramente emocionante, – Sr. Presidente.

Singrando as águas da Baía de Guajará, a bordo de um barco repleto de adereços, a santa chega ao cais do porto de Belém. Depois, colocada em um carro, a imagem percorre o caminho que a leva até o Colégio Gentil Bittencourt, e é nesse momento que o Arcebispo de Belém oferece em contemplação, em suas próprias mãos, a imagem ao povo, que a pode ver de perto. À noite, ainda no sábado, dá-se a Transladação para a Catedral, com queima de fogos de artifício, também um lindo evento.

E, finalmente, no domingo, temos o auge da festa: a população praticamente inteira de Belém toma as ruas da cidade. A reverência, a esperança, a boa vontade com o próximo, todos os bons sentimentos que a religiosidade sincera é capaz de evocar nas pessoas parece que se juntam num amálgama de entusiasmo coletivo.

Assim, mais uma vez, em mais um ano, desta privilegiada tribuna do Senado Federal, convido a todos os brasileiros que ainda não tiveram a oportunidade de experimentar o Círio de Nazaré que o façam na companhia amistosa do povo da capital de meu Estado. E aqueles que já o fizeram, que o façam novamente. É motivo de muito orgulho para o povo paraense poder receber seus concidadãos na festa do Círio.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, não poderia encerrar o discurso de hoje sem fazer uma menção à figura carismática e caridosa de Dom Orani Tempesta, monge da Ordem Cisterciense que, desde dezembro de 2004, tem honrado nossa cidade como Arcebispo Metropolitano de Belém.

Pela segunda vez, Dom Orani Tempesta preside a organização da maior festa mística do povo do Pará. Nosso Arcebispo, em pouco menos de dois anos, conquistou a amizade, o respeito e o carinho dos paraenses, que o acolheram de braços abertos e que sempre o festejam.

Vestindo invariavelmente um sorriso nos lábios e um semblante amistoso e sereno, Dom Tempesta é um verdadeiro mensageiro da fé em Cristo, não perdendo jamais uma oportunidade para semear no coração de todos os cristãos o valor primordial que deve ter a família na vida em sociedade.

Era o que eu tinha a dizer na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é de hoje que a sociedade brasileira debate a procedência, ou não, da cobrança da contribuição assistencial dos empregados não sindicalizados. A controvérsia entre empresas e representantes sindicais vem de longe, dos tempos da ditadura, quando se suprimiu o direito de o trabalhador se filiar, quando se cassou o direito de atuação política dos sindicatos. Mas isso são águas passadas.

Na verdade, no bojo da discussão, se desenrola a obrigatoriedade, ou não, do desconto em folha da contribuição sindical para trabalhadores não filiados nos sindicatos da respectiva categoria. Se seguirmos o que prevê o texto legal, cláusulas de acordo coletivo ou convenções coletivas vigentes, que estabelecem a obrigatoriedade da contribuição assistencial, se chocam frontalmente com o princípio da liberdade de associação sindical, garantido nos artigos 5º e 8º da Constituição Federal.

Ora, a imposição do pagamento da contribuição sindical pressuporia a filiação involuntária do trabalhador. Isso, naturalmente, colide com o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, no instante em que inscreve exclusivamente a contribuição sindical dentro da grade das contribuições compulsórias.

Nessa lógica, não tem cabimento a exigência da obrigatoriedade no caso da contribuição assistencial, senão via normas coletivas relacionadas aos trabalhadores devidamente associados aos sindicatos das respectivas categorias. O próprio Tribunal Superior do Trabalho já manifestou entendimento sobre a matéria, segundo o qual estabelecer contribuição em favor de entidade sindical a título de custeio do sistema confederativo ou assistencial consubstancia figura ofensiva ao direito de livre associação ou sindicalização.

Outro ponto controverso, mas decorrente do mesmo mal-estar anterior, é o procedimento nitidamente arbitrário de exigir do empregado não-associado manifestação por escrito caso não concorde com o desconto correspondente à contribuição assistencial. Ora, a CLT condiciona, expressamente, à prévia autorização do trabalhador qualquer desconto de contribuição devida ao sindicato profissional, com exceção da contribuição sindical anual.

Tal dispositivo normativo adquire ainda maior sensatez à luz de uma interpretação bastante lógica da realidade associativa. Ora, somente ao trabalhador sindicalizado se consigna o direito de participação em assembleia geral de deliberação sobre relações ou dissídio de trabalho, conforme a mesma CLT. Portan-

to, se ao empregado não-associado não é reservado sequer o direito de participação em Assembleia Geral, logo não se pode dele exigir o pagamento da contribuição assistencial.

No pano de fundo deste controvertido cenário, Senhor Presidente, se arrasta uma prometida reforma sindical, em nome da qual empresários, sindicatos, centrais sindicais e Estado afiançam seus compromissos políticos na disputa sistêmica entre capital e trabalho. De acordo com o jornalista Elio Gaspari, o Presidente Lula vem cozinhando uma reforma sindical que prejudica os trabalhadores, enquanto amplia em demasia o poder das centrais. Bastante irônico, Gaspari dispara o seguinte comentário: “fortalecer agrupamentos amigos é hábito antigo do Presidente.”

Sem dúvida, disso resulta a proliferação infinita de entidades sindicais, a geração de uma autêntica indústria na formação de sindicatos no País, movida por negócios feitos entre os sindicalistas. Sem controle, chega-se a ponto de haver sindicatos que sabidamente “vendem” ações de impugnação contra entidades candidatas a vir-a-ser sindicato.

Osvaldo Bargas, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, reconhece como comum a seguinte prática. Um determinado grupo abre certo sindicato em uma região, enquanto um segundo grupo, “dono” de outra entidade, recorre ao Ministério e requer a impugnação baseado no princípio da unicidade sindical. Após acordo entre as partes, o pedido de impugnação é retirado, confirmando as tramóias corporativistas por detrás do suposto acatamento das regras burocráticas.

Tramóias à parte, de todo modo, aproveitando o Dia do Trabalho, no último primeiro de maio, o Presidente Lula prometeu enviar ao Congresso Nacional propostas de mudanças nas leis sindicais e trabalhistas. E o fez. Com isso, o Presidente pretendeu compensar a demora na aprovação das reformas nessas duas áreas, anunciadas como prioridade no início de seu Governo.

Em realidade, o Presidente enviou ao Congresso, naquela ocasião, um projeto de lei para regulamentar o direito de greve e implantar as negociações coletivas para servidores públicos, seguindo orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também prometeu a criação do chamado Conselho Nacional de Relações do Trabalho, colegiado que será composto por representantes do governo, empresários e trabalhadores e terá como função debater questões relacionadas às áreas sindical e trabalhista.

Mais realista, o ex-Ministro do Trabalho e Emprego, Jacques Wagner, diz que só o fim do imposto



sindical pode acabar com as disputas entre os sindicatos. Para ele, o Estado não tem de dizer quem tem o direito de se organizar. A organização sindical deve ser livre. Por isso mesmo, no meio das mudanças do novo projeto, se destaca a reformulação da cobrança do imposto sindical. Em vez deste, seria introduzida uma inédita “contribuição negocial”.

Hoje, trabalhadores são obrigados a contribuir com o equivalente a um dia de salário para financiar as entidades sindicais. Isso representa 3,3% do salário mensal. Na primeira versão da reforma, o Governo extinguiu o imposto sindical e outras contribuições, tanto a confederativa quanto a assistencial. No lugar, foi criada a “contribuição negocial” obrigatória, cujo valor seria igual a 1% da receita líquida anual do trabalhador, ou seja, entre 13% e 14% de um salário mensal.

Enfim, Sr. Presidente, com tantos ziguezagues em andamento, tudo indica que o autoritarismo sobre o trabalhador não-sindicalizado ainda prevalecerá por mais algum tempo. Enquanto o Congresso Nacional não se debruçar mais detalhadamente sobre os projetos que intentam reformular a estrutura sindical do País, as injustiças que recaem sobre a garantia da liberdade política do empregado permanecerão ainda bem acesas. Em resumo, é mais do que hora de rever, ao menos, a compulsoriedade contributiva sobre o não-sindicalizado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão extraordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

### 1

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

### 2

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

### 3

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

### 4

#### **SUBSTITUTIVO À**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta*

*parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).*

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 30, DE 2002***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 66, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 29, DE 2003***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que

*dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 57, DE 2005***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003***(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator:



Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

11

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

12

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”*.

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

13

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador

Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 41 minutos.*)

#### **DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 5 DE SETEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recebo a informação de que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar, em primeiro turno, o fim do voto secreto para as deliberações de grande importância, que vem provocando um crescimento da indignação e mesmo da revolta no País em função dos resultados lastimáveis que apresentam.

Creio que esse é o momento adequado para essa deliberação. Esperamos que rapidamente a proposta chegue ao Senado Federal, para que possamos deliberar em tempo, já que haverá no Congresso Nacional julgamentos da maior importância.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Confesso, com toda a coragem, que sou favorável ao fim do voto secreto para matéria disciplinar, mas sou contra o fim do voto secreto para tudo, como foi aprovado na Câmara, e acho que o Senado não deve aprová-lo. Sou a favor do voto secreto para cassação, que, aliás, não houve para os petistas do mensalão e do valerioduto, que querem se passar por arautos da moralidade – eles, que são imorais. Voto a favor do fim do voto secreto para cassação. Sou favorável ao voto aberto para cassação, mas voto aberto para tudo, como foi aprovado, é um crime, inclusive nas apreciações

dos vetos presidenciais e eleição de Mesa. O que se quer fazer é o princípio da ditadura, que o Lula deseja implantar no País.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão, eu chegaria a esse tema, já que, por exemplo, para a aprovação de autoridades indicadas pelo Executivo, creio que o voto deve ser secreto para evitar determinados constrangimentos.

O Senado Federal poderá aprimorar essa proposta que vem da Câmara com relação à apreciação de vetos, por exemplo. O Senado Federal terá a oportunidade de aprimorar essa proposta que vem da Câmara dos Deputados. No entanto, em relação a julgamentos de natureza política, como vêm ocorrendo, o voto secreto estimula a covardia da absolvição dos desonestos, estabelecendo a vitória da convivência com a corrupção, da cumplicidade com a desonestidade.

É imprescindível, numa hora de indignação que varre o País como tempestade, propor transparência. O eleitor cidadão tem o direito de saber da postura adotada por seu representante. É essencial, nesta hora em que buscamos recuperar credibilidade, que o cidadão brasileiro possa ter noção do comportamento daqueles que elegeu.

Como diz o Senador Antonio Carlos Magalhães, é evidente que há exceções relativamente a determinadas matérias, e cito a apreciação de veto, sim, a aprovação das autoridades, como embaixadores, como ministros do Supremo Tribunal Federal, e a eleição da Mesa, exatamente para nos conferir liberdade de escolha e, sobretudo, evitar determinados constrangimentos. É natural que alguém se oponha, por exemplo, à nomeação de um membro do Supremo Tribunal Federal ou do corpo diplomático.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para fazer a leitura da posição de um movimento que surgiu, o “Voto Aberto Já”, um movimento contra o voto secreto, um movimento da sociedade civil, sem vinculação partidária.

Estão no **site** do “Voto Aberto Já” as seguintes informações:

O voto secreto dos parlamentares é um elemento essencial para a fomentação da corrupção no Brasil. É o que reduz a política nacional à politicagem. Um vício que alimenta a degradação política do Brasil e abre brechas para a corrupção.

De que valem tantos Conselhos de Ética se todas as comprovações de crimes e “faltas de decoro” acabam sendo escamoteadas por

votações secretas? A era do corporativismo acabou, o voto deve ser aberto, claro!

Acreditamos que os representantes eleitos pelo voto popular devam se posicionar de forma clara e aberta, em todas as votações. Afinal, eles estão ali porque nós os elegemos. E é para nós, os eleitores, que devem prestar contas.

A transparência nos processos políticos trará maior representatividade e dignidade à nação. Em pouco tempo poderemos traçar o perfil de cada deputado ou senador, como já acontece em diversas câmaras municipais. Isso é determinante para analisarmos como os políticos realmente agem, teoricamente representando aquilo que nós esperávamos deles.

Este movimento se alinha aos demais esforços de toda a sociedade que tenham como objetivo trazer transparência ao processo político brasileiro. Acreditamos que o recente surgimento de movimentos diversos, em todos os setores da sociedade, é uma evidência da premência da mudança.

O voto aberto vai fazer com que a política deixe de ser um parque de diversões para a corrupção. E certamente marcará uma nova fase de reaproximação entre a sociedade civil e os processos políticos do País.

Com um objetivo e plano de ação claramente definidos, este movimento se extingue após a última votação secreta na Câmara e no Senado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Alvaro Dias?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, certamente, se tivéssemos o voto aberto quando do julgamento dos “mensaleiros”, não seriam absolvidos todos aqueles que foram absolvidos, o que provocou o crescimento da indignação e da revolta no País. Se mantivermos o voto secreto para o julgamento dos “sanguessugas”, teremos a repetição daquele espetáculo degradante de pessoas envolvidas nesse escândalo de corrupção sendo absolvidas pela convivência e pela cumplicidade, sobretudo pela cumplicidade covarde de quem pode se esconder por meio do voto secreto para estimular a corrupção que devemos combater de forma implacável.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, com satisfação.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Li na Internet que houve 383 votos favoráveis e nenhum voto contra. Não houve abstenções. A Câmara dos Deputados estabelece essa situação para toda e qualquer matéria. V. Ex<sup>a</sup> faz, em seu pronunciamento, ressalvas a respeito de alguns pontos importantes que ainda devem ser analisados. Falo da permissão e da continuidade do voto secreto. Quanto a isso, tenho que concordar com V. Ex<sup>a</sup>. Observo que o Senador Tião Viana já havia protocolado, nesta Casa, a PEC nº 38, de 2000, derrotada no plenário desta Casa, e que tratava também do voto secreto – e quero considerar que antes tarde que nunca. Tivemos que assistir a uma situação como esta para a Casa se sensibilizar nessa direção. Agora, penso que a situação é a de “nem tanto ao mar nem tanto à terra”, sem ir de oito para oitenta, de uma vez. É perigoso, no calor da emoção, cometer alguns casuísmos. Temos de ter serenidade, no Senado Federal, no momento de tratar dessa PEC. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Porém, faço esta ressalva. E parabeno o Senador Tião Viana por ter tido, já em 2000, a previsão de tratar dessa matéria. Foram 37 votos negativos. Espero que consigamos a unanimidade desta Casa, quando a matéria para cá vier, fazendo as ressalvas que V. Ex<sup>a</sup> aborda em seu pronunciamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Esse debate é para já, não pode ser adiado. Aliás, Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> já tomou essa iniciativa há algum tempo, e certamente teríamos evitado a situação vexatória a que fomos submetidos, com a absolvição de quem não deveria ser absolvido, na Câmara dos Deputados.

Desde já, faço um apelo para que todas as Lideranças, da Oposição e do Governo, subscrevam requerimento propondo regime de urgência, assim que a proposta da Câmara dos Deputados chegar ao Senado Federal.

Em resposta à expectativa nacional de moralização da atividade pública, devemos agir com rapidez e eficiência. É a forma como podemos nos conduzir e a única maneira para que a condução possa significar esperança de recuperação da dignidade das instituições públicas brasileiras.

Se o Congresso está extremamente desgastado, com a imagem destruída, maculado pela corrupção que alguns praticaram e pela omissão de muitos, pela conivência de tantos, pela cumplicidade alar-

deada e consubstanciada mediante o voto secreto, se isso tudo contribui para, lamentavelmente, enxovalhar o Congresso Nacional, que é, sem dúvida, o mais enxovalhado da nossa história, temos que agir exatamente na contramão dessa tendência, buscando recuperar a credibilidade junto à opinião pública brasileira e passando a idéia de que é possível sim construirmos juntos instituições públicas mais respeitadas, mais acreditadas e valorizadas pela sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## **AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

**3-1-2006  
terça-feira**

### **16:00 – Ordem do Dia**

Plenário do Senado Federal

### **16:30 – Senhor Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios – CNM acompanhado de**

Senhora Conceição Silva, Coordenadora de Relações Institucionais da Confederação Nacional de Municípios – CNM

Senhor Luiz Antonio Barreto, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais – FENAFIM

Senhora Soyonara Pereira, Diretora de Formação sindical e Relações Inter-Sindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual – FENAFISCO

Senhora Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

Senhor Italo José Mannarino, Vice-Presidente de Plenajamento do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

Senhora ara xavier, Fiscal de Tributos Estaduais da SEFAZ

Senhor Luiz Alberto representante da FENAFIM

Senhora Lina Maria Vieira representante da CONFAZ

Senhora Rute Tostes, Secretária Executiva de Estado da Fazenda dos Estado do Pará

Senhor Claudio Graziano Fonseca, Assessor da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Santo André

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**P O R T A R I A**  
**Nº 218 , DE 2006**

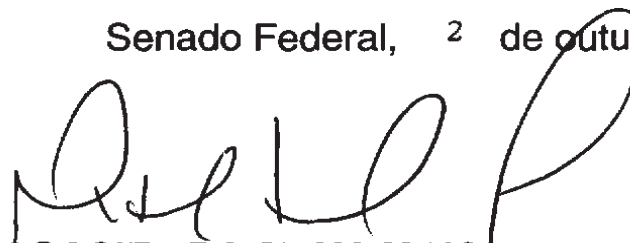
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,**  
no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320  
da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento  
Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

I – Reconduzir os membros da Comissão Especial Permanente, instituída por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 116, de 2002, para um novo mandato de 90 dias, tendo por incumbência promover a gestão dos contratos envolvendo prestadoras de serviços de telefonia sob a responsabilidade da Secretaria de Telecomunicações e de seus órgãos subordinados;

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de outubro de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral do Senado Federal**

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL  
Nº 219 ,DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas atribuições regimentais, que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

I - Prorrogar até 31 de dezembro de 2006, os trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 138, de 2006, do Diretor-Geral.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de outubro de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL****Nº 220 , DE 2006**


O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas competências regulamentares, e de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

I – Prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2006, a vigência dos trabalhos da Comissão Especial, de que trata a Portaria nº 83, de 2006, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implantar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no Banco de Dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos senhores Senadores e servidores ativos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 2 de outubro de 2006.

Senado Federal, 03 de outubro de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 221, DE 2006**


**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, conferidas pelo art. 320 da Resolução nº 9, de 1997; considerando a necessidade de disciplinar e racionalizar os procedimentos de tramitação dos processos licitatórios; de consolidar as minutas-padrão aprovadas pela Advocacia do Senado, com a finalidade de orientar os órgãos de instrução e execução; bem como de subsidiar, uniformemente, as decisões administrativas, **RESOLVE**:

**Art. 1º.** Instituir Comissão Especial incumbida de apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, a consolidação das MINUTAS-PADRÃO de licitação, aprovadas pela Advocacia do Senado Federal, a ser encaminhada pela Diretoria-Geral à Comissão Diretora, que reflitam o entendimento atual e reiteradamente manifestado pelo referido Órgão Jurídico, incluindo os respectivos procedimentos a serem observados pelos órgãos de instrução e execução.

**Art. 2º.** Designar, para compor a Comissão Especial, o servidor Shalom Einstoss Granado, Matrícula 53871, na condição de presidente, Antonio Carlos Costa Santos, matrícula 33665, na condição de vice-presidente, e, como membros, os servidores Luciano de Sousa Dias, matrícula 49351, Patrícia Junqueira de Alencastro, matrícula 37427, Regina Célia Martins Garcia Brandão, matrícula 51930, e Suélio de Sousa e Silva, matrícula 46090.

**Art. 3º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de outubro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 222 , DE 2006**

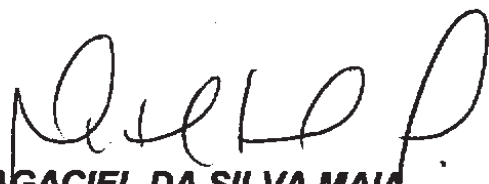
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, conferidas pelo art. 320 da Resolução nº 9, de 1997; considerando a necessidade de disciplinar e racionalizar os procedimentos de tramitação dos processos administrativos; de consolidar o entendimento reiterado da Advocacia do Senado, com a finalidade de orientar os órgãos de instrução e execução; bem como de subsidiar, uniformemente, as decisões administrativas, **RESOLVE**:

**Art. 1º.** Instituir Comissão Especial incumbida de apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, proposta de criação de ENUNCIADOS, a ser encaminhada pela Diretoria-Geral à Comissão Diretora, que reflitam as decisões administrativas proferidas com base no entendimento atual e reiteradamente manifestado pela Advocacia do Senado Federal, incluindo os respectivos procedimentos a serem observados pelos órgãos de instrução e execução.

**Art. 2º.** Designar, para compor a Comissão Especial, o servidor Alberto Machado Cascais Meleiro, matrícula 53275, na condição de presidente, Ralph Campos Siqueira, matrícula 50109, na condição de vice-presidente, e, como membros, os servidores Antonio Marcos Mousinho Sousa, matrícula 50304, Vera Lucia Leopoldino Oliveira, matrícula 51473, Orlange Maria Brito, matrícula 47172, Maria Irani Carneiro Vieira, matrícula 46570, Helena Pereira Guimarães, matrícula 53860, e Eduardo Torres, matrícula 43294.

**Art. 3º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de outubro de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1925 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

**Designar** a servidora **MARIA GORETTI BESSA CASTILHO**, matrícula 100162/PD, ocupante do cargo de Analista de informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasen, para exercer a função comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Gestão da Qualidade de Vida – SGVIDA, da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento – SSGCON, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, em 03 de outubro de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1926 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014537/06-0,

RESOLVE dispensar a servidora VALERIA MAIA E SOUZA, matrícula 32636, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, a partir de 02 de outubro de 2006.

Senado Federal, 03 de outubro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**



**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1927 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que constam dos Processos n.º 011337/06-0 e 011566/06-0,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRÍCIA DIAS FERREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 03 de outubro de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
**PFL** – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
**PFL** – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
**BLOCO-PT** – Roberto Saturnino\*  
**PRB** – Marcelo Crivella\*\*  
**PMDB** – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
**PMDB** – João Alberto Souza \*  
**PFL** – Edison Lobão\*\*  
**PFL** – Roseana Sarney\*\*

**Pará**  
**PMDB** – Luiz Otávio\*  
**BLOCO-PT** – Ana Júlia Carepa\*\*  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
**PFL** – José Jorge\*  
**PFL** – Marco Maciel\*\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*  
**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
**BLOCO-PL** – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Eduardo Azeredo\*\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
**PMDB** – Maguito Vilela\*  
**PFL** – Demóstenes Torres \*\*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
**PSDB** – Antero Paes de Barros \*  
**PFL** – Jonas Pinheiro \*\*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
**PMDB** – Pedro Simon\*  
**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
**PSDB** – Luiz Pontes\*  
**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
**PMDB** – Ney Suassuna \*  
**PFL** – Efraim Morais\*\*  
**PRB** – Roberto Cavalcanti \*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
**PSDB** – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PL** – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
**PMDB** – Alberto Silva\*  
**PFL** – Heráclito Fortes\*\*  
**PMDB** – Mão Santa \*\*

**Rio Grande do Norte**  
**PTB** – Fernando Bezerra\*  
**PMDB** – Garibaldi Alves Filho\*\*  
**PFL** – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
**PFL** – Jorge Bornhausen \*  
**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*\*  
**PSDB** – Leonel Pavan \*\*

**Alagoas**  
**P-SOL** – Heloísa Helena\*  
**PMDB** – Renan Calheiros\*\*  
**PSDB** – Teotônio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
**PFL** – Maria do Carmo Alves \*  
**PMDB** – Almeida Lima\*\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
**PMDB** – Gilberto Mestrinho\*  
**PSDB** – Arthur Virgílio\*\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
**PSDB** – Alvaro Dias \*  
**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*\*  
**PDT** – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
**BLOCO-PT** – Tião Viana\*  
**PMDB** – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
**PSDB** – Juvêncio da Fonseca\*  
**PT** – Delcídio Amaral \*\*  
**PMDB** – Ramez Tebet\*\*

**Distrito Federal**  
**PTB** – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
**PDT** – Cristovam Buarque \*\*  
**PFL** – Paulo Octávio \*\*

**Tocantins**  
**PSDB** – Eduardo Siqueira Campos\*  
**BLOCO-PL** – João Ribeiro \*\*  
**PC do B** – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
**PMDB** – José Sarney \*  
**PMDB** – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
**PMDB** – Amir Lando\*  
**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*  
**PDT** – Augusto Botelho\*\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



# **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(12 titulares e 12 suplentes)

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**

**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br



**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) <sup>3</sup>		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira <sup>6</sup>	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) <sup>5</sup>	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges <sup>7</sup>	AP	1712
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) <sup>2-4</sup>		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Vaga ocupada pelo Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>4</sup> A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

<sup>5</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>6</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>7</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)
<b>PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)</b>	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
<b>PMDB</b>	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
<b>Bloco PFL/Prona</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
<b>PSDB</b>	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
<b>PP</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
<b>PTB</b>	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
<b>PPS</b>	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 9.6.2006

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



**EDIÇÃO DE HOJE: 194 PÁGINAS**